

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 140

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
03 DE OUTUBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 044/2001

Curitiba, 28 de setembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o anteprojeto de lei que

estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2002, em conformidade com a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 13.235, de 25 de julho de 2001 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2002, e demais normas legais que regem a matéria.

As propostas orçamentárias dos Órgãos/Unidades do Estado estão compatibilizadas com as orientações e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2002 e com o Plano Plurianual - 2000 - 2003, sendo que a programação dos recursos por Programas se constitui no elo de ligação entre o Plano Plurianual e os Orçamentos Anuais.

As classificações orçamentárias incorporam as modificações decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após encaminhamento da LDO/2002 à Assembléia Legislativa.

O presente anteprojeto de lei compõe-se dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, incluindo o Orçamento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista dependentes, e do Orçamento de Investimento das demais Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

A receita total, apresenta a previsão da receita Bruta e as deduções para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, conforme determinação da Portaria nº 328 de 27.08.2001, da Secretaria do Tesouro Nacional, ficando a despesa fixada no valor líquido da receita prevista, conforme demonstrativo a seguir:

RECEITA	VALOR (R\$1,00)
1. Receita de Recolhimento Centralizado - BRUTA	R\$ 9.027.868.870
2. Deduções para o FUNDEF	R\$ 737.228.950
3. Receita de Recolhimento Centralizado - LÍQUIDA	R\$ 8.295.639.920
4. Receita de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos e Regime Especial, Fundações e Fundos Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes	R\$ 1.441.497.870
5. Receitas de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (para o Orçamento de Investimento)	R\$ 204.712.000
6. Total da Receita Líquida para Fixação da Despesa	R\$ 9.941.869.790

O total das receitas líquidas foi programado para atender as despesas dos Orçamentos Fiscal, Próprios da Administração Indireta, incluindo as Empresas Pública e Sociedades de Economia Mista Dependentes e Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (excluindo as transferências do tesouro), em consonância com as normas legais vigentes.

Conforme o disposto no Artigo 31 e no Anexo I - Metas Fiscais da LDO/2002 foram alocadas nesta Proposta Orçamentária, recursos em Reserva de Contingência no valor de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais).

Foram incluídos no Departamento de Estradas de Rodagem - DER, além do percentual constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, recursos para a Conservação de Rodovias Estaduais, atendendo a determinação da referida lei, quanto a obrigatoriedade de se priorizar a conservação do patrimônio público.

Constam da presente proposta orçamentária recursos provenientes de Operações de Crédito, que estão em fase de negociação com as instituições financeiras, especialmente o Programa de Manutenção, Programa de Restauração e Melhoria de Rodovias do Estado do Paraná - BID V, Paraná Urbano II - BID e - Programa de Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba - PIT/BNDES, cuja execução fica condicionada ao efetivo ingresso dos recursos.

Os anexos que fazem deste anteprojeto de lei contém detalhes sobre o Programa de Trabalho do Governo.

O Poder Executivo ficará à disposição através da Secretaria de Estado da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exas. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

### Seção I

#### Das Disposições Comuns

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2002, compreendendo:

I - Os orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

II - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

### Seção II

#### Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A Receita Total apresenta a previsão da Receita Bruta, no montante de R\$10.674.078.740,00 (dez bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, setenta e oito mil, setecentos e quarenta reais), e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no valor de R\$732.228.950,00 (setecentos e trinta e dois milhões, duzentos e vinte e oito mil, novecentos e cinquenta reais), ficando a despesa fixada no montante da Receita Líquida prevista.

Parágrafo Único - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de Outras Receitas Correntes e de Capital conforme dispõe o artigo 32 da Lei Estadual nº 13.235, de 25 de julho de 2001 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Legislação Estadual nas especificações ao Anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em R\$ 1,00

1 - RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO BRUTA	R\$ 9.027.868.870
1.1 Receitas Correntes	R\$ 7.906.374.100
1.2 Receitas de Capital	R\$ 1.121.494.770
1.3 Deduções para o Fundef	R\$ 732.228.950
2 - RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADA LÍQUIDA	R\$ 8.295.639.920
2.1 Receita Correntes	R\$ 7.174.145.150
2.2 Receita de Capital	R\$ 1.121.494.770
3 - RECEITA PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL, FUNDOS E EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES (Exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 1.441.497.870
3.1 Receitas Correntes	R\$ 1.247.561.310
3.2 Receitas de Capital	R\$ 193.936.560

4 - RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PARA O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (Exclusive transferências do Tesouro Estadual)	R\$ 204.712.000
4.1 Receitas Correntes	R\$ 168.030.000
4.2 Receitas de Capital	R\$ 36.682.000
5 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA PARA FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$ 9.941.849.790
5.1 Receitas Correntes	R\$ 8.589.736.460
5.2 Receitas de Capital	R\$ 1.352.113.330

### **Seção III**

#### **Dos Orçamentos**

Art. 3º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta discriminados no Anexo III, estimam a Receita Líquida em R\$9.737.137.790,00 (nove bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e noventa reais) e fixam a Despesa em igual valor.

Art. 4º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$391.574.000,00 (trezentos e noventa e um milhões, quinhentos e setenta e quatro mil reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Os Resumos dos Demonstrativos da Despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de Outras Fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

Art. 6º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de Outras Fontes está detalhado no Anexo V desta lei.

### **Seção IV**

#### **Das Correções dos Orçamentos**

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2001, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2001, dando ciência prévia à Assembleia Legislativa, com a informação dos totais por Unidade Orçamentária e por Projetos /Atividades/ Operações Especiais.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, no caso indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária dando ciência à Assembleia Legislativa.

§ 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria do Estado mas as transferências federais.

§ 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por Unidade Orçamentárias e por Projetos/Atividades/Operações Especiais.

### **Seção V**

#### **Das Autorizações para Abertura de Créditos e Ajustes de Grupo de Fontes, de Modalidade de Aplicação de Obras**

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos adicionais para atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o pagamento da Dívida Pública e com as Transferências Constitucionais aos Municípios, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964;

II - Abrir créditos adicionais até o limite de 20% (vinte por cento), por Unidade Orçamentária das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de Convênios, de Fontes Vinculadas e de Receitas Próprias das Unidades da Administração Indireta, para aplicação em Programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - Abrir créditos adicionais, nos termos dos incisos I, II e III do parágrafo primeiro do artigo 43 da lei

Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de Acordos e Convênios, não previstos ou com insuficiência de dotação, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, nos casos em que houver limite de prazo para utilização e saque dos recursos financeiros tornados disponíveis, dando ciência à Assembléia Legislativa do Estado;

IV - Abrir créditos adicionais até o limite de 20% (vinte por cento), das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - Abrir créditos adicionais, no Programa Paraná 12 Meses/BIRD, ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAN/BIRD, ao Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná - PROEM; BID, ao Programa de Saneamento Ambiental-PARANASAN/JBIC, Programa de Manutenção, Restauração e Melhorias de Rodovias do Estado do Paraná - BID V, Programa Paraná Urbano II/BID, Pró-Saneamento/CEF, Integração do Transporte Metropolitano de Curitiba/PIT/BNDES, Programa de Modernização Fazendária - PNAFE/CEF, Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR-SUL/BB utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VI - Proceder até o limite de 40% (quarenta por cento) das dotações, por Grupo de Fontes definidos neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo;

VII - Alterar as Modalidades de Aplicação definidas neste Orçamento, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar neste limite os recursos utilizados para cobertura dos créditos adicionais abertos com base no item I deste artigo;

VIII - Abrir créditos adicionais decorrentes de recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado e Balanço Patrimonial do exercício, de 2001, conforme inciso I do parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender programas aprovados por esta lei, dando ciência à Assembléia Legislativa;

IX - Altera o Programa de Obras, orçado nesta Lei a nível de Projetos e Atividades Orçamentárias, até o limite de 40% (quarenta por cento), por Unidades Orçamentárias, custeados com recursos do Tesouro e Outras Fontes, desde que tecnicamente justificado. Não serão computados neste limite os recursos utilizados para cobertura de créditos adicionais com base no item I deste artigo;

X - Abrir créditos adicionais para atender despesas com o pagamento de Precatórios advindos de determinação legal e/ou acordos judiciais, conforme as disposições da Constituição Federal, modificada pelas emendas nº 20/98 e nº 30/2000, com a Constituição Estadual, Lei Estadual nº 12.601, de 1.999 e demais legislação em vigor utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

XI - Abrir créditos adicionais para proceder ajustes de emendas, no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações formuladas pelos autores das mesmas.

Art. 10 - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado até o quinto dia do encerramento de cada trimestre, demonstrativo de todas as alterações decorrentes do artigo anterior.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar e/ou permutar os títulos públicos emitidos pelos Estados de Alagoas e Santa Catarina, e pelos municípios de Osasco (SP) e Guarulhos (SP), dos quais o Estado do Paraná é portador, e proceder a abertura de créditos adicionais decorrentes.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, necessários a implementação da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, utilizando como crédito as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 13 - Ficam os Poderes Legislativos, Judiciário e o Ministério Público autorizados a procederem ajustes nos seus Orçamento, nos termos da lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

## **Seção VI**

### **Das Centralizações de Recursos**

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com a finalidade de atender a aplicação mínima de recursos em função de determinações constitucionais ou fixadas em outras legislações, e ainda atender as situações decorrentes da otimização administrativa, em especial as referidas nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

## **Seção VII**

### **Da Execução do Orçamento e dos Créditos por Antecipação da Receita**

Art. 15 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do título VI, capí-

tulo I, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

### **Seção VIII**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 16 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado, os quadros de detalhamento e despesa especificando, por Projetos/Atividades/Operações Especiais, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores na forma do disposto no Artigo 7º desta lei.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar para fins orçamentários e contábeis as novas denominações de Órgãos e/ou Unidades decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta lei, bem como abrir os créditos adicionais necessários à sua implementação.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

#### **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 045/2001

Curitiba, 02 de outubro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, parecer apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que os recursos providos pelo Fundo Penitenciário, criado pela Lei nº 4955, de 13 de novembro de 1964, poderão, além da atual destinação, ter utilização no atendimento a programas de assistência aos egressos do Sistema Penitenciário do Estado.

O plano de lei em referência é oportuno e necessário eis que, resultando de estudos feitos pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, em processo protocolado sob nº 4.806.505-8/2001, visa possibilitar a utilização de recursos do Fundo Penitenciário em programas de assistência a egressos do sistema Penitenciário do Estado, cuja medida, sem dúvida alguma, significará importante passo no sentido da redução da criminalidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

#### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Os recursos providos pelo Fundo Penitenciário, criado pela Lei nº 4955, de 13 de novembro de

1964, poderão ser utilizados, também, no atendimento aos programas de assistência aos egressos do Sistema Penitenciário do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### **À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 046/2001

Curitiba, 02 de outubro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei que autoriza a desapropriação pela Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, área de propriedade da Emater - Paraná, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme transcrição nº 29.542, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraquara.

A presente proposição é feita em conformidade com o disposto no § 2º do art. 1º, do Decreto -Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, porque trata-se de bem pertencente a entidade estatal e o imóvel a ser desapropriado é o descrito no Decreto nº 4.842, de 30 de setembro de 1998, utilizado pela Sanepar, nas obras da Barragem do Rio Ivaí.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### **DECRETO Nº 4842**

O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, itens V e VI, da Constituição Estadual,

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, a área de terra abaixo descrita, bem como as benfeitorias que possam sobre ela existir, com fulcro nos artigos 2º, 5º, alíneas "e" e "h" e 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956:

Área: 361.361,35m²

Proprietário: Emater - Paraná; Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, ou a quem de direito pertencente.

Situação: Área II, de forma irregular, com área total de 633.816,75m², situada no município de Pinhais, constante da matrícula nº 29.542 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraquara, com a seguinte descrição: Partindo do marco M553, situado à margem da Avenida 25 de Janeiro (Estrada da Graciosa). Deste marco segue-se margeando a referida Avenida, em dire-

ção a Quatro Barras, com Azimute 53°13'57" e distância de 29,98 metros, chegou-se ao ponto nº 8820. Deste ponto segue-se pela jusante do leito antigo do rio Canguiri, confrontando com o Curt Kunze, Silvestre Cargnin, Luis Osvaldo Bezerra Farias, Maria Torres de Miranda e Yone Ninno Leite, numa extensão de 1.380,02 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 138°04'31" e 42,71 metros até o ponto nº 8557; Az 142°05'25" e 65,49 metros até o ponto nº 8047; Az 142°05'25" e 25,20 metros até o ponto nº 8550; Az 134°52'25" e 88,20 metros até o ponto nº 8551; Az 112°42'25" e 214,22 metros até o ponto nº 8552; Az 117°07'37" e 83,34 metros até o ponto nº 8778; Az 108°06'50" e 124,42 metros até o ponto nº 8544; Az 110°05'01" e 131,03 metros até o ponto nº 7500; Az 134°45'36" e 44,34 metros até o ponto nº 8777; Az 143°56'18" e 123,84 metros até o ponto nº 8776; Az 134°57'51" e 123,95 metros até o ponto nº 8775; Az 144°58'27" e 125,02 metros até o ponto nº 8774; Az 134°45'04" e 108,26 metros até o ponto nº 8773; Az 156°20'40" e 19,87 metros até o ponto nº 8772; Az 208°19'51" e 33,60 metros até o ponto nº 8771; Az 179°18'24" e 26,54 metros até o ponto nº 8742. Deste ponto segue-se pela montante do Ribeirão do Capão, confrontando com Iapar, numa extensão de 700,67 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 215°15'49" e 46,92 metros até o ponto nº 8859; Az 238°16'22" e 28,12 metros até o ponto nº 8858; Az 199°02'52" e 34,90 metros até o ponto nº 8744; Az 236°43'21" e 47,68 metros até o ponto nº 8745; Az 215°44'27" e 44,85 metros até o ponto nº 8746; Az 205°13'44" e 42,76 metros até o ponto nº 8748; Az 215°34'17" e 09,79 metros até o ponto nº 8747; Az 262°25'45" e 12,62 metros até o ponto nº 8736; Az 284°37'29" e 69,69 metros até o ponto nº 8737; Az 263°06'31" e 09,54 metros até o ponto nº 8749; Az 225°02'09" e 12,88 metros até o ponto nº 8750; Az 193°00'37" e 15,18 metros até o ponto nº 8763; Az 216°54'16" e 114,74 metros até o ponto nº 8762; Az 223°14'45" e 51,54 metros até o ponto nº 8764; Az 237°41'06" e 40,43 metros até o ponto nº 8765; Az 261°07'49" e 36,89 metros até o ponto nº 8766; Az 275°42'13" e 45,79 metros até o ponto nº 8767; Az 238°00'37" e 35,36 metros até o ponto nº 8825. Deste ponto segue-se por linha seca, confrontando com Iapar, com Azimute 330°16'52" e distância de 113,77 metros, chegou-se ao ponto nº 8857. Deste ponto segue-se pelo limite da faixa de proteção do rio Canguiri, confrontando com área remanescente, numa extensão de 1.648,35 metros, com os seguintes Azimutes e distâncias parciais: Az 66°47'24" e 83,32 metros até o marco nº M567; Az 21°33'37" e 63,40 metros até o marco nº M566; Az 307°01'48" e 81,50 metros até o marco nº M565; Az 355°08'00" e 101,11 metros até o marco nº M564; Az 283°24'50" e 59,91 metros até o marco nº M563; Az 0°49'45" e 214,99 metros até o marco nº M562; Az 59°42'21" e 145,25 metros até o marco nº M561; Az

330°34'37" e 82,65 metros até o marco nº M560; Az 275°25'32" e 119,94 metros até o marco nº M559; Az 25°14'11" e 76,74 metros até o marco nº M558; Az 312°22'44" e 97,25 metros até o marco nº M557; Az 259°39'21" e 54,01 metros até o marco nº M566B; Az 20°39'10" e 42,11 metros até o ponto nº M556A; Az 305°55'14" e 30,49 metros até o ponto nº M556; Az 220°33'03" e 100,91 metros até o ponto nº M555C; Az 310°48'49" e 126,05 metros até o ponto nº M555B; Az 41°37'10" e 88,15 metros até o ponto nº M555A; Az 304°56'52" e 52,00 metros até o ponto nº M555; Az 320°25'21" e 111,69 metros até o ponto nº M554B; Az 320°28'29" e 76,61 metros até o ponto nº M554A. Deste ponto segue-se por linha seca, confrontando com a Estação Elevatória Canguiri, com azimute 52°31'05" e distância de 31,23 metros, chegou-se ao ponto nº 8820, fechando a referida Poligonal. Os Azimutes acima descritos referem-se ao Norte Magnético.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior, destina-se à Barragem do Rio Iraí.

Art. 3º - Fica autorizada a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da desapropriação.

Art. 4º - Fica reconhecida a desapropriação em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, para os fins indicado, ficando-lhe assegurado o direito de acesso à área compreendida no artigo 1º deste Decreto.

Art. 5º - A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, poderá invocar em juízo, quando necessário, a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações.

Art. 6º - O ônus decorrente da desapropriação da área a que se refere o artigo 1º deste Decreto, ficará por conta da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 30 de setembro de 1998, 117º da Independência e 110º da República.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO

Secretário de Estado do Governo

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Companhia de Saneamento Básico do Paraná - Sanepar, fica autorizada a desapropriar a área descrita no Decreto nº 4.842, de 30 de setembro de 1998, de propriedade da Emater - Paraná, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme trans-

crição nº 29.542, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraquara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 047/2001

Curitiba, 02 de outubro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de nos termos do art. 66 inciso II, da Carta Estadual, encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, mediante decreto, expedir, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de milhares de servidores civis, ativos e inativos, bem como de pensionistas do Estado do Paraná.

O plano de lei ora proposto é indiscutivelmente oportuno e necessário, tendo em vista que a vigente normatização da matéria encontra-se calcada em dispositivos cujos termos, inadequados, imprecisos, insatisfatórios e desatualizados, não atendem aos vários reclamos do moderno relacionamento entre a Administração, funcionários. Por outro lado, a via definida através de decreto, tendo por limite a lei e o interesse público, ensejará condições no sentido de rápida atualização e executoriedade, sempre que necessidades novas surgirem e que devam ser consideradas e disciplinadas para beneficiar servidores e seus beneficiários.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, expedir, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folha de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. **À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

**OFÍCIO**

Sob o nº CTL/SEEG Nº 325/2001 do senhor governador do Estado, solicitando restituição da Mensagem nº 031/2001, e o decorrente Projeto de Lei nº 411/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

**OFÍCIO ASS. Nº 054/2001**

Senhor Presidente:

Com meus cordiais cumprimentos, venho informar V.Exa. que no dia 01 de outubro de 2001 - segunda-feira, oficializei minha desfiliação do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira - à Justiça Eleitoral.

Aproveito o ensejo para comunicar que já assinei ficha de filiação ao PDT - Partido Democrático Trabalhista.

Sendo o que havia para o momento, reitero protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**OFÍCIO S/Nº**

Senhor Presidente:

Comunico formalmente a esta Casa e aos nobres pares que a partir desta data, torno-me membro efetivo do Partido Democrático Trabalhista- PDT.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

## Indicações:

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente indico os ilustres deputados Hidekazu Takayama e Custódio da Silva, como titulares para comporem a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

Líder do PTB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente indico os ilustres deputados Nelson Tureck e Chico Noroeste como titulares para comporem a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente indico o ilustre deputado Fernando Ribas Carli como titular para compor a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná.



Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) TONY GARCIA  
Líder do PPB

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente indico o ilustre deputado Antonio Carlos Belinati como titular para compor a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS  
Líder do PSL

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente indico os ilustres deputados Ademir Bier e Nereu Moura, como titulares para comporem a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná, e os deputados Edson Strapasson e Caíto Quintana como suplentes.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
Líder do PFL

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente indico o ilustre deputado Moysés Leônidas - PSB como titulares para comporem a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI - Líder PPS  
SERAFINA CARRILHO - líder PL  
LUIZ CARLOS ZUK - Líder PDT

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que estarei representando o PSDB para compor a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) SÉRGIO SPADA  
Líder do PSDB

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ao Presidente da mesa Executiva a indicação do deputado Ângelo Vanhoni, para compor a Comissão Especial de Investigação das Universidades pelo Partido dos Trabalhadores.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGININ  
Vice-Líder do PT

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 3092

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2001, de autoria de diversos senhores deputados.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Tony Garcia, Neivo Beraldin, Ademir Bier e Orlando Pessuti.

#### REQUERIMENTO Nº 3104

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei 295/2001 que altera o parágrafo único, do artigo 26, Lei 6.417, de 03 de julho de 1973, que trata das hipóteses de indenização ao policial militar, para incluir os serviços extraordinários, no valor máximo mensal de R\$100,00 (cem reais), para cada militar, sendo corrigida sempre que houver reajuste para o funcionalismo estadual.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 3161

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 477/2001, referente à Mensagem Governamental nº 042/2001, que dispõe sobre crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3162

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER

após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 478/2001, referente à Mensagem Governamental nº 043/2001, que dispõe sobre assegurar à viúva de ex-governador do Estado do Paraná, o direito a continuar percebendo, no mesmo valor e a título de pensão mensal, o benefício de que cuida do artigo 85, § 5º, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3198

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 492/2001, de sua autoria, que dispõe sobre as formas de afixação de preços em produtos e serviços para conhecimento pelo consumidor.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

#### REQUERIMENTO Nº 3149

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 432/2001, que declara de Utilidade Pública o Centro de Eventos Sociais e Religiosos de Marialva, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 3165

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 334/2001 seja anexado ao Projeto de Lei nº 318/2001, por tratar-se do mesmo assunto (Altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.229/2001, que criou o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti e dá outras providências).

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 3166

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que os Projetos de Lei nºs 231/2001 e 086/2001 sejam anexados ao Projeto de Lei nº 197/2000, por tratar-se do mesmo assunto (caça-níqueis e máquinas eletrônicas).

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 3173

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 107, Incisos I e II, do Regimento Interno respeitosamente, REQUEREM, a transformação do Plenário em Comissão Geral, no dia 02 de outubro de 2001, para emissão de parecer, discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2001, de autoria de diversos senhores parlamentares.

Nestes termos pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI, ALGACI TULIO, NEREU MOURA, ELI GHELLERE, ÂNGELO VANHONI, LUCIANA RAFAGNIN, MARCOS ISFER, HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ZUK, JOSÉ MARIA FERREIRA, ADEMIR BIER, CAÍTO QUINTANA, PASTOR EDSON PRACZYK, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO ANIBELLI, SERAFINA CARRILHO, CEZAR SILVESTRI, IRINEU COLOMBO, NEIVO BERALDIN, SÉRGIO SPADA, WALDYR PUGLIESI, TONY GARCIA e EDSON STRAPASSON.

#### REQUERIMENTO Nº 3212

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, solicita a esta presidência gentileza de ceder no próximo dia 10 do corrente (quarta-feira) o espaço de 5 minutos no pequeno expediente, para pronunciamento do estudante universitário Simão Nicolau Stlemastchok, que tratará sobre o Programa Especial de Treinamento do Governo Federal.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O PET (Programa Especial de Treinamento) é um projeto do Governo Federal que fora instituído na década de 70 e que visa colocar o estudante universitário em contato com a pesquisa e também fazendo a extensão universitária em contato com empresas, grupos sociais, laboratórios, e em outras instituições e ambientes que aprimorem o aproveitamento universitário na prática de seus estudos.

Tendo em conta que o governo federal tem diminuído o repasse de recurso deste programa os estudantes universitários do Brasil todo estão se mobilizando para garantir a sua continuidade, mostrando sua importância e solicitando apoio dos políticos brasileiros.

Já estiveram no Congresso Nacional e na Câmara Municipal de Curitiba, onde debateram o assunto e receberam o apoio, e desta feita, procuram a nossa Casa para informar sobre o PET e pleitear o apoio de nossos colegas parlamentares.

Contato: estudantes Simão (361-3263) e Júlia (366-6441).

#### REQUERIMENTO Nº 3103

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, formação de comissão de deputados que terá por tarefa acompanhar o movimento reivindicatório dos servidores das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, hoje paralisadas, bem como mediar o diálogo entre as entidades representativas dos servidores e o Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Mais uma vez vivenciamos uma paralisação estadual das instituições estaduais de ensino superior do Paraná, motivada especialmente pela reivindicação de reajuste salarial da categoria dos servidores das mesmas. Por um lado temos os servidores reclamando reposições salarial, apresentando suas razões e, por outro, o Governo do Estado, que vive limitantes decorrentes da ausência de recursos e das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O que temos é um impasse que, persistindo, trará graves prejuízos à sociedade como um todo, visto que a paralisação atinge também, ainda que parcialmente, os hospitais universitários das universidades estaduais de Maringá, Londrina e Cascavel, nesta última o Hospital Regional. Os prejuízos não atingem apenas os usuários dos serviços de saúde pública prestados por estes hospitais, mas também os alunos, que correm o risco de perder o aluno letivo, ou, no mínimo, importantes conteúdos.

E frente a este impasse esta Casa de Leis não pode se omitir, motivo pelo qual julgamos urgente a constituição da presente comissão de deputados.

São estas as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3130

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, formação de comissão de deputados que terá por tarefa acompanhar o movimento reivindicatório dos professores e funcionários da Rede Pública de Ensino do Paraná e promover e mediar o diálogo entre a APP - Sindicato e o Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Avaliamos o momento com a preocupação de parlamentar e cidadão que considera a educação especialmente a pública e gratuita, o principal pilar de construção de uma sociedade democrática e socialmente justa. De um lado temos uma imensa comunidade constituída de

professores e funcionários das escolas públicas estaduais do Paraná que tem reivindicação salarial, cumuladas de outras atinentes ao funcionamento das escolas, associada à comunidade integrada por alunos e seus pais, que soma outras centenas de milhares, e de outro o governo do Estado, com suas obrigações próprias e específicas atinentes à educação pública. Estas partes precisam entrar em acordo para evitar o acirramento das posições próprias de cada lado e a sociedade precisar conviver, mais uma vez, com a paralisação do setor, que seguramente não é desejada por nenhuma das partes envolvidas. Esse impasse tem chances redobradas que culminar em consensos com a intervenção positiva desta Casa de Leis, de onde emanam as leis e onde se dão os debates políticos mais importantes de nosso Estado. Nossa intervenção se faz mais necessária do que nunca.

São estas as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3130A

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, formação de comissão de deputados que terá por tarefa acompanhar o movimento reivindicatório dos professores e funcionários da Rede Pública de Ensino do Paraná e promover e mediar o diálogo entre a APP - Sindicato e o Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Avaliamos o momento com a preocupação de parlamentar e cidadão que considerava a educação especialmente a pública e gratuita, o principal pilar de construção de uma sociedade democrática e socialmente justa. De um lado temos uma imensa comunidade constituída de professores e funcionários das escolas públicas estaduais do Paraná que tem reivindicação salarial, cumuladas de outras atinentes ao funcionamento das escolas, associada à comunidade integrada por alunos e seus pais, que soma outras centenas de milhares, e de outro o governo do Estado, com suas obrigações próprias e específicas atinentes à educação pública. Estas partes precisam entrar em acordo para evitar o acirramento das posições próprias de cada lado e a sociedade precisar conviver, mais uma vez, com a paralisação do setor, que seguramente não é desejada por nenhuma das partes envolvidas. Esse impasse tem chances redobradas que culminar em consensos com a intervenção positiva desta Casa de Leis, de onde emanam as leis e onde se dão os debates políticos mais importantes de nosso Estado. Nossa intervenção se faz mais necessária do que nunca.

São estas as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3133

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Flávio Alberto Morcelli, ocorrido no dia 27.09.2001, na cidade de Francisco Beltrão/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada para Rua Minas Gerais, 437 - Bairro Alvorada, 85601-060 - Francisco Beltrão/PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### JUSTIFICATIVA:

Flávio Alberto Morcelli, nasceu no dia 01 de fevereiro de 1940. Era filho de Rosalina Morcelli. Casou-se no dia 19 de junho de 1965 em Erechim (RS) com Maria Marlene. O casal teve dois filhos Ruy Adriano e Flávia Andréia.

Flávio iniciou como radialista em maio de 1954, na emissora de rádio de sua cidade, Getúlio Vargas (RS) onde trabalhou até 1961. Em novembro de 1968 foi contratado para trabalhar na Rádio Princesa, de Francisco Beltrão, atuou como apresentador de programas sertanejos, no Jornal Falado Renner; foi repórter e narrador de futebol.

As palavras de agradecimento pelo seu incansável trabalho não cessam nunca, com sua farta experiência e imensa sabedoria, além de um coração sem tamanho e sem limites para se dedicar ao seu próximo. O seu passamento nos deixou uma enorme lacuna. Pedimos a Deus que conforte os corações de sua família.

#### REQUERIMENTO Nº 3137

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Valdemar de Souza, falecido no dia 25 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 3138

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da senhora Rosa Olivo Valentini, falecida no dia 28 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 3176

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Ses-

são de hoje, voto de pesar à família Colodel, pelo falecimento do senhor José Air Colodel, ocorrido no dia 30 de setembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família através de correspondência a ser encaminhada à senhora Roseli Trevisan Colodel, na Av. Emilio Johnson, 245 - CEP 83.501-000 - Almirante Tamandaré/PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 3177

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Bugalski, pelo falecimento do senhor Rogério Fernando Bugalski, ocorrido no dia 28 de setembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família através de correspondência a ser encaminhada à senhora Lúcia Sandri Bugalski, na Av. Vereador Wadislau Bugalski, 6.510 - CEP 83.507-270 - Almirante Tamandaré/PR; e à viúva Dirce Basso Bugalski, na Rua Lúcia Dechandt, 122 - CEP 82.220-180 - Almirante Tamandaré-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 3147

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aneri Severino Borges, aos 62 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelo seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3181

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonor Carceréri, aos 105 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelo seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos, recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3206

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do ex-vereador Florentino Gonçalves de Moraes, ocorrido no município de Santa Mônica, em 01.10.2001. (Conhecido na intimidade dos amigos como "Loro").

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 74 anos de idade faleceu, em Santa Mônica, dia 01.10.2001, o ex-vereador Florentino Gonçalves de Moraes, que deixou viúva dona Neuza Gonçalves de Moraes. Deixou ainda, três filhos.

Florentino Gonçalves de Moraes foi vereador em Santa Isabel do Ivaí de: 1969 a 1973 e de 1989 a 1992. E, foi presidente da Câmara de 1991 a 1992.

O passamento do ex-vereador Florentino veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

Era pessoa bastante relacionada na região de Santa Isabel, onde foi vereador, e Santa Mônica, onde residia.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos e companheiros. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória. Fique certo, amigo dileto, de que sua lembrança permanecerá viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gonçalves de Moraes, endereçando a ela votos de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 3099

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Tribunal

Regional do Trabalho da 9ª Região, pela comemoração de seus 25 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região completou na última semana seus 25 anos. O Tribunal já teve sua composição ampliada três vezes, primeiro para 12 juizes, depois para 18 e enfim, para os atuais 28 magistrados. Teve sua competência ampliada com a inclusão do trabalho de cálculo e execução de parcelas previdenciárias. Trocou de sede 3 vezes e o grau de jurisdição foi multiplicado, passando de 17 Juntas de Conciliação e Julgamento de 1976 (quando incluía Santa Catarina) para 61 varas hoje (apenas no Paraná).

Estes 25 anos foram de muitas conquistas e de transposição de dificuldades. Mas a principal atribuição acrescentada nos últimos anos a Justiça Trabalhista foi a competência para arrecadar contribuições previdenciárias e impostos de renda de pessoas físicas, incidentes sobre os valores executados nos processos trabalhistas.

Pela comemoração de seus gloriosos 25 anos, receba o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, através de sua presidente - Dra. Adriana Nucci Paes Cruz (Vicente Machado, 400 - Centro - Ctba/PR), os votos de congratulações.

#### REQUERIMENTO Nº 3100

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de São Mateus do Sul, pela comemoração de seus 93 anos.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de São Mateus do Sul comemorou em data de 21 de setembro de 2001, seus 93 anos de fundação. Com 1330 quilômetros de território e uma população de cerca de 37.000 habitantes (cerca de metade localizada na área rural) a cidade vem apresentando um forte crescimento na produção agropecuária.

Além das produções tradicionais da erva-mate, milho, fumo e feijão, o município vem se destacando nos últimos anos em soja, batata e na suinocultura. No setor industrial o município já conta com empresas de porte como Petrobrás, Incepa, as Ervateiras Baldo, Rei Verde, Vier, São Mateus e Elizabeth, a Madeireira Vicari, Madeixa e outras. A Usina de Xisto da Petrobrás (óleo, gás, enxofre) e subprodutos permitem a formação de um pólo industrial - tecnológico de grande porte.

A orientação para o futuro convive em São Mateus do Sul com o respeito ao passado, pois a população - ordeira e trabalhadora - não mede esforços para ver sua cidade crescer, mas conserva as tradições que sempre guiaram seus passos.

Pela comemoração de seus gloriosos 93 anos, receba a cidade de São Mateus do Sul, através de seu prefeito municipal - Sr. Luiz Adir Gonçalves Pereira (Rua Barão do Rio Branco, 431 - 83.900-000 - São Mateus do Sul/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 3111

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor congratulações e muito aplausos ao casal Benedito Soares Sobrinho e Laura de Souza Soares, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro".

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todo os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria a paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3115

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha em Curitiba, Hans Gerhard Schorer, pela comemoração da Data Nacional - Dia da Unidade Alemã, a ser comemorado no dia 03 de outubro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Hans Gerhard, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nicolau Maeder, 47 - Alto da Glória, CEP 80030-330 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3118

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário inserção nas Atas dos Trabalhos de votos de congratulações ao Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná pela comemoração de 89 anos de sua existência.

O Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de nosso Estado, pois, com eficiência e qualidade no atendimento àqueles que precisam denotam a grande credibilidade deste Comando, e sendo assim, nos credenciam a asseverar o voto de congratulações desta Casa de Lei.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Gabinete do Comandante - Rua Nunes Machado, 100 - CEP 80250-000 Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

#### REQUERIMENTO Nº 3121

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Museu Paranaense, pela comemoração de seus 125 anos.

Sala das Sessões, 03.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 25 de setembro o Museu Paranaense completou seus 125 anos. Fundado em 1876, possuía inicialmente um acervo de 600 objetos como artefatos, moedas, pedras, conchas, insetos, raridades, colibris e borboletas. Era o primeiro museu do Paraná e o terceiro do Brasil.

Atualmente o Museu Paranaense possui um acervo com mais de 320 mil objetos e documentos compreendendo as áreas de arqueologia, etnológica, história e biblioteca. Há curiosidades artísticas, quadros, numismática, armas nacionais brancas e de fogo, armas estrangeiras, objetos usados pelo cabloco e objetos estrangeiros, peças e livros. Só no acervo de arqueologia estão hoje mais de 256 mil peças que se referem ao território paranaense desde 8 mil AC.

A instituição adquiriu o perfil de museu que revela a história do Paraná, desde a pré-história até os dias de hoje. Com o crescimento, uma nova sede tornou-se necessária. O museu passou por diversos locais e hoje está localizado na Praça Generoso Marques, num emblemático edifício da nossa cidade.

Além de suas atividades diárias, o Museu Paranaense produz outras formas de divulgação do acervo (CD-Room), além de atividades educativas junto às escolas de Curitiba e Região Metropolitana e recebeu em 2000 a visita de 20.334 escolares.

Pela comemoração de seus gloriosos 125 anos de fundação, receba o Museu Paranaense, através de seu diretor - professor Jayme Antonio Cardoso (Praça Generoso Marques, s/nº. - 80020-230 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 3122

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colombo Futebol Clube, pela conquista do tetracampeonato pela Liga de Colombo.

Sala das Sessões, 03.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colombo Futebol Clube, numa campanha histórica foi o Campeão pela liga de Colombo de 2001, acumulados agora o título de Tetracampeão - quatro campeonatos consecutivos (1998, 1989, 2000 e 2001).

A conquista foi heróica, pois o time chegou à vitória de forma invicta o que conferiu ao campeonato momentos emocionantes. Em todas as partidas, o Colombo F.C. mostrou garra e determinação, sempre aliados a uma vontade indescritível de vencer que, ao lado de muito trabalho, lhe garantiu a vitória.

Atletas e dirigentes que participaram da campanha do tetracampeonato: Marcelino, Luciano, Kito, Aurélio, Serginho, Fernando, Tarcísio, Sill, Mana, Jakson, Wasginton, Buchecha, Paulo Roberto Paniche, Cesar, Everton, Nando Deivid, Romarinho. Técnico: Ziquita. Auxiliar: Coronel Januz. Diretor: Jipão, Toco e Joelson. Predador: Luiz Henrique. Massagistas: Seu João e Wagner. Roupeiro: Juscelino.

A toda a equipe do Colombo Futebol Clube, pela conquista do tetracampeonato pela liga de Colombo 2001, receba, através de seu Técnico Ziquita, (A/C Jornal Balançando a Rede, Av. Zacarias de Paula Xavier, 165 - Centro - Colombo/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3123

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação Paranaense de Imprensa, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, 03.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Imprensa - API empossou em data de 24 de setembro último (segunda-feira) sua nova diretoria, para o biênio 2001/93, em pleito realizado na Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado. A API é uma instituição com 67 anos de existência e que encontra-se em fase de verdadeira modernização e reestruturação. A nova Diretoria ficou assim composta:

- Presidente: Paulo Gomes
- Vice-Presidente: João Formighieri
- 1º Secretário: Newton Romanowski
- 2º Secretária: Sandra Pacheco
- 1º Tesoureira: Natália Perez
- 2º Tesoureiro: Vera Cleve de Oliveira

À nova diretoria da API, com desejos de muito sucesso na nova caminhada, através de seu novo Presi-

dente - Sr. Paulo Gomes (Liderança do PPB - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3136

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos Trabalhos votos de congratulações à direção e funcionários da Rádio Comunitária Iguaçu FM de Planalto, que começa a operar a partir de amanhã, dia 02 de outubro de 2001.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento ao Sr. Ernesto Karmiczak, diretor da mencionada emissora, à Av. Porto Alegre nº 639 - 85750-000 Planalto/PR.

Sala das Sessões, 03.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A instalação da Rádio Comunitária é um sonho antigo da comunidade planaltina, que se concretiza.

Com a frequência começa a operar amanhã e certamente será de grande valia, não só com entretenimento da população mas também para a divulgação de fatos e eventos de interesse regional.

Nossos parabéns aos munícipes de Planalto por mais essa conquista, com os melhores votos de que a Rádio Comunitária Iguaçu obtenha sucesso, firmando-se cada vez mais no cenário estadual.

REQUERIMENTO Nº 3151

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o soberano Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sindicato das Secretárias do Paraná, pela passagem do Dia da Secretária, comemorado no dia 30 de setembro.

Requer ainda, que se dê ciência à Sra. Neuralice Cesar Maina, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Lamenha Lins, 981 CEP 80.250.020, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK  
SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3139

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Sindicato das Secretárias no Estado do Paraná, alusivos ao Dia da Secretária, a ser comemorado no dia 30 de setembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua presidente, Neuralice César Maina, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Lamenha Lins, 981 - Rebouças- CEP 80250-020 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3185

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, pela circulação de sua revista trimestral que irá informar, atualizar e dar dicas aos médicos veterinários de nosso Estado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente doutor Paulo Moreira Borba, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê, 356 - Jardim Botânico-CEP 80210-060, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3186

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à jornalista Mônica Kaseker, da Folha do Paraná, pelo prêmio “Jornalista Amigo da Criança”, concedido pela Andi - Agência Nacional dos Direitos da Criança e pela Fundação Abrinq, no dia 1º de outubro em Brasília- DF.

Requer ainda que do presente se dê ciência à jornalista Mônica, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mauá, 1133 - Alto da Glória, CEP 80030-200 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3187

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Emater - PR, pelo informativo de resultados da ação extensionista “O Homem e a Terra”, a Extensão da Notícia nº 1, ano 1, setembro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor-presidente Rubens Ernesto Niederheitmann, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Bandeira, 500 - Ahú - CEP 80035-270 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3188

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná, alusivos ao dia do Dentista, comemorado hoje dia 03 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Dr. Wagner Carreira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Paz, 260 - Alto da XV, CEP 80060-160- Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3189

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, alusivos ao Dia do Carteiro, a ser comemorado no dia 09 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu diretor regional Ilves Ribas Caldas Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Negrão, 1251- Bloco 1- 4º andar- CEP 80020-900 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3190

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Jornal Paraná Centro, pela realização da 3ª Copa Paraná Centro de Futsal, que realizar-se-á de 29 de setembro a 25 de novembro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu diretor presidente Miguel Roberto do Amaral, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Marechal Cordeiro de Farias, s/nº CP 80870-000 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3191

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Polícia Civil do Estado do Paraná, alusivos aos 148 anos de sua fundação, comemorados no dia 28 de setembro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu diretor geral doutor Leonyl Ribeiro, através de corres-



pondência a ser encaminhada à Rua José Loureiro, 540 - CEP 80010-000 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3192

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Corpo de Bombeiros do Paraná, alusivos aos 89 anos de sua fundação, a serem comemorados no dia 08 de outubro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu Comandante Coronel Ubirajara Dias Paredes, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nunes Machado, 100 CEP 80250-000- Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3196

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, votos e congratulações ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná pelo seu 89º aniversário.

Requer, outrossim, comunicação do feito ao Comando do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, comemora neste próximo dia 08 de outubro, seu 89º aniversário.

Relembrar aqui os fatos ocorridos com os valerosos policiais-bombeiros que no decorrer de tantos anos, seria uma longa história com quais centenas destes profissionais se depararam nestes 89 anos de existência. Vale lembram sim, os bravos policiais que sucumbiram de seus deveres, heróis anônimos, muitos já esquecidos. Saiba que tem minha admiração pela grande luta.

Quero homenagear todos esses brilhantes profissionais que defendem vidas, pelo bem-estar e todos, sempre trabalhando pela segurança de nossa população paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 3203

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações e aplausos a todos os idosos pelo transcurso do Dia Internacional do Idoso, comemorado na última segunda-feira, dia 1º de outubro, e em especial ao Clube do Vovô de Maringá, representado pelo seu presidente, o senhor Domingo Rodrigues, e a todas as associações de terceira idade do nosso Estado.

Outrossim, requer comunicação do feito ao senhor Domingo Rodrigues.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As maiores dificuldades enfrentadas pela terceira idade, são a marginalização social, a solidão e a carência afetiva. Apesar dessas barreiras, alguns idosos têm se mostrado bastante ativos e participativos. A vontade de viver deles faz com que muitos superem doenças e as dificuldades da velhice, dando grandes exemplos de vida.

Dessa maneira os idosos não podem ser esquecidos e devem ser homenageados não somente no Dia Internacional do Idoso, mas sim todos os dias.

Daí as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3207

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam enviados votos de congratulações à comunidade do município de Campo Mourão, pelas comemorações alusivas aos 54 anos de emancipação político-administrativa do município em 10 de outubro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste seja dado ciência à Prefeitura Municipal de Campo Mourão (Rua Brasil, 1487 - CEP 87301-140 - Campo Mourão- PR), e à Câmara Municipal de Vereadores (Rua Francisco F. Albuquerque, 860 - Caixa Postal 450 - CEP 87302-220 - Campo Mourão- PR).

#### REQUERIMENTO Nº 3209

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Alceu Dirmar Machado e Sirlei Terezinha Santos Machado, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3155

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Iporã-PR, alusivos à comemoração do 41º aniversário de emancipação política, que ocorrerá no dia 12 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à prefeita, senhora Maria Aparecida Zago Udenal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Pedro Álvares Cabral, 2677, CEP: 87560-000, Iporã-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3156

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, alusivos à comemoração do 89º aniversário desta Instituição, que ocorrerá no dia 08 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Comandante do Corpo de Bombeiros Senhor Ubirajara Dias Paredes, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nunes Machado, 130, CEP: 80250-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3157

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Cândói, alusivos à realização da IV Festa Nacional do Charque, que ocorrerá no dia 05, 06 e 07 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Senhor Elias Farah Neto, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida XV de Novembro, 900, CEP: 85130-000, Cândói-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3158

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Brasileira de Enfermagem Seção Paraná, alusivos à realização do 53º Congresso Brasileiro de Enfermagem, que ocorrerá no dia 09 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem Sra. Eucléa Gomes Vale e à Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Paraná, Sra. Alaerte Leandro Martins, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brigadeiro Franco, 1861, ap. 13, CEP: 80420-200, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3159

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Consulado da República Federal da Alemanha, alusivos à comemoração da Data Nacional - Dia da Unidade Alemã, que ocorrerá no dia 03 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao consul honorário Sr. Hans Gerhard Schorer, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nicolau Maeder, 47, CEP: 80030-330, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3160

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Polícia Civil do Paraná, alusivos a comemoração do 148º aniversário da criação desta Instituição, que ocorreu no último dia 28 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Delegado Geral do Departamento da Polícia Civil, Sr. Leonyl Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Barão do Rio Branco, 182, CEP: 80010-180, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 3163

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações ao vereador Alceu Maron, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, pela passagem do 70º aniversário de fundação daquela entidade, ocorrido em 26/09/2001.

Outrossim requer seja dada ciência deste, ao homenageado, no endereço: Rua XV de Novembro, 621 - Bairro Centro Histórico - Paranaguá - CEP: 833.203.010.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) CESAR SELEME

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, fundado em 26 de setembro de 1931, comemora nesta data seu septuagésimo aniversário, mantendo viva a chama da nossa história, com realizações e eventos direcionados à cultura dos povos litorâneos e de todo o Estado do Paraná.

Seu presidente, o vereador Alceu Maron, vem dedicando a maior parte do seu tempo a dar continuidade na propagação dos fatos históricos do nosso povo e de nossa civilização, promovendo seguidos eventos, com o desejo de tornar mais conhecida a nossa história contemporânea.

**REQUERIMENTO Nº 3178**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao Coritiba Futebol Clube, pela passagem do seu 92º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor Francisco Alberto de Araújo, presidente do Coritiba Futebol Clube, para que receba e transmita a todos os companheiros de diretoria e associados o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

O dia 12 de outubro marcará a passagem do 92º aniversário de fundação do Coritiba Futebol Clube, uma das maiores glórias do esporte paranaense, e principal clube futebolístico do Estado em termos de títulos conquistados.

A trajetória do “Coxa”, desde 1909, quando foi fundado, tem sido motivo de orgulho para os paranaenses e servido de elemento divulgador e promotor da nossa Capital e do nosso Estado. Além dos 32 títulos regionais, o Coritiba Futebol Clube tem se destacado nas competições de âmbito nacional, sendo campeão do Torneio do Povo e Campeão Brasileiro. Em excursões internacionais, como representante do futebol brasileiro, sempre obteve marcantes resultados, inclusive conquistando a “Fita Azul” em 1972, num giro do qual retornou invicto.

Pela visão de suas diretorias, o Clube tem mantido uma posição atuante e participativa na vida curitibana. Graças ao espírito administrativo de seus diretores e o apoio incondicional de sua grande torcida, ergueu no bairro Alto da Glória o seu estádio, a principal praça de esportes de Curitiba e palco de grandes acontecimentos do futebol, além de outras festividades inclusive religiosas, como aquela inesquecível recepção ao Santo Padre João Paulo II.

A grandeza do Coritiba deve-se a ilustres e dedicados “Coxas”, que passaram pelos cargos diretivos, de

Antonio Couto Pereira e Francisco Alberto Vieira de Araújo. Deve-se também a desprendidos atletas que deram de tudo pelo Coritiba, principalmente nas épocas em que o jogador ainda não era de todo profissionalizado, pois, defendia o clube por amor, sujeito não raro a grandes sacrifícios.

Pelo que tem feito em favor do esporte do Paraná, pela projeção que deu nacional e internacional a Curitiba e ao Estado do Paraná, o Coritiba é credor de nossa melhor homenagem.

**REQUERIMENTO Nº 3183**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, pela passagem do seu 89º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Cel. Ubirajara Dias Paredes, para que receba e transmita a todos os “soldados do fogo” do Paraná, o reconhecimento da população paranaense, através deste deputado.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Aquele que chamado “soldado do fogo”, está sempre pronto para ajudar, para colaborar, para salvar a qualquer hora, seja para atender a um pequeno pedido até o socorro de maior gravidade.

Que nesta data dedicada com justiça ao nosso bombeiro na passagem do 89º aniversário da Corporação, a comunidade paranaense reflita sobre a elevada importância e sua constante presença.

Quando nos referimos aos bombeiros, podemos instintivamente associar esses bravos soldados ao incêndio. Entretanto, isso não é tudo. Devemos sim, lembrarnos do carro de combate ao incêndio, como as ambulâncias que cruzam nossas ruas levando constantemente ajuda e lenitivo ao ser humano.

**REQUERIMENTO Nº 3150**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao município de Cândói, pela IV Festa Nacional do Charque, a ser realizada nos dias 05, 06 e 07 do corrente mês.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Elias Farah Neto, prefeito municipal, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida XV de Novembro, 900 - Cândói-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**REQUERIMENTO Nº 3095**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após o duto Plenário, seja enviado diploma contendo votos de louvor à comunidade da paróquia Nossa Senhora das Mercês, em Curitiba por ocasião de seu jubileu de ouro ocorrido em setembro deste ano e pelos notáveis serviços prestados à população.

Em funcionamento desde a década de 1930 e transformada em Paróquia em 1951, a comunidade tem desenvolvido vasto serviço em benefício da população, em especial nas áreas de desenvolvimento e espiritual, educação, assistência social e tantas outras que muito tem beneficiado a sociedade como um todo e a população da região em particular.

Sala das Sessões, 03.10.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

**REQUERIMENTO Nº 3119**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário inserção nas Atas dos trabalhos votos de louvor à empresa Robert Bosch Ltda, pelo recebimento do Prêmio Mérito Ambiental 2000.

A Revista Prêmio Paraná 2001 divulgada pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Humanos, pelo Instituto Ambiental do Paraná, e pela SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental e pelo Sistema de Federação das Indústrias do Estado do Paraná, confirma a seriedade que o setor produtivo e a sociedade paranaense vem dando às questões ambientais, através da concessão do Prêmio Mérito Ambiental 2000. Na categoria "Educação Ambiental Não Formal" (ano 1999) foi premiado o trabalho "Projeta o Meio Ambiente e Ajude Quem Precisa" elaborado pelos técnicos dos setores de Serviço Social, Comunicação, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente desta empresa. Sendo assim, a Robert Bosch Ltda e sua equipe técnica merecem nosso reconhecimento pela importância que dá às questões ambientais.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Av. Juscelino K. de Oliveira, 11800 cidade Industrial de Curitiba - CIC - CEP 81450-902 Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

**REQUERIMENTO Nº 3180**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Paranaense de Energia Elétrica - Copel, no sentido de atender o pedido da Sra. Leonor Dias da Silva Culpi, residente à Rua Orlando Peruci nº 210 - bairro

Santa Felicidade, que solicita a extensão da rede de energia elétrica até a sua residência. Existe rede na Rua Aghabito Budel - Bairro Butiatuvinha, até o cruzamento, faltando somente uns 100 metros. Ela já havia protocolado pedido junto a Prefeitura e a mesma nos informou ser de competência dessa Empresa.

Como a Sra. Leonor está já há algum tempo tentando tal extensão, pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 3145**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Francisco Azevedo Macedo, sito no Bairro Novo Mundo, que solicitam policiamento ostensivo nesse colégio devido a existência de "gangs" que ficam nas esquinas para assaltarem e agredirem os alunos. O horário mais perigoso é entre 10h30min e 13h00, sendo que muitos alunos saem mais cedo, são assaltados e sofrem agressões físicas. Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 3110**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Guilherme Albuquerque Maranhão, sito no bairro Jardim da Ordem, Tatuquara, os quais solicitam policiamento ostensivo nesse colégio, principalmente de dia. Muito desocupados ficam nas proximidades do colégio ingerindo drogas e causando muitos problemas, porém o que mais vem preocupando os pais é que os próprios alunos do colégio, ao saírem das aulas, ficam brigando, inclusive portanto "armas brancas".

A situação é muito grave, brigas constantes ocorrem e o policiamento se faz necessário o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 3179**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Tingui, mais

especificamente da Rua Diógenes do Brasil Lobato, os quais pedem policiamento ostensivo no bairro, de dia e à noite. Ocorrem assaltos diariamente, arrombamentos nas residências, inclusive com destelhamento das residências. Um dos moradores foi assaltado quando chegava em sua residência por três rapazes que portavam metralhadora, tendo que ser internado, devido ao estado de choque que ficou.

Várias gangs agem no bairro e o policiamento se faz necessários em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3086

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro CIC, mais especificamente da Rua Paraíba do Sul e proximidades - Vila Jardim Venízia - Barigui Estação, que solicitam policiamento ostensivo nessa região, principalmente no período da tarde. Infelizmente "gangles" estão invadindo e roubando as residências, aproveitando-se que nesse período poucos moradores encontram-se em sua residência.

O atendimento do presente beneficiará e proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3146

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Sônia Guimarães Schafhauser, residente à Rua Antonio Meirelles Sobrinho nº 730 - Bairro Cajuru, que solicita reparos no calçamento ao lado da tampa do esgoto em frente a sua residência. Foram efetuados reparos e o calçamento foi danificado. A Sra. Sônia pede urgência no atendimento do presente, face aos transtornos que o problema vem causando. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 267-6228.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3087

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Angelina Cardoso Munhoz, residente à Rua Frederico Escorsin nº 281, Bairro São Braz,

que pede uma verificação na rede de esgoto onde reside. O mesmo ficou muito baixo, não tendo escoamento suficiente, causando refluxo no ralo do banheiro de uma das residências do endereço acima. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 273-2785.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3088

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Eva Crovador, residente à Rua Arthur Suplicy de Lacerda nº 120 - Bairro Seminário, que pede uma verificação nos valores da taxa de água referente a Matrícula 00909939. Ocorre que nos meses de julho e agosto ela pagou R\$58,55 (cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) e R\$19,60 (dezenove reais e sessenta centavos respectivamente, e no mês de setembro, elevou-se para R\$136,63 (cento e trinta e seis reais e sessenta e três centavos). Ela afirma que a taxa média é de R\$50,00 (cinquenta reais), que o consumo de água manteve-se normal e a taxa praticamente triplicou. Já fez contato com a Sanepar através do 195, o funcionário Elizeu afirmou-lhe que nenhum vazamento havia e que no próximo mês seu consumo seria de 20m³.

Como as informações obtidas junto a esse Sanepar não lhe esclareceram o que realmente ocorreu, ela pede a verificação do real consumo e valor da taxa. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 274-7098.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 3089

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Tereza Bardelli Mehl, residente à Rua Olga Balster nº 1740 - Bairro Capão da Imbuía, que pede informação quanto a implantação de dois hidrômetros no local onde reside. Ocorre que no mesmo terreno existem duas residências e somente um hidrômetro. Como a conta tem vindo muito alta e o seu consumo é mínimo, ela quer saber se é mais vantajoso um ou dois hidrômetros.

Trata-se de uma pessoa de parcas condições financeiras e que quer pagar taxa mínima.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 267-5481.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 3182

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido do Sr. Leonildo Nandes da Cruz, residente à Rua Leopoldo Ferreira de Castro nº 05 - Vila Camargo - Bairro Cajuru, que solicita o desentupimento da rede de esgoto da Av. Marginal, nas travessas G, M, e L, no Bairro Jardim São João Del Rei. A situação é muito crítica, uma vez que está ocorrendo refluxo dos detritos do esgoto para dentro das residências. Tal pedido já foi feito junto à Sanepar há mais de 15 (quinze) dias, e o Sr. Leonildo afirma que até a presente data nenhuma solução foi encontrada. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 226-5118.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 3208

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Luzia da Silveira Soares, residente à Rua Município de Enéas Marques nº 17 - Vila Santa Helena - Bairro Fazendinha, que solicita uma revisão no valor da taxa de consumo de água referente à Matrícula nº 1790.0170, que era de R\$10,25 (dez reais e vinte e cinco centavos e que alterou-se para R\$51,85 (cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), somente no mês passado. Nesse mês a taxa retornou ao valor normal. Não há problema no hidrômetro, sendo que o mesmo já foi verificado por um fiscal dessa Sanepar e que pela visita, ela foi obrigada a pagar uma taxa. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 245-8016.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

# REQUERIMENTO Nº 3202

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Xambê.

O município de Xambê conta com um número significativo de habitantes que na maioria são pessoas carentes e utilizam o serviço de saúde municipal. Assim, torna-se imprescindível o apoio desta Pasta no sentido de autorizar a liberação de ambulância para oferecer àquela população melhores condições no atendimento social.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Sr. Milton Adriano de Oliveira, prefeito municipal de Xambê (Praça Desem. Antonio Ferreira da Costa) e ao vereador Francisco José de Oliveira, presidente da Câmara Municipal (Av. J. Byington, s/n) CEP: 87535-000.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

# REQUERIMENTO Nº 3097

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Mariluz.

O município de Mariluz conta com um número significativo de habitantes que na maioria são pessoas carentes e utilizam o serviço de saúde municipal. Assim, torna-se imprescindível o apoio desta Pasta no sentido de autorizar a liberação de ambulância para oferecer àquela população melhores condições no atendimento social.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Sr. Benedito Oscar dos Santos, prefeito interino (Av. Marília, 1920) e ao vereador José Roberto de Souza, presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 1790) CEP: 87470-000.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

# REQUERIMENTO Nº 3201

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, solicitando a reforma e ampliação do Posto de Saúde, em Indianópolis.

O município de Indianópolis conta com um número significativo de habitantes que na maioria são pessoas carentes e utilizam o serviço de saúde municipal. Assim, torna-se imprescindível o apoio desta Pasta no sentido de autorizar a reforma do posto de saúde para oferecer melhor qualidade de serviços

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Sr. José Leopoldo Binder, prefeito municipal de Indianópolis (Prefeitura Municipal CEP: 87210-000).

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

# REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Raggio, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Rondon.

O município de Rondon conta com um número significativo de habitantes que na maioria são pessoas carentes e utilizam o serviço de saúde municipal. Assim, torna-se imprescindível o apoio desta Pasta no sentido de autorizar a liberação de ambulância para oferecer àquela população melhores condições no atendimento social.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado ao Sr. José Augusto Mossambani, prefeito municipal de Rondon (Av. Brasil, 1500 - centro) e ao vereador Anivaldo Cucco, presidente da Câmara Municipal (Rua Grécia, 65) CEP: 87800-000.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 3096

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Habitação, Rafael Dely, solicitando a construção de 20 (vinte) casas populares no distrito de Oroitê, no município de Iporã.

Tal reivindicação pretende suprir a demanda de moradias daquela localidade, possibilitando uma melhoria na qualidade de vida da população carente.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à senhora Maria Aparecida Zago Udenal, prefeita municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677) e ao vereador Sérgio Valentim Vacari, presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) - CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 3193

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de um veículo para ser utilizado pelo Lar dos Velhinhos do município de Iporã.

Tal reivindicação pretende proporcionar melhorias na qualidade de vida da população carente que utiliza o Lar dos Velhinhos como abrigo. A utilização de um veículo tem por finalidade o transporte dessa clientela que é constituída de idosos com problemas de saúde e principalmente de locomoção.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à senhora Maria Aparecida Zago Udenal, prefeita municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677) e ao vereador Sérgio Valentim Vacari, presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n) - CEP: 87560-000.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 3194

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exma. Sra. Fani Lerner, secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a reforma geral da Creche Menino Jesus, no município de Umuarama.

O espaço físico onde funciona a Creche Menino Jesus, infelizmente está em precária situação, necessitando urgentes reformas. São mais de 45 crianças atendidas diariamente nesta creche, motivo pelo qual solicito dessa Pasta estudos a fim de viabilizar a reforma do prédio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Fernando Scanavaca, prefeito municipal (Av. Rio Branco, 3717) - CEP: 87501-130 e ao vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, presidente da Câmara e a vereadora Rosilene Aparecida Torchete (Leninha) na Câmara Municipal de Umuarama (Av. Maringá, 4863) - CEP: 87502-080.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 3134

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a readequação da estrada intermunicipal no trecho entre Herculândia e o Distrito e Ivaí, num percurso de 8 km, no município de Douradina.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor José Gonçalves da Silva, prefeito municipal (Av. Rio Branco, 470) e ao vereador José Donizeth Martin, presidente da Câmara Municipal (Av. Rio Branco, 320) - CEP: 87485-000.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 3168

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, na forma do Regimento Interno e ouvido o Plenário, vem manifestar voto de repúdio contra a propaganda oficial recentemente veiculada pelo Governo do Estado do Paraná favorável à privatização da Copel, na qual estudantes, donas de casa, sindicalistas, trabalhadores e pessoas do povo em geral, são apresentadas como baderneiros, irresponsáveis, alcoólatras ou marginais.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI

MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado do Paraná editou propaganda institucional que vem sendo exibida nos canais de televi-

são do Estado do Paraná, favorável à privatização da Copel, onde trabalhadores, donas de casa, sindicalistas e pessoas do povo em geral são apresentados como baderneiros ou marginais porque contrários à venda da Copel.

A atitude do Governo do Estado é lamentável, pois contraria mais de 90% (noventa por cento) da opinião da população do Estado do Paraná, que se manifestou contra a privatização da Copel.

Isso sem considerar o fato de que praticamente todas as entidades públicas ou privadas também já se manifestaram contra a venda da Copel, como é o caso da Associação Comercial do Paraná, OAB, CREA, Igreja Católica, Igrejas Evangélicas e demais entidades representativas do Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 3205

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, seja oficiado o secretário de Estado da Fazenda, senhor Ingo Hubert, solicitando cópia integral do termo de acordo e eventuais anexos, ou documentos equivalente, firmado entre o governo do Estado de um lado, e de outro, as montadoras e outras empresas do setor automotivo, que são partes beneficiárias da dilatação de prazo no recolhimento do ICMS, por mais cinco anos.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(aa) IRINEU COLOMBO  
HERMES FONSECA  
LUCIANA RAFAGNIN  
ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi e Cezar Silvestri

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações veiculadas pela imprensa em 29.09.2001 e repercutida nos dias seguintes, o Governo do Estado do Paraná, em mais um arroubo de generosidade para com as montadoras de veículos, dilatou por mais cinco anos, o prazo para que tais empresas iniciem o recolhimento do ICMS. Sendo assim, iniciarão o pagamento do tributo apenas em 2009.

A benevolência do Governo do Estado para com tais empresas representa um tratamento discriminatório para com as demais instaladas no Estado, sendo que muitas delas geram muito mais empregos que as montadoras e não obstante devem pagar o ICMS sem qualquer benefício.

Tal medida apresenta-se ainda mais odiosa, quando se vê que o Governo do Estado não concede aumento de salários ao funcionalismo público há quase seis anos, sob alegação de que não possui aumento nas receitas, porém, acaba de conceder benefícios milionários aos grandes grupos econômicos.

Por tais razões, pede-se cópia integral do documento que firmou tal acordo para ciência pública do seu inteiro teor, e para eventuais medidas judiciais, visto que,

desde o famigerado "Protocolo de Intenções", o governo do Estado mantém às escondidas os preciosos termos dos acordos e contratos firmados com as montadoras, prática abominável e odiosa, perpetrada pelo atual governo, que espezinha os mais mezinhos princípios da democracia, como nos ensina o mestre Norberto Bobbio: "não há, nos modelos políticos que consagram a democracia, espaço possível reservado ao mistério. O novo estatuto político brasileiro- que rejeita o poder que oculta e não tolera o poder que se oculta - consagrou a publicidade dos atos e das atividades estatais como valor constitucionalmente assegurado, disciplinando-o, com expressa ressalva para as situações de interesse público, entre os direitos e garantias fundamentais". (in O Futuro da Democracia, Paz e Terra, 1986).

#### REQUERIMENTO Nº 3127

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja encaminhado a S. Exa. a senhora secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba, pedido de providências para a reconstrução da Escola Estadual Paulo Mozart Machado, em Uraí - PR, destruída pelo fogo há dias.

Pede, caso não seja possível fazê-lo imediatamente que S. Exa. a secretária Saliba, inclua como prioridade, nos programas de sua pasta no Orçamento para 2002.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Como já informado ao Governo pelas autoridades municipais e divulgado pela imprensa regional, há dias a Escola Estadual Paulo Mozart Machado foi quase que totalmente destruída por um incêndio e quase nada pôde ser salvo.

Para continuidade das atividades escolares e conclusão do ano letivo em curso imediatamente foram adotadas medidas como utilização de outros espaços físicos (improvisados), empréstimo de carteiras e demais equipamentos escolares por outras escolas, enfim, o mínimo indispensável para a realização das aulas.

Em razão dos fatos expostos e diversos apelos da comunidade uraiense, em especial da escolar, julgamos de justiça tal reivindicação.

Contamos com o apoio e o voto favorável de todos os pares desta Assembléia.

#### REQUERIMENTO Nº 3129

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado a S. Exa., o senhor secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Newton Sérgio Ribeiro Grein, o pedido para realização de cursos de Qualificação Profissional nas áreas de hotelaria, paisagismo, jardinagem, manutenção elétrica e hidráulica,



mecânica de barcos, navegação e guia turístico nos municípios banhados pela Represa de Capivara.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Nos programas do Governo do Estado do Paraná para o desenvolvimento do turismo insere-se o Projeto Costa Norte que pretendeu contemplar as regiões banhadas pelas diversas represas construídas no rio Paranapanema, na divisa do Estado de São Paulo.

Neste cenário, destacam-se os empreendimentos turísticos e hoteleiros que estão sendo implantados nos municípios banhados pela Represa de Capivara em estágio já adiantado.

É preciso, portanto, preparar as cidades para dar suporte a uma nova atividade nascente na região: o turismo.

É mister a participação do Estado na qualificação da mão-de-obra para esta nova atividade e ela far-se-á, de forma marcante, através dos cursos que a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, poderá proporcionar com recursos do FAI às comunidades envolvidas, ou seja, nos municípios de Alvorada do Sul, Iporã, Jataizinho, Leopólis, Florestópolis, Santa Mariana, Sertaneja, Sertãoópolis, Rancho Alegre, Porecatu e Primeiro de Maio, num primeiro momento, e a diversos outros municípios do Norte do Paraná, em uma fase posterior.

Recorremos assim à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho que faça um planejamento dos recursos e das atividades para contemplar esta nova alternativa, para o desenvolvimento regional do Norte do Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 3210

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a S. Exa. o senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, providências urgentes para o reparo do pavimento da Estrada Estadual que liga o município de Ribeirão do Pinhal a Jundiá do Sul, em virtude de o mesmo estar totalmente esburacado.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 3172

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam solicitadas as providências da Secretaria de Estado do Meio Ambiente para que sejam emitidas urgentemente, as licenças ambientais requeridas para a instalação de empreendimentos no âmbito da Represa de Capivara.

Requer, ainda, que sejam enviadas cópias deste pedido a S. Exas. Rafael Greca e Eduardo Sciarra, secre-

tários de Estado da Comunicação Social e da Indústria, Comércio e Turismo, respectivamente.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

No Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná elaborado pelo Governo do Estado, insere-se o Projeto Costa Norte, no âmbito do qual se destacam diversos empreendimentos na Represa de Capivara.

Ocorre que há dezoito meses aproximadamente a Secretaria de Estado do Meio Ambiente suspendeu a concessão de licenças para a instalação de inúmeros empreendimentos.

Tal medida vem retardando a implantação de projetos para uma nossa alternativa de desenvolvimento econômico da região: o turismo.

Em razão disso e atendendo aos apelos de todos os municípios banhados pela represa de Capivara, estamos encaminhando este pedido para que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, apresse a concessão das licenças requeridas.

#### REQUERIMENTO Nº 3144

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, pedido de informações junto à Companhia de Saneamento do Paraná relativo ao rompimento de tubulação ocorrido no dia 27 de setembro em Curitiba, deixando milhares de pessoas sem água.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O serviço de abastecimento de água constitui um dos serviços mais essenciais da população. A água serve diariamente a todos, indistintamente de classes sociais, viabilizando a vida de todos. O solvente universal também serve como princípio básico que engloba o funcionamento das cidades e seus habitantes. Desta maneira, sendo de suma importância a sua chegada a todas as casas diariamente, visto que mesmo para a nutrição da população a água também representa um importante papel.

Concluindo, temos inúmeros fatores que fazem da água um item essencial à sociedade, e não podemos também deixar de questionar a questão relativa à segurança da população, que pode ser afetada com rompimentos desses dutos.

Daí as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3125

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Vicente Troiano Neto, solicitando o envio a esta Casa de

Leis, de projeto de lei criando a comarca do município de Paçandu, nos termos da minuta que segue anexa ao presente.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

Paçandu conta hoje com população superior a 30 mil habitantes, com elevada taxa de crescimento populacional (3,17%), superior à da maioria dos municípios paranaenses. Como cidade em crescimento, e situada numa região metropolitana, vive também um momento de construção de uma sociedade complexa, enredada de relações cujos reflexos judiciais crescem a cada dia, o que torna as demandas judiciais crescentes em escala geométrica. Seus cidadãos, entretanto, não contam com o foro judicial no município, o que os obriga a recorrer a Maringá, município ao qual Paçandu encontra-se jurisdicionado. É preciso ressaltar que municípios com população muito menor e, não raro vivendo decréscimo populacional, são comarcas há muitos anos.

Criada a comarca de Paçandu desobstruiremos as Varas de Maringá, daremos celeridade aos processos que nelas tramitam e, assim, acresceremos cidadania no seio da sociedade paçanduense ao facilitar-lhes o acesso à Justiça e o rápido julgamento de suas demandas.

São essas as razões do presente requerimento.

**REQUERIMENTO Nº 3078**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, objetivando a criação da entrância intermediária na Comarca de Fazenda Rio Grande - PR (Agudos do Sul, Mandirituba e futuramente Quitandinha), uma vez que a região atinge toda a população de 120.000 (cento e vinte mil) pessoas, justificando a referida criação.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 3079**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, objetivando a anexação do município de Quitandinha à comarca de Fazenda Rio Grande - PR, uma vez que o referido município pertence à Comarca de Rio Negro. Além de a citada cidade não integrar a Região Metropolitana de Curitiba, Rio Negro está muito distante de Quitandinha, e está muito mais próxima da comarca de Fazenda Rio Grande, ganhando, com a anexação, a população daquela cidade.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**REQUERIMENTO Nº 3117**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Antônio Andreguetto, secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando cópia do termo de compromisso entre o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Copel para adequação das usinas construídas antes da vigência das regras do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), determinado em março de 1999, bem como a cópia do cronograma de compensação que a Copel firmou junto ao IAP pela agressão ao meio ambiente com a construção de usinas.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 3204**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Antônio Andreguetto, secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando cópia das licenças prévias concedidas à Copel - Companhia Paranaense de Energia - de instalação e de operação para todos os empreendimentos de construção de hidrelétricas - com os respectivos pareceres técnicos e jurídicos - além do laudo de monitoramento de cumprimento das medidas exigidas para os empreendimentos já existentes.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

Com a edição da Portaria 237/97, pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama, os projetos que agridem ou alteram o meio ambiente, ficam responsáveis a corrigi-lo, mesmo os aprovados antes da sua instalação.

Com o anúncio da disposição do governo em transferir o controle acionário da Copel, faz-se necessário conhecer a extensão dos compromissos do "passivo ambiental" que pesa sobre a empresa, haja vista que, sob controle de um órgão público, fica mais fácil a exigência do cumprimento das determinações emanadas pelo Conama por parte da sociedade.

Certo da importância de tais esclarecimentos, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

**REQUERIMENTO Nº 3120**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, manifestando apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, à sanção do PLC 09/2000, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -

LDB, em seu artigo 36, passando a assegurar de forma obrigatória, o ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio em todas as escolas de ensino médio no País.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Considerando:

01. Desde o início da República no século XIX, a Sociologia e a Filosofia sempre fizeram parte dos currículos das escolas de Ensino Médio. Vários estados brasileiros, após um enterregno entre 1964/1982, já adotaram as duas disciplinas em suas escolas, seja por exigência da sua Constituição Estadual, seja por lei aprovada pela Assembléia Legislativa ou ainda por decisão da Secretaria de Educação. Estudar essas disciplinas não é novidade para milhares de jovens;

02. A necessidade das disciplinas de Sociologia para o atendimento à exigência da própria LDB, Lei nº p. 394/96, que no artigo 36, parágrafo 1º, item III, reza que ao final do Ensino Médio o educando deverá demonstrar “domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários para o exercício da cidadania”;

03. Ao assegurar uma sólida formação humanística aos alunos do Ensino Médio, estaremos incentivando que as pessoas possuam um pensamento lógico e racional, que facilite a elas decifrar o mundo em que vivem;

04. Reafirmamos apoio deste Parlamento à sanção do PLC 09/2000, por considerá-lo indispensável à concretização de um antigo sonho de todos os que defendem a consolidação de um Ensino Médio de qualidade, progressista, científico e humanista.

#### REQUERIMENTO Nº 3140

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à senhora Maria Ilda Lessing Ogliari, pelos relevantes trabalhos prestados à frente da Escola Educacional Especial Nilza Tartuce.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A senhora Maria Ilda Lessing Igliari, atual diretora da Escola de Educação Especial Nilza Tartuce, encontra-se há mais de 15 anos prestando serviços para o mencionado educandário que assiste aproximadamente duzentos alunos excepcionais, oriundos de famílias carentes de Curitiba e região metropolitana. O aludido estabelecimento de ensino é notabilizado pela arte de educar com qualidade, dando amparo e assistência aos alunos que congrega, ensinando-lhes os princípios cristãos e éticos que devem nortear a humanidade.

#### REQUERIMENTO Nº 3142

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o

douto Plenário, respeitosamente REQUER, ao Governo Estadual, (Fundepar) a construção de quadra poliesportiva, na Escola Estadual Godofredo Machado - Ensino Fundamental, no Município de São José dos Pinhais.

Tal solicitação atende aos anseios de 430 alunos do estabelecimento e também professores, funcionários e comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 3148

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Jaime Lerner Governador do Estado, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Londrina que solicita o atendimento com a máxima urgência, as reivindicações justas de reposição das perdas salariais dos servidores da Universidade Estadual de Londrina pelo Governo do Estado, conforme xerocópia em anexo.

Requer ainda, que após deliberação do soberano Plenário, se dê ciência ao Sr. Tercílio Luiz Turini, presidente da Câmara de Vereadores, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal de Londrina - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### REQUERIMENTO Nº 3152

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, atendidos os dispositivos constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao senhor secretário de Estado da Saúde e ao senhor governador do Estado, expediente solicitando estudos de viabilidade e implantação de Unidade Especial de Saúde destinada a “Banco de Olhos”, no município de Ponta Grossa.

É sabido que a população do Estado do Paraná, extremamente generosa, tem contribuído, e muito, para consolidar um Banco de Órgãos destinado ao atendimento daqueles que necessitam de solidariedade humana.

O Banco de Olhos, na região dos Campos Gerais em muito contribuirá para a descentralização das atividades em Curitiba, como também servirá para melhor atender à população de um lado, e de outro viabilizará uma melhor atuação solidária da população doadora como também das organizações não - governamentais regionais.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 3164

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, atendidos os

dispositivos constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado à senhora secretária de Estado da Educação e ao senhor governador do Estado, expediente solicitando que convênio existente entre a Secretaria de Estado da Educação e a Escola Medalha Milagrosa, de Ponta Grossa não seja cancelado, porém, não só mantido, como também melhorado. A Escola, de larga tradução e de reconhecido compromisso com a eficiência do ensino que ministra não pode ser fechada.

Assim, o convênio que garante o seu funcionamento, precisa ser mantido, em atenção até ao clamor da comunidade da referida escola.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 3154

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado de Esporte e Turismo, senhor Segismundo Morgenstern, solicitando a criação de um centro poliesportivo nas proximidades do Ginásio de Esportes Ney Braga, no município de Marechal Cândido Rondon.

Requer ainda que se dê ciência à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon e ao vereador Ilário Hofstaetter, através de correspondência oficial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação reitera o pedido feito pelo vereador de Marechal Cândido Rondon, senhor Ilário Hofstaetter.

Este centro seria dotado de piscina, cancha de bocha, duas quadras de esportes cobertas para todas as modalidades e uma quadra de futebol suíço sintética, todas dentro dos padrões, normas e regras estabelecidos para competição de nível nacional.

A criação deste centro viria para suprir as necessidades para treinamento de categoria de base, como para o próprio uso de esportistas.

O espaço no qual se propõe a criação deste centro poliesportivo, é utilizado como estacionamento, ao lado do Ginásio de Esportes Ney Braga, em Marechal Cândido Rondon.

#### REQUERIMENTO Nº 3167

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, atendidos os dispositivos constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao senhor ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, embaixador Dr. Sérgio Amaral, expediente contendo solicitação de estudos de viabilidade e implantação de Zona Especial de

Processamento de Exportação no município de Guaíra, no Estado do Paraná.

A região de Guaíra, no Oeste do Paraná, perdeu com a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu uma das maiores artes e um dos monumentos de beleza do mundo. O Salto de Sete Quedas. Verdadeira obra de arte pela Natureza, responsável pelo desenvolvimento econômico do município e de toda a região.

Guaíra, município pujante na década de 70, viu com a submersão das Sete Quedas uma verdadeira derrocada econômica. Ocorreu verdadeiro êxodo; jovens, homens e mulheres que foram em busca de novas possibilidades em outras localidades, deixando atrás de si a família, sonhos e esperanças.

Assim, nada mais justo que o Estado brasileiro dê como retorno e como compensação ao município a possibilidade de instalação de uma zona especializada em comércio e indústria voltada para o exterior, viabilizando a economia, tanto do município, como de toda a região, trazendo enormes benefícios à população e à economia do Estado.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### REQUERIMENTO Nº 3169

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, atendidos os dispositivos constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao senhor ministro de Estado da Integração Social, expediente contendo solicitação de estudos de viabilidade e implantação de Zona Especial de Processamento de Exportação no município de Guaíra, no Estado do Paraná.

A região de Guaíra, no Oeste do Paraná, perdeu com a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu uma das maiores artes e um dos monumentos de beleza do mundo. O Salto de Sete Quedas. Verdadeira obra de arte pela Natureza, responsável pelo desenvolvimento econômico do município e de toda a região.

Guaíra, município pujante na década de 70, viu com a submersão das Sete Quedas uma verdadeira derrocada econômica. Ocorreu verdadeiro êxodo; jovens, homens e mulheres que foram em busca de novas possibilidades em outras localidades, deixando atrás de si a família, sonhos e esperanças.

Assim, nada mais justo que o Estado brasileiro dê como retorno e como compensação ao município a possibilidade de instalação de uma zona especializada em comércio e indústria voltada para o exterior, viabilizando a economia, tanto do município, como de toda a região, trazendo enormes benefícios à população e à economia do Estado.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

**REQUERIMENTO Nº 3174**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Nelson Justus, solicitando a recuperação do trecho da rodovia PR-466 ligando o município de Ivaté ao distrito de Herculândia.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

O referido trecho encontra-se completamente danificado e vem causando sérios acidentes e representando uma ameaça à vida das pessoas que trafegam pela citada rodovia.

**REQUERIMENTO Nº 3175**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao douto Plenário, a execução de 20 quilômetros de pavimentação asfáltica, através do projeto Caminhos do Saber, ligando o município de São Manoel do Paraná à Rodovia PR-466 e para cada município.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

Temos urgência na pavimentação dessa rodovia porque os municípios citados não têm acesso a outras cidades e o nosso objetivo é restabelecer a trafegabilidade daquela região.

**REQUERIMENTO Nº 3211**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governo do Estado, solicitando auxílio aos municípios do Oeste do Paraná, em especial Céu Azul, Ramilândia, Matelândia, Serranópolis, Missal e Medianeira, todos eles afetados pelas intensas chuvas acompanhadas de granizo e ventos fortes no dia 30 de setembro.

Ressaltamos que o ocorrido trouxe inúmeros prejuízos aos moradores daquela região, atingindo também em muito os produtores rurais, com a destruição de aviários, galpões de fumo e plantações. Em algumas localidades tivemos o destelhamento de 70 a 100% das moradias, o que mostra a lamentável situação daqueles municípios.

Sendo que é grande o número de famílias atingidas hoje no Oeste do Paraná, e que infelizmente nem elas, e nem os municípios possuem recursos necessários para reconstruir tal destruição, faz-se necessário e urgente o auxílio financeiro e logístico à população atingida.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ELI GHELLERE

**REQUERIMENTO Nº 3195**

Senhor Presidente:

Denúncias dão conta que o Paranaeducação arregimentou pessoas no interior do Estado entre os dias 29, 30 de setembro e 1º de outubro, para se manifestarem, a favor do Decreto 4313, que regulamenta a eleição de diretores das Escolas Estaduais. As despesas nos hotéis Caravelle Palace e Eduardo VII teriam sido quitadas pela empresa Paranaeducação, além de custas em relação à recepção realizada no Três Marias Clube de Campo. Isto posto, pede-se as seguintes informações:

01. A empresa Paranaeducação efetivamente realizou o transporte de pessoas a Curitiba?

02. Se verdadeiro, de onde saiu o dinheiro para fazer frente às despesas?

03. Anexar os empenhos e as notas fiscais de alimentação, hospedagem e transporte.

04. A nominata das pessoas que lotaram os ônibus. Se havia funcionários públicos, declinar a origem funcional de cada um.

05. O regime funcional dos funcionários públicos presentes no evento.

06. Relação dos empenhos efetivamente realizados desde o início do ano até a presente data, pelo Paranaeducação.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) NEREU MOURA

**Apoioamento:**

Irineu Colombo, Luciana Rafagnin, Cezar Silvestri, Edson Strapasson, Antonio Anibelli, Hermes Fonseca, Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, Augustinho Zucchi, Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Ademir Bier, Pastor Edson Praczyk e Serafina Carrilho.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 496/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo de Mulheres Saltinho do Conjunto Tito Carneiro Leal, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

O Grupo de Mulheres Saltinho do Conjunto Tito Carneiro Leal de Londrina foi fundado em 05 de janeiro de 1995.

A entidade não tem fins lucrativos e atende a aproximadamente 120 famílias.

Os membros da instituição procuram identificar os problemas comuns que envolvem mulheres, crianças, adolescentes e os seus familiares. De posse dessas informações, são criadas estratégias operacionais. Nos últimos doze meses foram promovidos cursos de cerâmica, culinária, palestras, bijuterias, escultura, restauração de móveis, pintura em tela.

Com a promoção desses cursos houve geração de renda para as famílias envolvidas na produção artesanal, haja vista que os produtos foram apresentados em feira da Secretaria Especial da Mulher.

A Prefeitura de Londrina, em 1999, apoiou a entidade com recursos para viabilizar o atendimento à comunidade do Conjunto Tito Carneiro Leal.

#### PROJETO DE LEI Nº 497/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurada a distribuição gratuita de medicamentos e insumos, mais conhecido como “coquetel” destinados ao tratamento e controle dos portadores do vírus HIV no Estado do Paraná.

Art. 2º - Para efeitos desta lei a “cesta básica” dos medicamentos e insumos a serem distribuídos nas unidades de saúde será elaborada por médicos infectologistas vinculados à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º - As despesas decorrentes da implementação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios para atender ao disposto na presente lei.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

É extremamente expressivo, somando algumas centenas de milhares, o número de portadores de vírus HIV no Estado do Paraná, boa parte dos quais carece de recursos para fazer face ao tratamento que os manterá vivos e saudáveis.

O elevado custo dos medicamentos, quase torna proibitivo o seu uso pelas camadas sociais mais pobres.

Considerando que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, entendemos que o Estado do Paraná, que se inscreve entre as unidades federativas de maior desenvolvimento econômico e social, dispõe de recursos

para chamar a si a meritória tarefa de propiciar a distribuição dos medicamentos necessários para o tratamento dos portadores do HIV, de modo que contribua para que vidas preciosas sejam poupadas.

A aprovação deste projeto de lei com certeza ajudará no resgate da imensa dívida social que todos nós contraímos para com irmãos nossos de menor poder aquisitivo, portadores de enfermidade que tantas vítimas faz, de que pode ser perfeitamente controlada mediante o uso correto dos medicamentos necessários.

#### PROJETO DE LEI Nº 498/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Ruralista Nova Canaã (ARNC), com sede e foro na cidade de Diamante do Norte - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Ruralista Nova Canaã (ARNC), situada à Rua Itabuna, Quadra 01, lote 14 - Conjunto Habitacional Bahia, Diamante do Norte, com sede e foro no município de Diamante do Norte - PR, fundada em 01 de maio de 2000, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e tem por objetivo e princípios básicos, resgatar os valores que esquecidos e desinteressados pelas classes dominantes em nossa região Noroeste, estimular o desenvolvimento agrícola, comunitário e cultural, promover intercâmbio, defender os interesses sociais e econômicos de seus associados, capacitação e formação dos agricultores e suas famílias, celebrar convênios com universidades...

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para comunicar à Casa, de forma oficial, que ingressei no PDT, junto com o nosso companheiro Augustinho Zucchi, junto com nosso companheiro José Maria Ferreira, junto com o nosso

companheiro Renato Gaúcho e agora nosso companheiro, também, deputado Eli Ghellere e deputado Luiz Carlos Zuk, de Ponta Grossa. Portanto, a Bancada do PDT aqui na Assembléia Legislativa, agora, é composta de seis deputados estaduais, acompanhando, então, o ex-governador e senador e por certo futuro governador do Paraná, Álvaro Dias. Também ingressou no PDT o senador Osmar Dias.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia da Assembléia Legislativa, ouvimos nesta segunda-feira o secretário da Saúde, Armando Raggio, que esteve pessoalmente na Comissão de Meio Ambiente, para relatar as realizações da Secretaria da Saúde no que diz respeito ao município de Adrianópolis, a questão da intoxicação pelo chumbo no sangue das crianças, da população daquele município.

Esteve também presente aqui na Assembléia Legislativa, o diretor-presidente do IAP, Dr. Mário Raser, que também expôs o trabalho que o IAP tem feito, sobretudo na questão de análise da contaminação do solo e da água daquela região.

E também aproveito para falar da tribuna sobre a próxima reunião que teremos, segunda-feira, dia oito, às 10h00 da manhã, onde estão convocados a COMEC e o IAP, para falar sobre o consórcio que está sendo criado em Curitiba e região metropolitana, para a coleta de lixo. Pretendemos saber qual é a situação da Cachimba, qual é a viabilidade e o tempo que ela tem para receber o lixo de Curitiba e da região metropolitana. Queremos saber o custo que será cobrado da população de Curitiba e da região metropolitana neste novo consórcio. Queremos saber, também, o destino final: qual o município que vai sediar o aterro. Queremos saber, por exemplo, se teremos dois ou mais municípios que haverão de sediar este novo aterro de lixo, porque entendemos que há uma divergência. A região norte, por exemplo, município de Colombo, Almirante Tamandaré, se o lixão for instalado na região sul, teremos o problema de ter que tramitar com o lixo dentro da cidade ou de lá para cá. Precisamos saber e eu acho que a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa não pode se omitir neste assunto.

Devemos saber do Instituto Ambiental qual é a verdadeira capacidade de armazenamento de lixo da Caximba.

Se é verdade que já está esgotada a possibilidade, se é verdade que em seis meses não vai mais poder receber o lixo da Região Metropolitana; enfim, pretendemos que a Assembléia se interesse nesse assunto da questão do lixo de Curitiba e da região metropolitana, e nada melhor para começarmos este trabalho, do que pela Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar ao próximo inscrito, a Mesa gostaria de fazer um comunicado aos senhores deputados e

uma solicitação. Os deputados que estão mudando de partido, estão pertencendo agora a outra sigla partidária, diferente daquela que está registrada aqui, que pudessem fazer a comunicação à Mesa através de ofício, para que possa ser registrado nos procedimentos legais da Casa, ou requerimento.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, deputado Augustinho Zucchi, senhores deputados, senhoras deputadas Luciana e Serafina.

Venho à tribuna na tarde de hoje, no Pequeno Expediente, e de antemão peço a compreensão do meu líder, Waldyr Pugliesi, se precisar usar o horário das Lideranças das Oposições para que assim o proceda, porque venho em nome de parlamentares do nosso Bloco Independente da Oposição e também em nome da APP Sindicato e de todos aqueles que aqui estão mobilizados e aqueles que pelo Paraná a fora também se mobilizaram nesta luta democrática em favor da escola pública, em favor do ensino público do Estado do Paraná, para dar conhecimento do resultado obtido no dia de hoje, através do desembargador Antônio Lopes de Noronha, no que diz respeito à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 114301-3, de Curitiba.

Todos sabem que a luta dos professores, pais e alunos, trabalhadores em Educação, a luta dos parlamentares em especial dos da Oposição e do Bloco Independente. É uma luta já de diversos meses, no sentido de que possamos revogar o famigerado Decreto nº 4313, é uma luta que culminou em diversas tentativas de votarmos aqui na Assembléia o Projeto de Decreto Legislativo 07, e que por falta de quórum, falta esta patrocinada pelo Governo, nós não conseguimos deliberar.

Em cima de todas as dificuldades que não se restringem apenas à falta de quórum, aqui na Assembléia Legislativa, mas de dificuldades que a APP Sindicato, liderada pelo eminente professor Romeu vem encontrando no sentido de manter um diálogo firme, sincero com a Secretaria da Educação, com o Governador do Estado, foi por causa de todas estas coisas que não contemplam os princípios democráticos que alguns dias atrás a APP Sindicato conseguiu com alguns parlamentares aqui da Assembléia, procuração para que ela, APP - Sindicato, na pessoa do professor Romeu, espelhando a vontade de todos vocês, ingressasse com a arguição direta de inconstitucionalidade com referência ao Decreto nº 4313.

Esta ação direta de inconstitucionalidade se baseou em duas vertentes: uma questionando os dispositivos da Constituição do Estado do Paraná e outra, questionando os dispositivos que estavam sendo feridos pelo Decreto nº 4313, a nível de Constituição Federal.

Passo a dar conhecimento ao Plenário, da decisão exarada por volta de 11h30min, pelo eminente desembargador Antônio Lopes de Noronha.

(Lê):

“Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 114.301-3, de Curitiba.

**Autores:** APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Estado do Paraná e outros.

**Interessado:** Governador do Estado do Paraná.

**Relator:** Des. Antonio Lopes de Noronha.

É juridicamente impossível a arguição de inconstitucionalidade, em tese, de ato normativo estadual, por contrariedade à Constituição Federal.

APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública no Paraná, entidade de classe de âmbito estadual, Irineu Mário Colombo, Ângelo Carlos Vanhoni, Edson Luiz Strapasson, Waldyr Ortêncio Pugliesi e Orlando Pessuti, estes deputados estaduais, ingressaram com Ação Direta de Inconstitucionalidade em face do Decreto nº 4.313, de 27 de junho de 2001 (fls 32/38) aduzindo, em síntese, que: estão legitimados “para propor a presente ação, impugnação refere-se a determinados dispositivos do ato normativo governamental, porém como “os pedidos impugnados constituem o cerne do decreto, a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos apontados, “necessariamente, importará no reconhecimento de inconstitucionalidade conexa e derivada dos demais dispositivos”, o ato normativo impugnado não assegurou o contraditório e a ampla defesa e permite que diretor de estabelecimento público...”

Prossegue o eminente desembargador no seu relato gszendo considerações, análises, jurisprudência, julgados, etc.

Ao final, e é o que interessa, como já disse, a vertente foram duas: a Federal e a Estadual. Ele diz o seguinte:

(Lê):

“Por isso, indefiro a petição inicial desta Ação Direta de Inconstitucionalidade, na parte em que “a impugnação refere-se a determinados dispositivos do decreto governamental” que colidiram com a Constituição Federal, da qual é o Supremo Tribunal Federal o seu guardião.

Com relação à alegada inconstitucionalidade do Decreto nº 4.313, em face da Constituição do Estado do Paraná, nesta fase de cognição sumária, proclamo que:

1. os autores têm legitimidade para a propositura da ação e estão regularmente representados;
2. a petição inicial está satisfatoriamente instruída;
- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 114.301-3
3. o pedido de liminar está adequadamente fundamentado e
4. a pretensão é legítima.

É o entendimento pacífico neste Tribunal de Justiça:

“A concessão da cautela antecipadas, é autorizada sempre que presentes os requisitos essenciais e conexos

*fumus boni juris et periculum in mora* e a plausibilidade do direito invocado pelo autor da ação” (TJPR, ADIN nº 93097-2, Ac. nº 4833, Relator Des. Octávio Valeixo, DJ 5812).

“DEFERIMENTO CAUTELAR PARCIAL - REFERENDO.

- A medida é plausível porque estão visíveis os requisitos primordiais para a concessão da tutela de urgência nesta seara de ação direta de inconstitucionalidade, consistentes no *fumus boni juris*, em face da violação a dispositivos constitucionais e o *periculum in mora*, em razão dos prejuízos irreversíveis à ordem administrativa e jurídica.

Isto posto e considerando a plausibilidade jurídica dos temas versados nessa ação direta de inconstitucionalidade, e que em tese foram violados os artigos 1º, inciso 3º - princípio da igualdade; artigo 27, princípio da publicidade, motivação e legalidade; artigo 34, inciso 11, direito de licença à gestante, sem prejuízo do cargo ou emprego dos vencimentos ou subsídios, com a duração de 120 dias.

Que o exame dos documentos ofertados pelos autores, apontam para a necessidade do diferimento da liminar e que o *fumus boni juris* e o *periculum in mora* estão adequadamente demonstrados, determino, repito: determino a suspensão dos efeitos dos artigos 5º, letra E, em parte não estar exercendo cargo eletivo de vereador, havendo compatibilidade de horário; determino a suspensão do artigo 28 inciso 3º, ou melhor, isso está espelhado no artigo 28 inciso 3º da constituição estadual”.

“Determino a suspensão do artigo 8º e seus parágrafos 1º e 2º. Determino a suspensão do artigo 10 e seu parágrafo único e do artigo 11º do Decreto nº 4313 de 27 de junho”.

Portanto, está aí a conquista da APP, a conquista dos professores, a conquista dos parlamentares!

Está aí configurado, portanto, a grande conquista dessa luta sofrida que a APP, sob a liderança do professor Romeu, vem mantendo junto com a sua diretoria. Esta luta sofrida de professores, funcionários da educação, pais e alunos que se interessaram pela discussão desse assunto.”

Está aí vencida uma jornada que foi abraçada desde o primeiro momento por esses parlamentares da Oposição e do Bloco Independente que aqui permaneceram todos esses dias ao lado da educação pública, gratuita, ao lado do princípio do gerenciamento democrático.

(Lê):

“Deixo de remeter à elevada apreciação do excelso Supremo Tribunal Federal a matéria, que não é da competência deste Tribunal de Justiça, uma vez que os autores não estão legitimados. “É aquilo que nós já dissemos. Ele diz aqui: “Quem é que deve nos representar na ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal? O Presidente da República; a Mesa da Assembléia Legislativa; o Governador do Estado; o Pro-



curador Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido Político com representação no Congresso Nacional e Confederação Sindical ou Entidade de Classe de Âmbito Nacional.

Oficie-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado; (encaminhe-se cópia autenticada dessa decisão), intime-se o Exmo. Procurador Geral do Estado, artigo 112, parágrafo 1º da Constituição Estadual. Intime-se o requerente; após, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria Geral de Justiça. Curitiba 02 de outubro”.

Assinado hoje, como eu disse, às 11h30min da manhã e entregue a nós.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, nada mais justo, mais correto do ponto de vista desta Assembléia Legislativa, que nós os deputados da Oposição, do Bloco Independente, e também os deputados da base do Governo, pudéssemos hoje, em uma demonstração realmente de apoio ao ensino público e democrático neste Estado, que pudéssemos, de uma forma definitiva, de uma forma firme e sincera, transformarmos a Assembléia Legislativa, esta Sessão, em Comissão Geral de Plenário, para, de forma também definitiva, dizermos que não concordamos e não queremos o prosseguimento das eleições da forma em que ela está sendo conduzida; nor-teada por esse Decreto nº 4313.

É bem verdade que o decreto não foi por inteiro revogado pela liminar do eminente desembargador Antonio Lopes de Noronha, mas aqueles artigos que foram por ele eliminados, que foram por ele tidos como inconstitucionais, que já tinham sido por nós, os parlamentares desta Casa, em dezenas, em quase uma centena de pronunciamentos, se todos forem somados.

Nós também já dizíamos da inconstitucionalidade e da impropriedade desses artigos, e da necessidade, se assim posso dizer, desse Decreto nº 4313.

É uma vitória, reconhecida pela Justiça!

É um direito, que é reconhecido pela Justiça!

É um direito que esses professores, pais, alunos e funcionários, que os parlamentares têm reivindicado, dia e noite, e que infelizmente, senhor presidente, lamento dizer isso, nem todos os parlamentares desta Casa têm se colocado à disposição de entender, que esta Casa tem por obrigação, quando uma coisa é feita de forma incorreta; “Quando uma coisa é feita de forma irregular, a Constituição que nós juramos respeitar e cumprir quando da nossa posse, ela diz que temos como nosso dever, como nossa obrigação, como nossa competência maior, anular atos do Poder Executivo, que contrariem os interesses da nossa população.

E que principalmente, possam estar ferindo a Constituição do Estado.

Nós já dissemos isso aqui, pelo menos uma centena de vezes. Os professores já disseram isto aqui, em todos os recantos do Paraná, nos jornais, no rádio e na televisão.

Mas foi preciso que uma ação direta de inconstitucionalidade fosse proposta, e que um desembargador dis-

sesse que este decreto está maculado pela inconstitucionalidade; está eivado da irresponsabilidade de não atender o princípio democrático.

Portanto, senhores deputados, a Justiça já disse, através do desembargador Antonio Lopes de Noronha que esse decreto não pode prosperar do jeito que está.

Vamos à proposta que já foi feita diversas vezes: “Vamos revogar pela Assembléia, esse decreto!”

Vamos transformar o Plenário de hoje, em Comissão Geral, para fazermos uma, duas Sessões, e de forma definitiva, revogarmos esse decreto!

E amanhã, no dia do aniversário da “secretária”, me parece, nós possamos, com ela, comemorar o seu aniversário, sentado à Mesa e reescrevendo as normas e o disciplinamento para as eleições do Paraná!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados; caros trabalhadores da educação.

Quero parabenizar a iniciativa da APP e também o pronunciamento do deputado Orlando Pessuti, quando traz essas boas novas para a democracia escolar paranaense.

Mas, senhor presidente Augustinho Zucchi, a Bancada do PT acaba de protocolar, junto à Mesa, um requerimento solicitando todos os documentos do termo de acordo e inclusive os anexos que o Governo do Estado do Paraná assinou às escondidas, com a empresa Renault.

Neste momento assistimos no Brasil demissões no setor automobilístico, assistimos a redução da atividade dos trabalhadores na indústria automotiva para diminuir a produção, férias coletivas e outras iniciativas, porque o mercado não está comprando o mesmo volume de automóvel que comprava outrora. Nós assistimos no Paraná, recentemente, a saída da Chrysler, depois de ter anunciado que embora o Governo fizesse gestões, ela permaneceu por mais um tempo, mas efetiva e definitivamente, foi embora. A Renault apontava para a sua saída na fabricação de automóveis no Paraná por conta do mercado, por conta de uma realidade nova, já que no orçamento da empresa não custou quase nada ou melhor, custou pouco vir ao Paraná. Portanto, se resolvesse parar a empresa, não teria problemas internos, porque custou muito pouco.

No orçamento passado, o governo não falou que esses recursos continuariam entrando, porque a primícia era: encerrar o contrato de dilação do ICMS e imediatamente, nas contas do Governo, começar a entrar o recurso, fato que não ocorreu. Por quê?

O Dieese, acompanhando a entrada de ICMS no Estado do Paraná, chegou determinada data e falou: aqui tem que começar a entrar o ICMS da Renault, dessa empresa, daquela empresa, porque havia uma dilação no

prazo. Não ocorreu; alguma coisa aconteceu: foram à pesquisa, à pesquisa dos jornais, e descobriram que havia já assinado documento, às escondidas, e o ICMS não entrou, aquele ICMS que o Governo assinou, o primeiro protocolo, que estava dizendo que neste momento entraria.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no princípio da lei, diz o seguinte: a realidade orçamentária tem que ser cumprida.

Se você prevê o orçamento de dez mil reais e você vai dar um benefício, dilação de prazo, isenção de ICMS, ou de qualquer outra taxa que reduza o orçamento para nove mil reais, você tem que compensar com mil de outra fonte arrecadadora, você não pode prever dez mil reais e colocar somente nove! Esse é o princípio da lei. O mecanismo que você usar para burlar a lei não vale, porque a Legislação diz: se você prevê o recurso, você não pode desfazer, à sua vontade, esse recurso!

Portanto, o Governo Estadual cometeu, primeiro, um absurdo de irregularidade com relação ao Orçamento passado, que nós aprovamos, que não previa, lá, que esses recursos continuariam faltando. Uma outra irregularidade, o Orçamento do ano que vem foi aprovado e o Governo já se comprometeu que não entrará esse recurso, portanto, nós devemos prestar atenção no Orçamento deste ano, que nós vamos votar: o Governo já cometeu irregularidades. Para a própria empresa é absolutamente frágil o contrato assinado, porque o contrato não é uma lei. O governo que entrar em 2003, que não será o governo Lerner, vai rever esse contrato, vai mandar para cá para uma aprovação da Assembléia, um *referendum*, vai colocar, inclusive, se for um governo com um perfil bastante democrático, em plebiscito, em *referendum* popular no Paraná esses contratos.

O mais grave é o seguinte: O governo fala que não tem dinheiro para os professores, que não tem dinheiro para os policiais militares, que não tem recurso para a agricultura familiar, que não tem recurso para investir num programa para os empresários paranaenses, que não tem recurso para o setor rodoviário, mas tem recursos para as empresas transacionais! O governo do Paraná não tem projeto, um programa para os empresários paranaenses! Qual é o projeto para os empresários paranaenses? Qual é o projeto para os comerciantes paranaenses? Mas tem contratos às escondidas com empresas transacionais, aliás, o governo não tem nem programas de atenção às empresas brasileiras!

Portanto, este contrato é frágil para a empresa, é frágil para o governo, é irregular, é ilegal, e além do mais, senhor presidente, querendo encerrar, assinou porque está em vésperas de eleições, porque a Renault iria embora o ano que vem, provavelmente, tendo em vista o grande prejuízo político, mais uma vez, e o governo renovou às escondidas, por quê? Porque pensava passar incólume por esta Assembléia, passar incólume por parte dos críticos, por parte dos empresários paranaenses que clamam

por um recurso da mesma ordem e muito menos, inclusive, mas da mesma ordem.

Portanto, não dá para aceitar este contrato, e nós queremos que o governo traga para nós o inteiro teor.

Tem que ser aprovado este requerimento, inclusive se os deputados que aqui estão querem que a empresa permaneça no Paraná, para a gente tomar iniciativa, inclusive. Se nós queremos que a empresa fique, vamos aprovar uma lei, vamos aprovar uma lei concedendo esses benefícios. Vamos coadunar com o Orçamento do ano que vem, vamos tirar as ilegalidades, mas através de uma lei, e para ser claros com a população paranaense quais são os verdadeiros interesses que este governo tem com essas transacionais. Queremos documento para tomar providências!

Este é o recado da Bancada do PT!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores professores, que esses dias têm vivido momentos de angústia, na busca de um direito que lhes é assegurado pela Constituição e é assegurado pela própria condição de trabalhadores de um Estado que sequer respeita o direito, sequer respeita o mínimo do compromisso que assume não só com os trabalhadores da educação, mas sobretudo, com a educação do povo do Paraná.

Esta Casa, mais uma vez, é vencida pelo tempo, e é vencida, sobretudo, pela sua inanição em tomar decisões que façam valer a força do voto, a força da representatividade neste Parlamento, porque foram novamente os professores buscar guarida na justiça, aonde nós teríamos os remédios aqui dentro. O remédio foi proposto através do projeto de decreto legislativo. É só ler, é só se deter na leitura do Decreto do Executivo Estadual nº 4313, para constatar que ele é esdrúxulo, que ele não tem nada a ver com o processo educacional do nosso Estado. Ele, ao invés de construir uma educação para a cidadania impinge uma estrutura em que o professor tem de ficar de joelhos, diante da realidade do poder público.

O desembargador Antonio Lopes de Noronha, que muito bem colocou no seu despacho, especialmente, nos artigos 8º, 5º e 10º e o 11º; o 8º, só para exemplificar, diz que aquele que detém mais mandato eletivo, não tem o direito de concorrer. Ora! Desrespeita a secretária de Estado e o governador Jaime Lerner, um dos primados mais essenciais da democracia que é a participação livre, como se um dia ele não tivesse sido eleito para governar o Paraná - se bem que já governou Curitiba na condição de biônico, mas recebeu o voto das urnas para poder administrar o Paraná e rejeita quem teve voto para gerir e administrar uma escola!

Portanto, aquilo que esta Casa não leu, em termos de coerência e de justiça - o Judiciário, na pessoa do desembargador Lopes de Noronha fez restabelecer o primado da lei, da ordem e do respeito.

Portanto, mais uma vez, a vitória ou a justiça, o direito, a verdade daqueles que têm a força da coerência, esta com a APP, está com os trabalhadores da educação do nosso Estado!

**(Aplausos)**

Só isso basta, para os dias e os momentos de desconforto que tiveram nesta Casa! Foram reuniões intermináveis entre os próprios integrantes da APP, da Bancada de Oposição e do líder do Governo, deputado Durval Amaral, para que pudéssemos encontrar um denominador comum, mas não há nenhuma disposição do governo, em procurar fazer o entendimento.

O governo assumiu a responsabilidade, quando da campanha pelas eleições e compromisso de campanha não deve ser, de forma alguma, conversa jogada ao vento!

Ele deve ter, sim, o compromisso para ser resgatado e implementado, no período em que se está no governo! Nós não estamos vendo nenhuma dessas questões, para que pudéssemos ter aqueles compromissos resgatados, por isso, a APP, com certeza, senhor presidente, é a grande vitoriosa!

Mas não vim - até por força de um compromisso, senhor presidente, e pedir a sua tolerância - a esta tribuna para falar só da APP e da decisão que ela conseguiu no nosso Judiciário, mas assumir um compromisso público, nesta Casa, de toda quarta-feira, trazer ou tecer uma crítica, comentários sobre a privatização do Banco do Estado do Paraná e do seu conglomerado, porque, em recente audiência, o governador disse que a Copel é coisa das Oposições e esta crítica momentânea vai passar, como passou o Banestado: ninguém mais lembra da privatização do Banestado. O Banestado, hoje, nem sequer existe mais no seu lugar, existe o Itaú, com suas agências portentosas, mas sem o interesse voltado para o interesse paranaense, e eu assumi este compromisso.

Por isso peço a sua compreensão para que eu possa fazer a leitura, até porque faz dias que nós não usamos da tribuna, e não porque não queiramos, senhor presidente, mas porque tem sido evitado o quórum e com isto esta Casa não tem funcionado.

Aqui tem se dito sempre que o Badep tem sido a causa da quebra do Banestado e a minha abordagem, do Banestado e do Badep, é justamente sobre esta questão.

**(Lê):**

“São falsas as informações sempre veiculadas pelo governo do Estado, afirmando que o Banestado teria quebrado com a incorporação do Badep. Tenta-se confundir a opinião pública colocando a questão de forma incorreta para acobertar a desastrosa administração Lerner.

O Badep não foi incorporado pelo Banestado, mas teve sua liquidação extra-judicial decretada a pedido do governador Álvaro Dias.

O Banestado, como integrante do Sistema Financeiro do Estado do Paraná, vinha financiando a deficiência de caixa do Badep - gerada pelas inadimplências da CIC, Atala e outros - através do CDI (certificado de Depósitos Interfinanceiros). A liquidação do Badep não abalou a solidez do Banestado, que gozava de saúde financeira para suportar o provisionamento dessas operações.

Em 23.12.91, o saldo das operações ativas realizadas com o Badep, foi cedido ao FDE. O governo do Estado do Paraná assumiu integral responsabilidade pelos débitos do Badep perante o Banestado, através da Secretaria de Estado da Fazenda, para pagamento em 180 prestações mensais a partir de dezembro de 1992. Em abril de 1993, foi efetuada uma recomposição dos créditos relativos às operações de CDI e de diferencial de rendimentos sobre direitos adquiridos, resultando numa única operação, sujeita à variação do IGP-M mais juros de 1% ao mês.

Colocada a questão Badep nos devidos termos, passamos a apresentar alguns números e indicadores que demonstram a situação do Banestado na transição do governo de Roberto Requião/Mário Pereira até a posse do governador Jaime Lerner (01.01.95).

1. Balanço de 31.12.93

#### **1.1 Banestado Consolidado:**

\* Lucro Líquido: US\$31,570 milhões;

\* Patrimônio Líquido: US\$240,585 milhões;

\* Rentabilidade Sobre o Patrimônio Líquido: 13,12%”

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. passará fazer uso do tempo do PSDB.

Solicito a V. Exa. que solicite o tempo de um partido. A Mesa não tem a comunicação oficial do deputado José Maria, e o considera ainda no PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu deixei de fazer porque o deputado Neivo Beraldin já o fez em meu nome. Eu endosso em meu nome, do deputado Renato Gaúcho e de V. Exa., eu, a partir de hoje, me filiei ao PDT, inclusive com a comunicação que encaminhei ao Diretório Estadual do PSDB, ao Judiciário, aliás, ao cartório eleitoral da minha comarca, na data de 6ª feira, e requeiro, portanto, neste momento a V. Exa., tempo do PDT, com a aquiescência dos nossos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tem a a palavra V. Exa., com o tempo da Liderança do PDT.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

**(Lê):**

#### **“1.2 Banestado Leasing:**

\* Lucro Líquido US\$7,513 milhões;

\* Patrimônio Líquido: US\$26,059 milhões;

\* Rentabilidade Sobre o Patrimônio Líquido:  
28,83%

**1.3 Banestado Corretora:**

\* Lucro Líquido US\$8,874 milhões;  
\* Patrimônio Líquido: US\$55,951 milhões;  
\* Rentabilidade Sobre o Patrimônio Líquido:  
15,86%

**1.4 Banestado S.A. Crédito Imobiliário;**

\* Lucro Líquido US\$3,076 milhões;  
\* Patrimônio Líquido: US\$23,244 milhões;  
\* Rentabilidade Sobre o Patrimônio Líquido:  
13,26%

**3. Balanço de 31.12.94:**

**3.1 Banestado Consolidado:**

\* Patrimônio Líquido: US\$383,222 milhões;  
\* Lucro Líquido US\$45,949 milhões;  
\* Rentabilidade Sobre o Patrimônio Líquido:  
11,99%

Luiz Antônio Fayet, em seu discurso de posse dia 09.01.95, atesta a saúde financeira do Banestado e fecha o Balanço de 31.12.95 com Lucro Líquido de R\$40,229 milhões e Rentabilidade Sobre o Patrimônio Líquido de 9,14%.

Embora o resultado de 1995 possa ser considerado bom para o Sistema Financeiro, os grandes problemas do banco começaram a surgir a partir desse anos, com a gestão temerária levada a efeito na Banestado Leasing pelos seus Administradores.

Alegando necessidade de alavancagem operacional, a Diretoria da Leasing promoveu a emissão de R\$300.000 milhões de Debêntures, pagando taxas de juros e comissões de intermediação tão elevadas e fora da realidade de Leasing a clientes que ofereceram rentabilidade e liquidez. Senão vejamos:

**1ª Emissão de Debêntures:**

Maio/95 - R\$100.000 milhões;  
Juros - TR + 24% a.a.;  
Comissão de Intermediação: 4,5%;  
Corretora: Boa Safra S/A de Fausto Solano Pereira.

**2ª Emissão de Debêntures:**

Dezembro/95 - R\$100.00 milhões;  
Comissão de Intermediação: 4%;  
Corretora: Boa Safra S/A.

**3ª Emissão de Debêntures:**

Início de 1996 - R\$100.000 milhões.  
(Completando o lote de 330 milhões).

Nesta última emissão houve parceria com a Banestado Corretora. Nas emissões anteriores a Banestado Corretora, que dispunha de excelente quadro de profissionais e credibilidade no mercado, ficou de fora para beneficiar a Boa Safra S/A que foi liquidada pelo Banco Central em

97, em razão do envolvimento na “Cadeia da Felicidade” da comercialização dos Precatórios.

Para efeito da comparação, vamos reproduzir, na próxima quarta-feira, estes dados das Corretoras”.

**O Sr. Eli Ghellere**

Faço aparte nesse instante para parabenizá-lo pelo excelente pronunciamento e pelos dados que nos traz, mas também para, em nome do PDT, desejar as boas vindas a V. Exa., deputado José Maria, também aos deputados Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, juntamente com o deputado Neivo Beraldin. Falo em meu nome e em nome do deputado Luiz Carlos Zuk, que infelizmente, por problemas de saúde, não está presente na Sessão mas pediu que eu justificasse a sua ausência, e dizer que nós estamos muito felizes de tê-lo como nosso companheiro.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Agradeço o aparte.

Para concluir, quero aqui declinar da forma como fui tratado nesse período de transição pelos companheiros do PMDB, que abriram o partido inclusive para que eu pudesse integrar, retornar, ao PMDB.

Aqui fica o meu reconhecimento, mas por motivos que não pude atender inclusive a uma deferência do deputado Ângelo Vanhoni, em nome da Bancada do PT.

Muito obrigado.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, nós já estamos, aqui, há mais de 40 dias assistindo esse impasse: lota aqui, esvazia ali. Ontem, vi o Congresso Nacional; estava lá, e vi o presidente do Senado ser vaiado na Câmara Federal quando presidia a Sessão no Congresso. Ontem aquela Casa voltou ao entendimento: será que é difícil os deputados que apóiam o Governo e os que não apóiam virem para o plenário e deliberarem matérias importantes?

É só essa questão de ordem que queria fazer a V. Exa., porque nós precisamos dar continuidade e o trato necessários e que merecem todos os projetos que tramitam nesta Casa; não pode haver esse vácuo.

Era isso muito obrigado.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente e senhores deputados.

A justiça tarda mas não falha, e hoje eu observei no rosto dos professores, dos pais e de alguns alunos que estavam aqui nesta Casa já há alguns dias, um semblante de alegria e de felicidade, porque no seu coração brotou a esperança. A esperança de que o mal haverá de ser derrotado pelo bem. A esperança de que a verdade haverá de prevalecer sobre a mentira. A esperança de que a justiça haverá de se perpetuar, para que as coisas possam andar sempre no caminho da construção.

Por isso que, quando o deputado Orlando Pessuti, integrante, do PMDB, aqui nesta Casa leu, aqui desta tribuna, o despacho do desembargador Antonio Lopes de

Noronha, nós observamos naquelas pessoas que, acreditando na Justiça, não arrearam. Aquelas pessoas que tiveram do fundo do seu coração a força para resistir, para defender os seus direitos, para não se entregar, para lutar em favor de uma classe, para lutar em favor de uma idéia, de uma bandeira, para lutar em favor da qualidade de vida do nosso povo.

Observei, senhor presidente, quando se lia aqui o despacho proferido pelo eminente desembargador, que as pessoas pensavam, no seu coração: “Nem tudo está perdido e a justiça tarda mas não falha.”

E assim nós podemos dizer que mais uma trapalhada deste Governo, infeliz, presidido no Paraná pelo Sr. Jaime Lerner, a Justiça está corrigindo, senão por completo mas, pelo menos, em parte. Esse governador que tantas infelicidades tem causado ao nosso povo, um Governo marcado por denúncias de corrupção, de roubar-lheira, em quase todos os setores do nosso Estado.

Como dizia o deputado Waldyr Pugliesi, é um Governo carcomido e nós precisamos aplicar o antibiótico para destruir a infecção produzida pelo Sr. Jaime Lerner, no Estado do Paraná! Um governo que lá, no Palácio Iguaçu, distribuirá, sorridente e feliz, parte dos recursos que, irresponsavelmente aplicou, para trazer ao Paraná a montadora Chrysler, na cidade de Campo Largo, e esta montadora fechou!

Ninguém sabe, ao certo, quais foram os termos do compromisso, pois o Governador fez isso como um segredo de Estado, mas supõe-se que o Governo tenha investido, para trazer a Chrysler para o Paraná, mais de 400 milhões de reais, e ontem, lá no Palácio Iguaçu, o governador, sorridente, pelo menos da boca para fora, tentando enganar alguns áulicos que ali estavam, dizia: “Vou liberar dinheiro, os 100 milhões que a Chrysler vai pagar ao Paraná, vou liberar para recuperar as estradas que estão sucateadas.

“E feliz, ele dizia:” Vou ganhar as eleições do ano que vem porque agora estou formando um time forte do PFL, estou conseguindo filiar o Eduardo Seara, o José Tavares, a Emilia Belinati, o Augusto Canto Neto, a Fani Lerner.

E, a Alcyone Saliba se filiando no PFL e formando o seu grande time para disputar as eleições do ano que vem, só faltou dizer que ia filiar o Candinho, o Noronha, o Paulik, o Mário Ramos, pois o Rafael Greca e o Alcení Guerra já se encontram filiados ao PFL!

Olhem, o governador Jaime Lerner mostra a sua cara, mas é uma cara velha, é uma cara desbotada, é uma cara deslavada, é uma cara sem escrúpulos, é a cara de um governo carcomido pelo tempo, que infelizmente, nos envergonha, a todo o povo do Paraná! O povo do Paraná conhece bem a cara do governo Jaime Lerner!

Senhor presidente, eu quero aqui, saudar os professores e todos os trabalhadores da área de Educação que aqui estão, dizer que para nós essa lorota, essa bravata do governador não nos assusta e não nos amedrontra, porque, para nós o que vale é o povo do Paraná! E o povo

está conosco. A gente anda pela rua e encontra um manifesto solidário da população que já não agüenta mais este período triste que o Paraná vive, sob a batuta deste homem!

Senhor presidente, nas eleições de 98, o governador cometeu aquele escândalo, aquele estelionato eleitoral, ao reduzir o pedágio pela metade e depois aumentou em 116%. Depois vieram os jogos mundiais da natureza, atolados em denúncias que envolvem milhares e milhares de dinheiro, que foram jogados no ralo da imoralidade. Corrupção na imprensa oficial. As viagens para o estrangeiro, para o exterior. O escândalo envolvendo a Copel, a Sercomtel, e a Prefeitura de Londrina, que resultou no afastamento do Antonio Belinati, da Prefeitura! O escândalo envolvendo o Paulik e a Prefeitura de Maringá, provado pelo Tribunal de Contas, que desviaram mais de 60 milhões de reais! Escândalos na Sanepar! Escândalos na Polícia Militar, aonde se comprou jaquetas superfaturadas! Escândalos é o que não falta no Paraná. Escândalos no Banestado Leasing, dando um prejuízo ao povo do Paraná de mais de 300 milhões de reais! Escândalo no Banestado, com os títulos podres e que o povo terá que pagar mais de 500 milhões de reais, em função das atitudes indecentes patrocinadas pelo governador Jaime Lerner!

#### **(Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB)**

Senhor presidente, é um governo aonde na verdade está apenas a casa, porque o resto já não existe mais! Jaime Lerner não nos amedronta com suas bravatas, porque não vai ser o dinheiro da Copel que vai comprar a consciência do povo do Paraná. Não vai ser o dinheiro da Chrysler, que vai comprar o povo do Paraná!

Senhores professores, senhores pais, senhores alunos, senhores funcionários, de pé, se agigantem como vocês se agigantaram! Lutem pelos seus direitos, como vocês têm lutado, porque é com luta, é com firmeza que conquistamos as vitórias, assim como vocês estão tendo, hoje: uma vitória do Poder Judiciário do Paraná! Não se amedrontem! Não se acovardem, porque os covardes não chegam a lugar nenhum! Os covardes não passam da esquina. Só tem lugar na história para aqueles que têm a cabeça erguida e lutam com determinação, para chegar aonde querem!

Quero falar, aqui, em nome do meu PMDB. Nós, do PMDB, os sete deputados que compõem esta Casa, deputado Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Edson Strapasson, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Antônio Anibelli, estivemos juntos não só agora; não só neste instante. Mas, estivemos juntos com os trabalhadores em todas as horas, na luta para buscar o reconhecimento de seus sentimentos, das suas reivindicações. E não vamos desanimar, porque o sol haverá de clarear com força!

O sol haverá de surgir, e a justiça haverá de imperar. E as trevas haverá de brilhar, porque a verdade e a justiça vão prevalecer sobre a mentira! Porque a justiça haverá de prevalecer sobre a injustiça! E os mentirosos haverá de ser varridos da face desta terra, do nosso querido e amado Paraná! Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Grande Expediente, com palavra o deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Não vou usar do Grande Expediente por inteiro, mas apenas aproveitando a presença dos professores, que fazem a diferença, porque são formadores de opinião, quero então passar algumas informações sobre o Governo Lerner. Em 95, o Governo possuía 196 bilhões de ações da Copel; hoje ele possui 86 bilhões de ações. Ele vendeu 111 bilhões de ações; arrecadou, no mínimo, 1 bilhão e 800 milhões de reais, e no máximo 2 bilhões e 200 milhões de reais! Agora, sabe quanto ele informou que recebeu? 197 milhões de reais, na prestação de contas de 1998! Na prestação de contas de 99, não informou nada. A prestação de contas de 2000, o Tribunal de Contas não entregou a esta Casa, de jeito nenhum, embora tenha sido pedido!

O Tribunal de Contas não entregou porque será verificado, com certeza, o fundo do poço em termos de Administração.

Vendeu o Banestado e assumiu uma dívida que o povo, os professores, os alunos, terão que pagá-la em 30 anos.

Hoje a prestação é em torno de 35 milhões de reais por mês, isso representa em torno de 15% da folha dos inativos. Antecipou os royalties de Itaipu, portanto, o Governo não terá mais aquele ingresso de dinheiro no Estado para dar aumento ao funcionalismo, para fazer obras e tudo mais.

Quando ele assumiu o Governo em 95, o Estado devia 1 bilhão e quase 400 milhões de reais, isso em dívida consolidada. Em 1998, o Estado, já em dívida consolidada, que é aquela consagrada pela União, pelo Banco Central, passava de 13,3 bilhões de reais. Em 1998, também, ele encerrou o exercício com 3,3 bilhões de reais como restos a pagar, dinheiro que ficou represado para o IPE, dinheiro que ficou represado na Tesouraria para a Secretaria da Saúde. Precatórios que foram lançados no orçamento do Estado e que não foram pagos. Então, em 98, eram 3 bilhões e 300 milhões de restos a pagar. Bem, 99, o caos chegou. Os técnicos do Tribunal de Contas escreveram com todas as letras o caos administrativo e os conselheiros que fazem o papel de aplainar as coisas, fazem uma maquiagem e remetem à Assembléia para aprovar ou rejeitar as contas com parecer prévio favorável. Eu acho que se a população do Estado conhecer os números, os fatos, eu acho que não poderia deixar de falar, porque aqui estão, os professores, passar mais uma informação:

Em 95 o Estado gastou em propaganda e publicidade 30 milhões de reais; em 96 gastou 85 milhões de reais; em 97 gastou 117 milhões de reais; em 98 gastou 134 milhões de dólares, porque de 95 a 98 o dólar valia um real. Como foi gasto esse dinheiro? Foi repassado para 4 agências de publicidade! Essas agências recebe-

ram esse dinheiro e passaram para os veículos de comunicação, rádio, jornal, televisão, peça publicitária, quase 500 milhões de reais. Se uma empresa dá lucro, ela gasta em publicidade e propaganda. E ele começou com trinta e foi para 134, mas como não deu lucro esperado, baixou em 1999, para 41 milhões. Contrariou a regra! São Paulo gastou 0,0 da sua receita em propaganda e publicidade. A Bahia que é o Estado que mais gasta, gastou 0,55 da sua receita. O Estado do Paraná gastou 2,24 da sua receita. Em 1998, fiz as contas, daria para ter construído 70 mil casas populares.

Querem uma notícia mais grave? Para se liberar as despesas em publicidade a Secretaria competente tem que dar anuência. São os PADVs. Nem 10% desse dinheiro que foi remetido para as quatro agências de propaganda tem autorização do Secretário da área! Ainda o governador se dá ao luxo de reunir os prefeitos e dizer: “Não sei se os políticos são contra a minha administração; não sou político, sou administrador”. Falta é vergonha na cara! A justiça até pode tardar, mas não falha.

Remeti ao Ministério Público vinte e sete pontos, está em meu gabinete, à disposição de quem quiser, 17 improbidades contábeis. Dez, dizem respeito à Constituição Estadual e Federal. Tenho certeza, o Ministério Público deve estar instruindo, deve estar vendo se o Estado tem ou não tem conta para administrar o dinheiro da Fundef. Em 1998 o Tribunal de Contas não encontrou. Há uma divergência entre o que dizem os técnicos do Tribunal de Contas, os conselheiros e os funcionários da Secretaria da Fazenda.

Entendo que para se discutir uma política, temos que discutir os valores, os números, a receita, a despesa, o compromisso da dívida e a transparência. Daí, sim, discutiremos com aquele rigor que é preciso discutir. Esta Casa não pode se omitir de analisar as contas de todos os governos no pé da letra. Na Comissão de Fiscalização, na Comissão de Tomada de Contas, temos que mudar isto! Até aqui valia o que diziam os conselheiros do Tribunal de Contas e aqui acabava referendando, porque tinham um parecer prévio favorável às contas. Como sempre, os conselheiros fazem um papel político. Tinham que ser aposentados, a bem do serviço público.

Então, vamos mudar a polícia, vamos discutir os valores correspondentes a cada segmento, sobretudo à saúde, à educação, à segurança pública, que está um caos, porque a cada 800 paranaenses temos um soldado da Polícia Militar. Santa Catarina, cada 400 catarinenses tem um soldado.

Santa Catarina investe no turismo, tem a riqueza das praias; nós temos a riqueza das hidrelétricas que compõem a Copel no Paraná.

Agora, o governador diz “fique tranquilo, a Copel não vai embora!” Não acho que ele imaginou que estivéssemos pensando que as praias de Santa Catarina, (porque a topografia de lá favorece as praias), viriam para cá e a Copel iria para lá, uma coisa assim, não sei. O que ele quer fazer com a Copel é entregar 17 hidrelétricas e uma

termelétrica para que um grupo internacional venha administrar! Então, por que não vende para o povo do Paraná essa Copel?

Vamos dizer o seguinte: vamos fazer uma lei que a Renault pode comprar até 1% da produção de energia da Copel; que a Audi possa comprar 1%, se necessitar; e uma empresa qualquer; vamos estabelecer um limite, um teto e vamos lançar ao povo do Paraná o desafio para que comprem a Copel. O povo do Paraná compra a Copel; as empresas do Paraná resolveram comprar a Copel; o que dá mais lucro do que a Copel?

O que fez a Inglaterra? Não fez isso? Não lançou ações na Bolsa?

E a população que desejar comprar a Copel poderá pagar dois ou três reais a mais na sua conta de luz no final do mês, durante um período. E a Copel é gerenciada pelo povo. Por que dar para um grupo alemão? Para um grupo francês? Americano?

Quem é que pagou a conta para fazer aquelas hidrelétricas? Foi o povo, porque faltou dinheiro no Estado para educação, para saúde, para agricultura. Então, o povo pagou para construir a Copel. Agora vamos entregar para que um governo que foi eleito, (que não foi eleito com essa proposta de vender a Copel), a esses quatro, cinco que têm interesse de vender a Copel? Então não há lógica!

Acho que no mínimo, tínhamos que pensar uma coisa: o plebiscito do deputado José Maria Ferreira, esse é importante. Agora, no mínimo, poderíamos ter aqui uma proposta alternativa: vender a Copel para o povo do Paraná. Quem sabe deputado Bier, essa seja uma solução: estabelecer um teto. Ninguém pode comprar mais de “X” megawats; e é opcional. Tenho certeza, que o Governo faria um caixa suficiente para administrar esses governos e os próximos.

Fazer um projeto para dez anos: vender a Copel por dez anos, para o povo do Paraná pagar em dez anos; por que não? Se o Governo precisa de alguns tostões, ou de alguns milhões para colocar a casa em ordem, ele que lance mais ações agora e que venda para aqueles que tem mais dinheiro e aqueles que têm menos dinheiro pagam por mais tempo!

E o Parana previdência? O Parana previdência senhores deputados. Entendo que a população que está aqui, quer ver votar; está mais de quarenta dias esperando; a imprensa está esperando ver esta casa voltar aos trilhos; voltar ao trabalho; deliberar. A maioria vence; a minoria se convence.

Precisamos passar o exemplo para sociedade. O que está acontecendo aqui pega mal, inclusive, para aqueles que estão aqui todos os dias; porque os que não vêm, prejudicam a Assembléia; prejudicando a Assembléia, prejudicam aqueles que estão aqui cumprindo o seu dever.

Então, o apelo que faço aos deputados do Governo: voltem ao plenário! O que aconteceu após aquele desastre ocorrido aqui neste plenário, que 27 deputados vota-

ram a favor da venda da Copel após aquele desastre, a Casa não voltou ao seu ritmo normal.

Precisamos que a Casa volte ao seu ritmo normal!

Precisamos esquecer a mágoa daquela votação!

Precisamos nos reencontrarmos nas Comissão Internas da Casa!

Precisamos nos reencontrarmos no plenário da Assembléia Legislativa!

Precisamos reestabelecer aquilo que é fundamental, que é a harmonia, que é o convívio, do mais natural, que é obrigação do ser humano.

Precisamos, quem sabe, realizar alguns jantares de conagração tocar a vida para frente!

O Estado precisa da nossa presença!

Nós exercemos o papel de fiscalizador do Estado, e longe do plenário não há debates, não se fala, e quando há o debate, quando as duas tribunas se encontram, quando há o contraditório, ganha a população.

Eu falo aqui dos números, não encontro um deputado da Base do Governo, que possa contraditar.

Dizer: “Não é verdade o que o senhor está falando, porque o senhor não está com os números corretos”.

Não fazem isso. Sabem por quê?

Porque tenho documentos em mãos! Lhes faltam verdades. Falta a razão. Por isso, não há o contraditório!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças:

PL, PST, PSL, PT, PTB, PFL, PSDB, PTB, PPS, Liderança do Governo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Pretendo me pronunciar no encaminhamento da votação, mas apenas para fazer uma manifestação à casa, trazer uma notícia tanto à Assembléia Legislativa, quanto aos convidados que assistem esta Sessão de hoje.

Todos nós sabemos que, agora no sábado, encerra-se o prazo para mudanças partidárias em todo o País.

É o que a Legislação Eleitoral prevê.

O nosso partido, o Partido dos Trabalhadores no Estado do Paraná, tem a honra de trazer a público, a filiação de um deputado federal daqui do Estado do Paraná, o Sr. Flávio Arns. Acabou de se filiar ontem à noite, no Partido dos Trabalhadores, em uma reunião com a Direção Nacional.

O Flávio Arns, já é conhecido nosso, aqui no Estado do Paraná, enquanto deputado que tem uma postura ética. E tem uma coerência política, que é orgulho para todos nós, paranaenses.

Além disso, tem um trabalho vinculado à educação, sobretudo dos deficientes físicos, deficientes, mentais, ao trabalho de assessoria e manutenção das Apae's, em todo o Estado do Paraná.

Afora isso, nos orgulha muito, porque nesses últimos anos, mesmo o deputado Flávio Arns fazendo parte

do Partido do PSDB, partido que está no Governo Federal, o deputado Flávio Arns, de uma maneira dissonante, em várias ocasiões, em inúmeras delas, esteve junto com a Oposição lá no Congresso Nacional, para cobrar do Governo Federal tanto as políticas sociais quanto para combater os desvios éticos do Governo Federal.

Por isso, para nós do partido dos Trabalhadores, e acredito, para o povo do Estado do Paraná, é com orgulho, que anunciamos a filiação do Flávio Arns ao nosso Partido.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 054/2001, subscrito pelo senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, informando sua desfiliação do PSDB, à Justiça Eleitoral, e também que já assinou sua ficha de filiação do PDT. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, comunicando a esta Casa que a partir desta data está se tornando membro efetivo do Partido Democrático Trabalhista. **À Diretoria Legislativa para as devidas providências.**

Expediente subscrito pela senhora deputada Luciana Rafagnin, na qualidade de vice-líder do PT, constante do expediente, indicando o nome do deputado para compor a Comissão Especial de Investigação das Universidades pelo partido dos Trabalhadores. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Tony Garcia, na qualidade de líder do PPB, constante do expediente, indicando o nome do deputado para compor a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná, na qualidade de titulares e suplentes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados para comporem a Comissão Especial de Investigação para apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná, como titulares. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Carlos Simões, na qualidade de líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados como titulares para comporem a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando seu nome para representar o partido junto a Comissão Especial de Investigação, que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de líder do PSL, constante do expediente, indicando o nome do sr. deputado como titular, para compor a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Cezar Silvestri, na qualidade de líder do PPS, pela deputada Serafina Carrilho Líder do PL, e pelo sr. deputado Luiz Carlos Zuk, Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do sr. deputado como titular, para compor a Comissão Especial de Investigação que irá apurar as irregularidades do Ensino Superior no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 325/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que aprova a construção de usina termoeletrica na zona industrial ZI-1, do município de Araucária. (**Publ. no DA nº 136/2000, de 10.10.2000**)

**Em votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, antes que V. Exa. entre na discussão e deliberação dos projetos que constam na Ordem do Dia, em questão de ordem, apelo a V. Exa., mais uma vez, como já fiz na Sessão passada, para que, antes de discutirmos e votarmos a Ordem do Dia que está aí anunciada a todos nós, que pudéssemos deliberar sobre o requerimento que transforma o Plenário em Comissão



Geral, para que, se aprovado este requerimento, possamos reorganizar a Ordem do Dia e, evidentemente apreciar, ainda hoje, o projeto de decreto legislativo.

Entendo que esta é a postura ideal, é a postura correta do ponto de vista regimental, porque vamos votar uma Ordem do Dia, depois vamos ingressar para o requerimento, aí, aprovado o requerimento, é que vamos, de novo, voltar à Ordem do Dia. Não vejo isso como o procedimento mais correto.

Por isso, apelo a que deliberemos neste momento sobre o requerimento que solicita a transformação do Plenário em Comissão Geral, para que possamos, daí sim, se modificada a Ordem do Dia ou não, pela aprovação do requerimento de Comissão Geral, adentrarmos à Ordem do Dia, propriamente dito.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputado Orlando Pessuti, a Presidência entende, se o projeto figurasse na Ordem do Dia, aí iríamos votar o requerimento antes de apreciar esse projeto.

Como o projeto não consta na Ordem do Dia, a Presidência vai, primeiro, colocar em discussão e em votação os projetos constantes da Ordem do Dia, para, após os projetos que figuram na Ordem do Dia nós votarmos o requerimento.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Mas ele, evidentemente, não consta da Ordem do Dia, ainda, por uma deliberação possivelmente de V. Exa. ou do presidente Hermas Brandão, porque evidentemente já fizemos a solicitação para que o projeto figurasse na Ordem do Dia já há uma semana atrás, na Sessão de terça, de quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputados que aprovam a redação final, permaneçam como estão.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, V. Exa. está votando o item nº 01?

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

O item nº 01. A redação final.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Sim. É porque imaginávamos que havia um pedido de inversão da pauta.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Não. Não existe.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente, gostaria que o meu voto, nas circunstâncias em que esse projeto tramitou aqui, fosse registrado como NÃO.

**O SR. NEREU MOURA**

Verificação de votação, senhor presidente.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Olha, estou fazendo...

Qual é o problema, deputado? Não estou entendendo!

**O SR. NEREU MOURA**

Estou pedindo verificação de votação.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Mas estou fazendo aqui a minha intervenção!

**O SR. NEREU MOURA**

O senhor pode fazer a sua intervenção, tranquilo e calmo.

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Espera lá!

Senhor presidente, quero que deixe registrado e sugiro à Bancada de Oposição, para que também tomem essa posição. Não somos contra, senhor presidente, à construção da usina termoeletrica de Araucária, só que temos um texto constitucional que precisa ser respeitado! A Constituição Federal, a Estadual e o Regimento exigem que, antes de mais nada, tenhamos um parecer prévio em relação ao meio ambiente!

Essa é a nossa posição.

**O SR. HERMES FONSECA**

Senhor presidente, gostaria também de registrar o voto contrário da Bancada do PT, mesmo porque, em setembro de 2000, eu, como relator desse projeto, emiti um parecer contrário, porque o projeto não cumpria as exigências constitucionais.

Portanto, o voto da Bancada do PT, dos deputados Irineu Colombo, Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni e Hermes Fonseca, são votos contrários.

**O SR. NEREU MOURA**

Pela ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Não, senhor presidente, vamos fazer a verificação de votação e vamos poder votar.

Então, vejo que a justificativa de voto já vai estar dentro do voto que nós vamos dar. Todavia, eu, em nome do PMDB, quero comunicar a esta Casa, iremos votar contrariamente a este projeto por uma questão de que o PMDB, conforme falou o deputado Waldyr Pugliesi, líder das Oposições, entende que o projeto veio com vícios para esta Casa e nós não podemos permitir que ele seja

aprovado, muito embora sejamos favoráveis ao aumento da produção de energia elétrica no nosso País.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Está em votação a redação final do Projeto de Lei nº 325/2000.

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero manter aquela minha posição já declinada na semana passada, quando da votação do projeto, do meu voto em separado em relação a ele, não até pelo mérito do projeto da construção da termelétrica, como já disse, mas pela forma como ele tramitou nesta Casa, pela forma com que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, nos últimos instantes de uma quinta-feira à tarde, apanhou assinaturas nos corredores da Assembléia, não convocou a Comissão para se reunir e para deliberar um parecer por aquela comissão e isto me constrangeu pelo fato de que sou um dos titulares desta Comissão e vinha tratando com muito carinho esta situação, vinha procurando discutir o projeto de todas as maneiras e portanto pelo fato até, deputado Ângelo Vanhoni, de que não houve uma convocação, aliás, ocorreram duas convocações anteriores a este fato da quarta-feira passada e nessas convocações apenas presentes os deputados Neivo Beraldin, Ademir Bier, Algaci Tulio e deputada Luciana Rafagnin, e não compareceram os outros parlamentares. O presidente da Comissão, o deputado Neivo Beraldin, insistiu numa convocação seguinte para que nós pudéssemos dar quórum e discutir o parecer que era exigido pelo presidente da Casa, para que o projeto pudesse figurar na Ordem do Dia.

Novamente não tivemos a participação dos deputados da Bancada Governista, que fazem parte da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Não tendo quórum, ficou suspensa a Sessão, está muito bem claro isto pela posição do deputado Neivo Beraldin. Surpreende-me quando, de repente, eu vejo um parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, ao qual eu não fui convocado, ao qual o deputado Ademir Bier não recebeu convocação, a deputada Luciana não recebeu convocação e de repente aparece o parecer no projeto com assinatura de outros parlamentares e não dos que estão lá, dos titulares.

Estranhei muito esta posição. Então, deixo bem claro, mais uma vez, senhor presidente e deputado Valdir Rossoni, não entro aqui no mérito do projeto, não tive uma posição definida de ser favorável ou contra a construção da termelétrica na cidade de Araucária, muito embora a comissão tivesse aqui 40 mil assinaturas contrárias. E era por isso que eu desejava amadurecer este meu posicionamento.

Lamento profundamente, e também chamo a atenção, senhor presidente, que na Ordem do Dia, pelo que pude constatar aqui, não está o projeto, a cópia, não está apensado aqui a cópia da redação final, a exemplo dos outros projetos que estão aqui em redação final.

Aí, podem perguntar, mas o deputado Algaci Tulio assinou o parecer da redação final? Claro que assinou, porque a redação final não tem mais votação, na redação final não se vota; apenas se faz a correção do projeto para encaminhar ao Plenário.

Então, somente isto, queria colocar a minha posição. Alguém vai dizer: mas você está votando contra o teu parecer? Não! Estou votando contra a maneira como o projeto tramitou na Assembléia e não contra o parecer da minha Comissão de Redação, da qual sou presidente e que eu chamo a atenção.

A Ordem do Dia está incompleta. Não está apensada à Ordem do Dia a Redação Final do projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Quero lembrar o deputado Algaci Tulio, que não consta na Sessão de hoje, porque já fazia dias, em que estava na Redação Final, constando na Sessão de ontem, na de anteontem, então, na de hoje não consta. Mas ele constava na Ordem do Dia.

**O SR. CEZAR SILVESTRI**

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, eu não estive naquele dia da votação, e nem quando foi votada a 1ª Discussão à questão da termelétrica. Eu até havia assegurado para vários deputados que vinham me perguntar, que votaria favoravelmente, porque eu tinha aprovado uma emenda que garantia o estudo do impacto ambiental antecipado à aprovação do projeto. A informação que tive é que todas as emendas foram derrotadas naquela ocasião.

A questão de ordem que faço a V. Exa., é que o deputado Algaci Tulio acabou de fazer uma denúncia. Na minha avaliação, ele deixa apenas de fazer uma declaração de voto, para fazer uma denúncia. Ele disse que, como membro da comissão, não foi convocado. Na Casa, V. Exa. sabe, o deputado pode não comparecer a uma reunião da comissão. Agora, a convocação aos membros é obrigatória! No momento em que alguns membros não são convocados, essa análise, esse parecer da comissão deixa de ter validade.

É essa a questão de ordem que faço a V. Exa.: na minha avaliação o parecer da Comissão do Meio Ambiente deixa de ter validade no momento em que membros da comissão - foi feita essa denúncia aqui pelo deputado Algaci Tulio e gostaria que ele repetisse isso, que não foi convocado. O parecer dessa comissão, na minha avaliação, não tem validade nenhuma.

E a deputada Luciana também disse, que não foi convocada. Acho que não tem validade. Teríamos que refazer e fazer uma nova reunião da Comissão de Meio Ambiente.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

Quero primeiro endossar as palavras do deputado Cezar Silvestri, no sentido de que, não havendo a convocação, o ideal seria que a Presidência, neste momento, fizesse a verificação dessa situação, da não convocação de membro para a comissão, e devolvesse o projeto, para que houvesse o saneamento desse problema.

Encaminho pela ordem, senhor presidente, esta situação.

Segunda situação, para a decisão de V. Exa.: neste momento não pode mais haver encaminhamentos, porque já foi feita a votação e há um pedido de verificação de votação. Em processo de votação não pode haver encaminhamento.

Peço a V. Exa. que coloque em votação de imediato o projeto.

E, se por acaso minha primeira questão de ordem, da retirada do projeto, para a verificação da denúncia do deputado Algaci Tulio não for considerada por V. Exa. ...

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Está em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Verificação de votação, a pedido do deputado Nereu Moura.

Solicito aos senhores deputados que ocupem os seus lugares para que possamos proceder à verificação de votação.

Chamada nominal, a pedido do deputado Durval Amaral.

Chamada nominal, para que se proceda à verificação de votação.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor presidente, gostaria que V. Exa. cumprisse o Regimento. O processo está em votação. A chamada nominal não deveria ser solicitada antes de V. Exa. colocar em votação.

V. Exa. colocou em votação.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Eu retiro a chamada nominal, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Está em votação.

Os senhores deputados que aprovam a redação final, queiram levantar-se.

Vinte e um (21) deputados votaram a favor da Redação Final.

Vinte e dois (22) votaram contra a Redação Final. O projeto volta à Redação Final.

**O projeto não está rejeitado, apenas a Redação Final.**

**O projeto volta à Comissão para reorganizá-lo e ele vai figurar numa próxima Sessão.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (Justificativa de Voto)**

Senhor presidente, eu jamais sonhei em me eleger deputado estadual...

**(Vaías)**

...é o costume de não respeitarem.

Eu jamais sonhei em me eleger deputado estadual. Lancei-me numa aventura e faz 10 anos que estou dentro desta Casa. Mas, à frente de alguns pseudo professores que estão aqui, pseudo professores, repito, quero dizer que não é a casa que sonho em ser deputado, me envergonho da Casa em que estamos vivendo, porque no momento em que aqui votamos um projeto, e é claro que temos que ter os favoráveis e os contrários, não somos respeitados pelas galerias e pelos professores que estão aqui!

E é um projeto de interesse do Paraná e que é importante que saibam porque votamos favoráveis. Votamos favoráveis porque essa termoeletrica vai gerar 14% de energia elétrica a mais que o Paraná já gera hoje. Vai investir 600 milhões de dólares, vai gerar 1500 empregos. por isso é que votamos favoráveis.

Agora, quero deixar registrado aqui, aos meus caros professores: acabo de mudar o meu voto quanto à eleição de diretores, porque eu tinha uma posição clara, mas infelizmente, quem não sabe respeitar a Casa do Povo, não sabe respeitar a sua própria casa.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Declaração de voto do deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente, senhores deputados e caros convidados aqui presentes.

Em primeiro lugar, quero dizer, em nome da Bancada da Oposição, que é com muito orgulho que recebemos a presença de professores, de pais, de estudantes do povo do Estado do Paraná nesta Casa que é a Casa do Povo.

Nada me envergonha do que faço aqui. Pelo contrário, muito orgulho eu tenho, mais do que isso, tenho orgulho do povo do Estado do Paraná, sobretudo dos professores e da comunidade que luta pela escola pública e gratuita de qualidade, mais ainda, que luta pela democracia e pela construção de uma nova cidadania no Estado do Paraná.

Quero dizer rapidamente: temos que ter humildade de reconhecer quando perdemos.

Há questão de alguns dias atrás, por um voto apenas, contrário à opinião pública do Estado do Paraná inteiro, sem correr o risco de escutar o que o povo do Paraná quer ou não quer, a Bancada do Governo aprovou a venda da Copel nesta Casa, e não é por isso, e não é pela derrota de um voto que venho aqui e vou dizer que não tenho respeito e que não tenho orgulho do Parlamento e da democracia do Estado do Paraná.

Sei que temos problemas, sei que a democracia é imperfeita, sei que os homens têm muitos problemas, sei

que temos uma parte de cada um de nós que é medíocre e que uma parte tem virtudes, virtudes angelicais, somos um misto dessas coisas todas, mas é no processo democrático que vamos aperfeiçoar a vida de todos nós.

Por isso, deputado Valdir Rossoni, não vale o álibi que o senhor traz aqui de querer mudar de voto, o senhor já tinha a vontade de votar contra os professores, só não teve a oportunidade de manifestar, e agora, corretamente o faz.

Por isso, faço disso um desagravo, em nome dos professores, porque a derrota que foi feita ao projeto da termoeletrica não é por culpa dos professores, fomos nós, deputados, os 21, os 22 que votamos contra, e foram os 21 da Bancada do Governo que não foi suficiente para derrotar.

Por isso, deputado Valdir Rossoni, atribuir a culpa aos manifestantes, ao povo que nos honra com sua presença aqui, me desculpe, não me parece correto.

Era essa a declaração que eu tinha para fazer.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Apenas, senhor presidente, o deputado Vanhoni é muito hábil em querer colocar na minha boca as palavras que eu não disse. O que é costumeiro do deputado Vanhoni, é aproveitar a presença da platéia e aqui distorcer a verdade. O que eu disse é que a Casa que eu sonhava em ser deputado não é isso que estou vendo aqui nos lados. É isso que eu quis falar. Orgulho-me muito dos professores do Paraná, mas dos professores que sabem respeitar a Casa do Povo.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu tinha uma convicção em votar em favor do Paraná, em favor da educação do Paraná, dos pais de alunos, dos professores e robusteci. Ao contrário do deputado Valdir Rossoni, me robusteci na minha convicção, que foi exatamente a presença dos professores aqui, indignados com aquilo que está acontecendo no Paraná, que reforço o meu voto em favor deles. Orgulho-me de ter aqui nesta Casa professores que estão tendo este tipo de comportamento.

Lembro-me, senhor presidente, que nas épocas ditatoriais, era muito comum se curvar diante dos poderosos. Cada um aqui é livre para votar da maneira que quiser. Agora, estou mais convencido de que estava certo em votar em relação a eles e em relação ao projeto de lei que está na sua redação final.

Quero dizer que não somos contra a construção da termoeletrica de Araucária. Já falamos isso muitas vezes, já falamos isso de maneira repetida e em todos os lugares, só que temos amor à Constituição.

Ulysses Guimarães falou: “Nunca se deve descumprir a Constituição”, senão não tem salvação. Por que, se é a Lei Maior? Aí sim, esta Casa, e talvez ela se diminua, no momento que aqui não se respeita a Constituição Estadual, o Regimento Interno da Casa e o último protesto.

Não gostei da vacilação da Mesa na apuração e na publicação do resultado que se verificou aqui. Somos minoria e quando conseguimos vencer alguma das batalhas que são travadas aqui, ainda ficamos nessa areia movediça, de se contar vinte vezes o resultado, coisa que não acontece quando o governo ganha.

Ganhou, está ganhado! Está tudo dominado! Acabou! Até logo, vamos para a frente!

Fica aqui o meu protesto.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Quero lembrar aos senhores deputados que estamos na Ordem do Dia.

Gostaria que pudéssemos respeitar a Ordem do Dia e pudéssemos votar.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Pela ordem!

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a questão de ordem levantada pelo deputado Waldyr Pugliesi: tínhamos na Secretaria, o deputado Neivo Berardin, que estava contando os votos, uma vez que os deputados não permaneciam em seus lugares.

#### O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, preciso restabelecer a verdade, porque o deputado Algaci Tulio deixou de falar alguma coisa e quero restabelecer a verdade nesta Casa.

Esse projeto de lei de autoria de Valdir Rossoni, tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e teve o parecer favorável do deputado Algaci Tulio.

Esse mesmo projeto passou na Comissão de Tomada de Contas, teve o parecer favorável, digo, Comissão de Finanças, do deputado Ademir Bier.

Este projeto veio para a Ordem do Dia e recebeu emenda de Plenário. Como tal, foi votado em 1ª discussão. Teve emenda de plenário e como tal, volta à CCJ para discussão da legalidade das emendas.

Quem deu o parecer favorável das emendas? O deputado Algaci Tulio!

Sou presidente da Comissão de Meio Ambiente. Esse projeto eu tinha prazo para entregar, por determinação do presidente da Casa, que nos deu 48 horas. Convoquei a Comissão de Meio Ambiente. Não conseguimos tirar um consenso, um parecer. Eu estava convocado pela CPI do Senado, para ir a Brasília depor contra as ONG's que muitos aqui defenderam, inclusive o senhor Waldyr Pugliesi defendeu o Boticário, tem a fita gravada, inclusive o Orlando Pessuti. E eu estava lá depondo na CPI do Senado. Não podia viajar sem liberar o tal do parecer da Comissão de Meio Ambiente, porque eu tinha um prazo dado pelo presidente da Casa, Hermas Brandão.

Agora, tenho sido Presidente da Comissão de Meio Ambiente com muito amor, tenho dedicado meus dias de trabalho. E acho, sinceramente, ser suspeita do deputado Algaci Tulio, só era o que me faltava na vida pública!

Sinceramente, V. Exa. sabe que eu não tenho o direito e o dever de segurar um ano um projeto na gaveta, só porque sou contra V. Exa. sabe que os processos tramitam em todas as Comissões e o Plenário é soberano.

Como é que V. Exa. me atribui responsabilidade? Eu que convoquei a reunião lá em Araucária! Eu que convoquei a reunião aqui! Não foi V. Exa. E também não me pauto pelo seu direcionamento. Aliás, somos companheiros da mesma caminhada, fomos vereadores! Mas nunca me pautei. V. Exa. era da Arena, e eu do MDB!

Então, não vai aqui me dar lição! Todos os projetos que tramitam na Comissão de Meio Ambiente, são tratados com dignidade.

Inicialmente, era minha intenção colher as assinaturas do parecer dos deputados que estavam presentes na Comissão, mas não foi possível.

Então apareceu um texto desde que atendidas todas as exigências ambientais, que se aprovasse, porque o Plenário seria soberano. Passou em todas as Comissões. Por que é que nós tínhamos que tirar no plenário aquilo? E eu não estava aqui porque estava convocado em Brasília. E não aceito, não admito, nem de brincadeira, não admito absolutamente, reparo na minha conduta, porque eu não dou margem para tal!

E V. Exa. pode requerer as notas taquigráficas tanto da sessão de Araucária, como aqui da Assembléia Legislativa, como as notas taquigráficas desse Plenário que V. Exa. saberá a minha posição em relação a isso.

Muito obrigado.

#### O SR. ALGACI TULIO (Justificativa de Voto)

Senhor presidente, antes de mais nada quero deixar bem claro ao deputado Neivo Beraldin, que em momento algum tentei colocar dúvidas a sua conduta.

Agora, coloco dúvidas, sim, senhor presidente, à forma como esse projeto tramitou nessa Casa. E que aí todos nós, de repente, viramos co-responsáveis pela forma como esse projeto tramitou aqui, na Assembléia.

E a tal da coisa, deputado Waldyr Pugliesi, é um projeto, vai lá, dá um parecer, não se aprofunda, não se discute, não busca informações, aí o projeto tem que ser apresentado, colocado na Ordem do Dia e votado, porque tem interesses. De quem eu não sei? Não estou dizendo.

Então o que ocorre, senhor presidente? Não tiro nenhuma dúvida quanto a honestidade do deputado Neivo Beraldin, em momento algum eu coloquei isso.

Agora, quero dizer que o projeto tramitou errado desde o começo, desde o seu nascedouro aqui nesta Casa.

Primeiro, que o projeto que veio sem maiores detalhes. Não havia detalhamento, apenas um projeto simples, que autoriza a construir uma termelétrica na cidade de Araucária.

E aí quero lembrar 1998. E eu não estava, aqui, nesta Casa, porque, eleito deputado em 96, assumi a vice-prefeitura de Curitiba. Eu não estava aqui, mas tramitou, por terrível coincidência, nesta Casa, um projeto autorizando a construção de uma usina a gás em Araucária.

Senhores deputados. E eu já levantei isto daquela tribuna. Este projeto não tramitou na principal Comissão que tinha que dar o parecer. E qual era esta Comissão? Ecologia e Meio Ambiente! Não tem parecer este projeto! E está lá sendo construída uma usina a gás em Araucária, com equipamentos pesadíssimos, subindo a Serra, do Porto até a cidade de Araucária!

Quando vejo este projeto na Ordem do Dia, me chama atenção: não passou pela Comissão de Meio Ambiente. Não pode ser, evidentemente, votado. Aí tiramos da Ordem do Dia, foi para a Comissão de Meio Ambiente. E aí não nego os méritos do deputado Neivo Beraldin.

Fomos a uma audiência pública em Araucária, com a deputada Luciana e o deputado Ademir, minha pessoa e o deputado Neivo Beraldin. Viemos aqui em duas audiências, no plenarinho da Assembléia, discutimos o projeto, trouxemos 40 mil assinaturas de Araucária, contrárias à construção. O que é que tínhamos que fazer? Esse projeto estava na Comissão de Meio Ambiente, senhor presidente!

Aí é que eu quero chamar à responsabilidade a Mesa: este projeto, o fato de estar tramitando aqui, não é culpa de Neivo Beraldin, não é culpa do deputado Algaci Tulio, mas é culpa, senhor presidente - e aqui me permito, tenho que dizer isto - se o projeto está na Comissão de Meio Ambiente, se ele está apensado à Comissão de Meio Ambiente, está sendo discutido! Como é que ele pode entrar na Ordem do Dia? Não é possível! O deputado Basílio Zanusso, da CCJ, nunca iria admitir que estando o projeto em discussão, na CCJ, venha o projeto para a Ordem do Dia!

O projeto estava apensado à Comissão de Meio Ambiente. Aí é que é minha revolta! Por que esta pressa? Por que não deixaram, não permitiram, naquele momento, tantas horas para um parecer?

Aí, o que acontece? Retira-se, mais uma vez, da Ordem do Dia, volta o projeto, para, em 48 horas, dar um parecer. Aí é que aconteceu toda esta barbaridade! Aí nós tivemos duas reuniões marcadas na Comissão de Meio Ambiente, estávamos - volto a repetir - eu, o deputado Neivo Beraldin, deputada Luciana, deputado Ademir, e como companheiro o deputado Orlando Pessuti, que é testemunha disto. Duas reuniões, ninguém da Bancada do Governo, que faz parte da comissão, compareceu para nos ajudar a dar um parecer!

Resultado: no dia seguinte aparece um parecer no projeto, com assinaturas de outros parlamentares que fazem parte da comissão. Muito bem! Mas, por que é que eu não fui convocado? Por que é que o deputado Ademir, a deputada Luciana, não fomos convocados? É aqui que estou dizendo! É aqui que está a situação!

Em momento algum quis colocar qualquer responsabilidade ao deputado Neivo Beraldin: está assumindo uma coisa que eu não disse. Agora, estou discutindo, aqui, estou dizendo: o projeto tramitou errado desde o começo. E se houver bom senso desta Casa, tinha que

começar tudo novamente. Porque está tudo errado! Está tudo complicado, fora do que determina a lei.

Então, deputado Neivo Beraldin, quero deixar bem claro: sou seu companheiro. Ninguém mais do que eu, sou seu companheiro nesta comissão. E temos feito um trabalho revolucionário, temos percorrido Adrianópolis, Araucária, outras cidades em busca de fiscalização na questão do meio ambiente. Agora, não se queria colocar aqui uma dúvida entre V. Exa e eu. Apenas, quero dizer que o projeto tramitou errado desde o começo.

E eu posso ter meus defeitos, como qualquer ser humano tem, mas, sou trabalhador e responsável. Não falto a uma Sessão, a uma comissão. Sou presente até como suplente. Vou lá, cubro uma lacuna de um deputado titular, para não deixar a Casa parar de funcionar. E aí está, na Ordem do Dia, maior parte projetos de redação. Por quê? Porque não pára na comissão da qual sou presidente.

Queria deixar bem clara esta posição, senhor presidente.

**O SR. TONY GARCIA**

Senhor presidente, para justificar o voto.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Eu gostaria que os senhores deputados, na hora de justificar seus votos, fossem breves em relação à matéria.

**O SR. TONY GARCIA (Justificativa de Voto)**

Serei breve. Eu ouvia atentamente o que o deputado Valdir Rossoni comentou a respeito dos empregos, do investimento que se faria em Araucária. Eu também fui procurado por alguns conhecidos que tinham interesse em relação ao projeto de Araucária e entendi por bem ouvir as duas partes, como ouvi também, o prefeito de Araucária e alguns vereadores, onde me mostraram mais de 22 mil assinaturas, que seriam contra a instalação dessa usina em Araucária. O prefeito mostrou isto a mim, juntamente com alguns vereadores.

Então, eu sou a favor do emprego, sou a favor da iniciativa privada, sou a favor do investimento, sou a favor de tudo isso, agora, o meu voto foi condicionado em relação ao que eu ouvi do prefeito da cidade, com mais de 22 mil assinaturas, porque eu acho que lá valeu como se fosse um plebiscito na cidade.

Quanto ao que diz respeito aos professores, eu também me sinto muito orgulhoso de estar nesta Casa e ter os professores hoje fazendo parte dessa luta em busca da educação e de melhores condições do ensino paraense.

Então, o meu voto é declarado a favor, hoje, dos professores do Paraná.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, V. Exa. sinalizou na direção de que a redação final, rejeitada hoje, voltará a esta Casa.

Era bom que V. Exa., senhor presidente, dissesse à Casa, para que nenhuma dúvida pairasse a respeito do assunto em que está baseado, porque aqui na Constituição, no artigo 70, nós podemos ler o seguinte: “a matéria constante do projeto de lei rejeitado, somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria dos deputados” e aqui, senhor presidente, nós temos o artigo 187 que trata da redação final, lá pelas tantas diz o seguinte: “aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação Final para apresentar nova redação final dentro de 48 horas”. É um tema meio árido e surpreende muita gente, porque a matéria foi rejeitada. E ela volta? Aqui diz, quando for aprovada.

Então, era preciso que V. Exa., com muita clareza, deixasse todo mundo aqui, sem nenhum tipo de dúvida a respeito dessa posição que abalisada assessoria de V. Exa. repetidas vezes tem colocado à Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Só para esclarecer o deputado Waldyr Pugliesi e o Plenário da Assembléia que a questão que V. Exa. levanta na Constituição do Estado do Paraná, refere-se à votação do projeto nos dois turnos.

O projeto obedeceu os dois turnos: ele foi aprovado pela Casa. Apenas voltou à Comissão de Redação Final, para organizar, para dar um reordenamento à Redação Final do projeto.

Está claro na Constituição e o projeto já foi aprovado, apenas a redação final foi rejeitada e não se refere à questão levantada por V. Exa. na Constituição, até no artigo 170: “salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos. As emendas serão votadas em dois turnos em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as das Comissões ou contrário”. E assim segue sucessivamente.

Então, o projeto foi aprovado. O projeto não foi rejeitado.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Foi rejeitado, porque o projeto teve emendas e por isso ele foi à redação final. Quando o projeto sofre emendas, ele vai à redação final para poder agasalhar as próprias emendas.

No caso ele foi rejeitado, porque V. Exa. não vai encontrar guardida no Regimento Interno para sustentar a tese que V. Exa. está levantando agora.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputado Nereu Moura, todas as emendas foram rejeitadas em 2ª discussão e o projeto já sofreu em dois turnos. Foi aprovado em dois turnos.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Mas diz aqui, a Constituição, no artigo 70, como o deputado Waldyr Pugliesi falou: “a matéria constante do projeto de lei rejeitado”.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Mas o projeto não foi rejeitado!

O SR. NEREU MOURA  
Ele foi rejeitado em redação final!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Mas apenas em redação final, deputado Nereu Moura.  
E será reorganizado.

O SR. NEREU MOURA  
Onde está escrito que ele volta, qual artigo do Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Se o Plenário rejeita a redação final ele deverá voltar.

O SR. NEREU MOURA  
Qual é o artigo que está escrito isso, que ele volta depois de 48 horas?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Vamos procurar e depois lhe informamos.

O SR. NEREU MOURA  
Por favor, faça isso!  
Muito obrigado!

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2001, altera para Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o atual Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente criado pela Lei nº 9579, de 22 de março de 1991. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2001, de 12/06/2001)**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 279/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001)**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 301/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Científica Integrada de Londrina - Adeccil, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001)**

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 302/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da

Escola Municipal Angelo Falavinha Dalprá - Educação Infantil e Ensino Fundamental. Com sede e foro no município de Colombo - Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001)**

#### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 308/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Kauande, com sede e foro no município de Curitiba / PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001)**

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 322/2001, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos Peabiruenses - AIP, com sede e foro no município de Peabiru. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001)**

#### ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 379/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2001, que aprova um crédito suplementar no valor de R\$2.059.500,00 (dois milhões, cinquenta e nove mil e quinhentos reais), ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001)**

#### ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 380/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2001, que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras no valor de R\$1.312.780,00 (hum milhão, trezentos e doze mil, setecentos e oitenta reais), ao vigente orçamento da Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001)**

#### ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - Projeto de Lei nº 399/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/2001, que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$11.932.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e dois mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2001, de 04/09/2001)**

#### ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que denomina a Ciretran de Cambé de "Alcebíades Zotarelli". PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda: **Aprovada.**

**O projeto irá à redação final.**

## ITEM 12

### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/99, de autoria do deputado Beto Richa, que assegura o fornecimento gratuito de medicamento e insumos destinados ao tratamento e controle do diabetes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, substitutivo geral de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

#### SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 083/99

Art. 1º - Fica assegurada a distribuição gratuita de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle do diabetes, aos diabéticos residentes do Estado do Paraná.

Art. 2º - para os efeitos desta lei, a “cesta básica” dos medicamentos e insumos, a serem distribuídos nas unidades de saúde, compreende os seguintes:

- I - insulina;
- II - antidiabéticos orais;
- III - seringas para a aplicação.

Art. 3º - Fica autorizado o Estado do Paraná a celebrar convênios para atender o disposto na presente lei.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Edno Guimarães, Cesar Seleme, Luiz Fernandes da Silva Litro, Moysés Leônidas, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Antonio Carlos Belinati.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é necessária para a correção de distorções que apresenta a redação original do projeto de lei, tais como:

- referência a diabéticos carentes - o SUS é universal e não discrimina em razão das condições financeiras do doente. A supressão da expressão carentes prejudica o que dispõe o parágrafo único do artigo 1º;
- deverão ser excluídas da cesta básica arrolada no artigo 2º, os reagentes para exame, as fitas reagentes e os adoçantes dietéticos, porque os reagentes para exames

são utilizados por laboratórios que são ressarcidos pelo SUS pelos serviços prestados.

As fitas reagentes, são testes adquiridos em farmácias e acusam o índice de açúcar no sangue a responsabilidade pela determinação do exame e sua análise é do médico. O doente deverá estar em constante contato com seu médico para este fim, seja através de programas próprios para diabéticos ou não. Quanto aos adoçantes dietéticos não são eles destinados ao tratamento de diabéticos, mas tão somente modificam o sabor dos alimentos;

- no artigo 3º, a providência prevista é de exclusiva competência do Poder Executivo;

- e, por fim, o prazo de 60 dias para regulamentação da matéria é exíguo para as providências necessárias por parte do Poder Executivo.

**O projeto retorna à CCJ.**

## ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Nova Boa Vista, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Rio Bonito, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Tancredo Neves, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2001, que dispõe que os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, serão aplicados através das municipalidades, e não integrarão a base de cálculo para efeito da Lei nº 11741/97 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:



EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01  
AO PROJETO DE LEI Nº 335/2001

“Fica suprimido o artigo 2º do Projeto de Lei nº 335/2001.”

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Cezar Silvestri, Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná vem atravessando uma difícil crise financeira e a sociedade clama por uma reforma administrativa que reduza o número de secretarias e de cargos comissionados na estrutura governamental. Portanto, entende-se que a proposta de criação de mais uma diretoria na Agência de Fomento do Estado do Paraná, proposta no presente projeto de lei, vem onerar o custeio do Tesouro e, principalmente, o da agência em questão, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do Estado.

Considere-se, também, que a própria justificativa, integrante da mensagem governamental, que encaminhou o anteprojeto de lei em referência, não explicita as funções e competências da diretoria proposta no artigo 2º, que ora se pretende suprimir.

**O projeto retorna à CCJ.**

**ITEM 17**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Associação da Vila Baronesa e Jardim Esmeralda, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 18**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o Cosap - Conselho de Obras Sociais de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 19**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Novo Itacolomi - APMI, com sede e foro no município de Novo Itacolomi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Corretiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO, AO  
PROJETO DE LEI Nº 370/2001

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 370/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Novo Itacolomi - APMI, com sede no município de Novo Itacolomi e foro no município de Apucarana”.

Sala das Sessões, em 03.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Ricardo Chab, Plauto Miró Guimarães, Nelson Tureck, Miltinho Pupio e Carlos Simões.

**O projeto retorna à CCJ.**

**ITEM 20**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/2001, que objetiva reemitir os créditos tributários relativos ao ICMS, sobre prestações de serviços de comunicação, lançados até 31 de julho de 2001, cujos valores, atualizados, sejam iguais ou inferiores a R\$55,00 (cinquenta e cinco reais). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/97, que dispõe sobre o Código de Saúde do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP. **Aprovado. (Publ. no Da nº 145/97, de 11/09/97 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 444/97  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 737/97

P A R E C E R :

**Relatório**

Os presentes projetos oriundos da Mensagem Governamental nº 45/97, dispõem respectivamente sobre o Código de Saúde do Paraná, que estabelece normas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como, sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações e dos serviços da saúde nas esferas estadual e municipal e sobre a revogação da Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 1975.

**Fundamentação**

O objetivo do primeiro projeto é adequar a legislação estadual de saúde às Constituições Federal e Estadual e à Lei Orgânica da Saúde; instrumentalizar legalmente a direção estadual do SUS para melhorar a qualidade da organização e do funcionamento do sistema, dando simetria à realidade do nosso Estado aos ditames constitucionais maiores dos artigos 196 a 200 da Constituição Federal.

Neste futuro código encontramos inovações como: a previsão legal da obrigatoriedade de reembolso ao SUS pelas empresas de seguro-saúde e congêneres quando o paciente for assegurado ou beneficiário destas; disposições acerca da saúde ambiental e da conjugação saúde-trabalho; dá disciplina pormenorizada no procedimento

administrativo (dando condições de uma perfeita aplicação da lei, inclusive quanto aos prazos e recursos cabíveis e sanções para o caso de infração ao código) e por fim a relevância da obrigatoriedade de ser criado o Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação.

Outrossim, por já haver um código sanitário do Estado - Lei Complementar nº 04/75 e em obediência ao Princípio da Hierarquia das Leis e pelo fato de esta estar obsoleta com as legislações existentes sobre saúde, faz-se necessário a sua revogação, substituindo-a pela futuro código aqui analisado.

### **Conclusão**

Assim sendo, é o nosso parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 444/97 e de Lei Complementar nº 737/97.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

### **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

#### **PROJETO DE LEI Nº 444/97**

#### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 737/97**

### **P A R E C E R :**

### **Relatório**

Os presentes projetos de lei, oriundos da Mensagem Governamental nº 45/97, dispõem respectivamente sobre o Código de Saúde do Paraná, que estabelece normas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como sobre a organização regulamentação, fiscalização e controle das ações e dos serviços da saúde nas esferas estadual e municipal e sobre a revogação da Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 19975.

### **Fundamentação**

A Constituição de 1998 trouxe uma nova ordem jurídica à Nação. A par de mudanças das mais variadas matizes, chamam a atenção as modificações estruturais no âmbito da saúde. Os artigos 196 a 200 da nova Carta Constitucional (Anexo I), além de declarar o direito de todos à saúde, trouxe uma nova estrutura para a implementação da Política Nacional de Saúde. Neste sentido foi criado o Sistema Único de Saúde, que tem por norma o acesso universal, a regionalização e descentralização das ações e serviços de saúde. Por evidente, a nova Constituição Estadual (1989) seguiu o ditame da Constituição federal. É imprescindível que quaisquer alterações constitucionais (e as houve, tanto no plano federal como no estadual) exigem a simetria das leis que lhe são inferiores, seja quando contrárias à nova ordem, seja porque se tornam inoperantes.

A legislação ordinária do Estado acerca da saúde data de 1975 (Código Sanitário do Estado - Lei Complementar nº 4/75 - Anexo II) e não teve por base o Sistema Único de Saúde. Ainda que se estejam aplicando as normas federais acerca do SUS, mostra-se pertinente, necessária e premente a edição de um novo corpo de leis estaduais adaptadas à nova estrutura do sistema de saúde.

Assim estar-se-á facilitando a implementação de políticas de saúde e possibilitando a efetiva realização do direito de todos à saúde. Em outras palavras, o objeto do Anteprojeto é: a) adequar a legislação estadual ordinária de saúde às Constituições Federal e Estadual, e à Lei Orgânica da Saúde - Lei 8080 (Anexo III); e, b) instrumentalizar legalmente a direção estadual do Sistema Único de Saúde para melhorar a qualidade da organização e do funcionamento do sistema.

Neste sentido é que a Secretaria Estadual da Saúde/Instituto de Saúde do Paraná elaborou o anteprojeto de um Código de Saúde do Estado para substituir a legislação ordinária que não mais é acolhida pela ordem constitucional. O projeto é fruto de intensos debates com a classe dos profissionais de saúde, bem como com os usuários do sistema. Pelo caráter de abrangência do mesmo optou-se por desconsiderar a nomenclatura Código Sanitário (com evidente ligação à defesa sanitária) utilizando-se Código de Saúde do Paraná.

O anteprojeto de lei foi apresentado ao Excelentíssimo Governador do Estado em maio de 1997 e posteriormente foi encaminhado à Assembléia Legislativa para a devida apreciação. Nesses quatro anos que se passaram houve muitas mudanças e inovações na legislação federal. No que diz respeito ao conteúdo do Anteprojeto de Lei faz-se necessário algumas propostas de modificações e adequações para que o mesmo esteja atualizado com as novas leis do setor saúde que foram promulgadas nesses últimos anos.

Ressalta-se também que o Anteprojeto de Lei está em sincronia com as leis que regem especificamente o Sistema Único de Saúde, inclusive estando perfeitamente adequado com a nova organização da assistência, no que diz respeito à regionalização e hierarquização dos serviços de saúde recentemente normalizados pela Norma Operacional da Assistência à Saúde. Portaria nº 95/GM de janeiro do corrente ano - NOAS/SUS-01/2001 (Anexo IV). Nesse sentido estar-se-á elencando e justificando as propostas de exclusão, inclusão e substituição de artigos e incisos para que este Anteprojeto de Lei apresente-se atualizado com as leis promulgadas nesses últimos quatro anos, de modo que a operacionalização das ações e serviços do SUS, sejam realizadas da melhor maneira possível, tornando efetivo o direito à saúde inerente a cada cidadão.

Outrossim, por já existir um Código Sanitário do Estado - Lei Complementar nº 04/75 - e em obediência ao princípio da hierarquia das Leis e pelo fato desta estar obsoleta com as legislações existentes sobre a matéria de saúde, faz-se necessário a sua revogação, substituindo-a pelo futuro Código de Saúde aqui analisado.

### **Primeira Alteração**

Substituir por nova redação o parágrafo 1º do artigo 6º e excluir o parágrafo 2º e 3º do artigo 6º.

#### **1. Substituir**

O parágrafo 1º do artigo 6º do anteprojeto de lei pelo seguinte texto: "A assistência gratuita ao indivíduo

beneficiário de seguro-saúde ou de outra modalidade assistencial de medicina de grupo ou cooperativa médica, implica-se o reembolso ao Poder Público, a ser efetuado pela empresa seguradora ou entidade congênere, de despesas com o atendimento, na forma da legislação vigente”

#### **Justificativa**

O reembolso ao Poder Público a ser efetuado pela empresa seguradora ou entidade congênere está legalizado através da Lei nº 9.656 de 3 de junho de 1998 (Anexo V) que dispõe sobre Planos e Seguros Privados de Saúde. Dessa forma, far-se-á menção a questão do ressarcimento porém toda a regulamentação é feita pelo nível federal, através das resoluções e portarias abaixo discriminadas.

#### **2. Excluir o § 2º e § 3º do artigo 6º**

Art. 6º.

§ 2º - O valor do reembolso das despesas corresponderá ao valor dos procedimentos assistenciais estipulados pelas tabelas do Sistema Único de Saúde vigentes no período da prestação da assistência ambulatorial ou hospitalar. **Excluído.**

§ 3º - A receita gerada no âmbito do SUS, pelo reembolso de despesas, previstas nesta lei, será considerado recurso de outras fontes para o financiamento do sistema, conforme dispõe a Lei Federal nº 8080/90 e terá gestão própria da administração dos serviços, fazendo parte do respectivo Fundo de Saúde estadual ou municipal. **Excluído.**

#### **Justificativa**

A Lei nº 9.656 de 3 de junho de 1998 que dispõe sobre Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, apresenta em seu artigo 32 e parágrafos:

“Art. 32 - Serão ressarcidos pelas operadoras a que alude o artigo 1º os serviços de atendimento à saúde previstos nos respectivos contratos, prestados a seus consumidores e respectivos dependentes, em instituições públicas ou privadas, conveniadas, integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 1º - O ressarcimento a que se refere o *caput* será efetuado pelas operadoras diretamente à entidade prestadora de serviços, quando esta possuir personalidade jurídica, ou ao SUS, os demais casos, mediante tabela praticada pelos planos e seguros.

§ 2º - Para a efetivação do ressarcimento, a entidade ou o SUS, por intermédio do Ministério da Saúde, conforme o caso, enviará à operadora a discriminação dos procedimentos realizados para cada consumidor.

§ 3º - A operadora efetuará o ressarcimento até o trigésimo dia após a apresentação da fatura, creditando os valores correspondentes à entidade prestadora ou ao Fundo Nacional de Saúde, conforme o caso.

§ 4º - O CNSP, ouvida a Câmara de Saúde Suplementar, fixará normas aplicáveis aos processos de glosa dos procedimentos encaminhados conforme previsto no § 2º deste artigo.”

Com a criação do Conselho de Saúde Suplementar e da Agência Nacional de Saúde foram publicadas várias portarias que regulamentaram o artigo acima citado, a saber:

- Resolução nº 22 de 21 de outubro de 1999 (DOU 28/10/99). Dispõe sobre ressarcimento dos serviços de atendimento à saúde prestados a beneficiários de plano privado de assistência à saúde por instituições públicas ou privadas integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS (Anexo V).

- Resolução nº 23 de 21 de outubro de 1999 (DOU 28/10/99). Dispõe sobre a Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos (TUNEP) para fins de ressarcimento dos atendimentos prestados aos beneficiários de plano privado de assistência à saúde por instituições públicas ou privadas, integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS (Anexo VI).

- Resolução RDC - nº 17 de 30 de março de 2000 (DOU 18/04/2000). Dispõe sobre a Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos - TUNEP, para fins de ressarcimento dos atendimentos prestados aos beneficiários de planos privados de assistência à saúde, por instituições públicas ou privadas, integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS (Anexo VIII).

- Resolução - RE nº 01 de 30 de março de 2000 (DOU 05/04/2000). Dispõe sobre o processamento do Sistema de Identificação de beneficiários e as rotinas de cobrança e pagamento referentes ao ressarcimento dos atendimentos prestados aos beneficiários de planos privados de assistência à saúde, por instituições públicas ou privadas, integrantes do SUS e dá outras providências (Anexo IX).

- Resolução - RDC nº 18 de 30 de março de 2000 (DOU 05/04/2000). Regulamenta o ressarcimento ao SUS, previsto no artigo 32 da Lei nº 9.656/98 de 03 de junho de 1998 (Anexo X).

- Portaria nº 131 de 26 de abril de 2000 (DOU 27/04/2000). Estabelece os fluxos de impugnações apresentadas pelas Operadoras e Planos Privados de Assistência à Saúde ao Ministério da Saúde, decorrentes do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - O SUS (Anexo XI).

- Resolução - RE nº 03 de 25 de abril de 2000 (DOU 25/04/2000). Regulamenta a disponibilização às operadoras e aos gestores habilitados os Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e de Ressarcimento ao Gestor (ARG) contendo informações referente às internações do mês de competência imediatamente anterior (Anexo XI).

- Resolução nº 01 de 22 de maio de 2000 (DOU 23/05/2000). Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos procedimentos e atividades lesivas e assistência à saúde suplementar, delega competências à ANS para atos que menciona e dá outras providências (Anexo XII).

Resolução - RDC nº 62 de 20 de março de 2001 (DOU 29/03/2000). Estabelece as normas para o ressarci-

mento ao SUS, previsto no artigo 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Anexo XIII).

- Resolução - RE nº 6 de 26 de março de 2001 (DOU 02/04/2001). Estabelece nova sistemática para o processamento do ressarcimento ao SUS (Anexo XIV).

- Portaria nº 168 de 21 de maio de 2001 (DOU 11/06/2001). Redefine a rotina de processamento de solicitações de impugnações técnicas do ressarcimento ao SUS (Anexo XV).

Conclui-se que a questão do ressarcimento ao SUS está devidamente legalizada e regulamentada pelo nível federal não havendo necessidade de normalização pelo nível estadual, podendo desta forma ser retirada do anteprojeto de lei sem qualquer prejuízo às partes.

### **Segunda Alteração**

Excluir o inciso XXII do artigo 12.

#### **1. Excluir o inciso XXII do artigo 12.**

Art. 12

XXII - registrar, regulamentar e fiscalizar as atividades de empresas de seguro-saúde, medicina de grupo, cooperativas de serviços médicos e congêneres.  
**Excluído.**

#### **Justificativa**

As questões referentes às empresas de seguro-saúde, medicina de grupo, cooperativa de serviços médicos e congêneres foram normalizadas pela Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998 (DOU 04/06/1998). Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e Medida Provisória nº 2.177-43 de 27/07/2001 (Anexo XVI), não procedendo portanto, legislação estadual sobre esse tema uma vez que a legislação federal é suficiente, ampla e completa, o que condiz com a retirada desses artigo, parágrafos e incisos do Anteprojeto de Lei.

### **Terceira Alteração**

Excluir o artigo 20 dando nova redação.

#### **1. Nova redação do artigo 20**

“Art. 20 - Comprovada no interesse do SUS, a conveniência da ajuda financeira, a concessão de recursos públicos para auxílio ou subvenção a entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos ficará ainda subordinada ao preenchimento, pela entidade interessada, de requisitos de idoneidade técnica, científica e administrativa, fixados por órgãos e entidades específica do SUS, e à avaliação do retorno social dos serviços e atividades que realizam.

#### **Justificativa**

Adequação da redação, com a exclusão da palavra com, para não dar interrupção incorreta do texto.

### **Quarta Alteração**

Excluir dando nova redação ao artigo 36 e parágrafo único e incluir § 2º.

#### **1. Nova redação do artigo 36 e parágrafo único pelo seguinte texto:**

Art. 36 - A captação, proteção ao doador e ao receptor, coleta, processamento, estocagem, distribuição

e transfusão do sangue, de seus componentes e derivados seguirão a legislação vigente.

§ 1º - É vedada a compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização do sangue, componentes e hemoderivados, seja por pessoas físicas ou jurídicas, em caráter eventual ou permanente, que estejam em desacordo com o ordenamento institucional estabelecido pela legislação vigente.

#### **2. Incluir § 2º no artigo 26 com a seguinte redação:**

§ 2º - O Poder Executivo regulamentará o sistema de hemovigilância para o controle efetivo do sangue e derivados.

#### **Justificativa**

Em 22/03/2001 o Diário Oficial da União publicou a Lei nº 10.205 de 21 de março de 2001 (Anexo XVII). Essa lei regulamenta o § 4º do artigo 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências. Dá ampla cobertura a todos os aspectos ligados aos procedimentos do sangue e seus derivados.

Há necessidade de complementação por parte do nível estadual apenas no que se refere à regulamentação do sistema de informação da hemovigilância que já está sendo implantado no Estado do Paraná para o controle efetivo do sangue e derivados. A substituição da redação desse artigo torna-lo-á atualizado com a legislação vigente.

### **Quinta Alteração**

Excluir dando nova redação ao título da Seção V: e aos § 1º e § 2º do artigo 37.

#### **1. Nova redação do título da Seção V**

“Da Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental”

#### **2. Nova redação do § 1º do artigo 37 pela seguinte redação:**

§ 1º - Na interpretação e aplicação das normas e na execução de ações e implementação de serviços de vigilância, os órgãos e entidades estaduais e municipais do SUS cuidarão para que sua atuação se efetive de modo que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

#### **3. Nova redação do § 2º do artigo 37 pela seguinte redação:**

§ 2º - Nas ações e nos serviços desenvolvidos, pela vigilância, são asseguradas a cooperação dos sindicatos de trabalhadores, dos organismos de defesa do consumidor, das entidades ambientais e conselhos de classe.

#### **Justificativa:**

O conceito de vigilância ambiental utilizado abrange todos aqueles agentes químicos, físicos e biológicos que, uma vez presentes no ambiente, possam vir a provocar doenças e outros agravos à saúde do homem.

Engloba, portanto, a vigilância da água, do ar e do solo, além das vigilâncias entomológica (vetorial) e animal (zoonoses). Há necessidade também da criação de sistêmicas e instrumentos de trabalho que propiciem a atuação de fato integrada das vigilâncias epidemiológica e ambiental e, dessas duas, com a vigilância sanitária. Um trabalho integrado é essencial, na medida que uma vigilância em saúde pressupõe a realização de análise que considerem todos os aspectos pertinentes a uma dada situação, avaliando-os da ótica das desigualdades entre grupos populacionais e os riscos a que estão sujeitos. A adequação desses textos pretende tornar legítimo o espaço da vigilância ambiental na área da saúde bem como sua integração na vigilância à saúde.

#### **Sexta Alteração**

Excluir dando nova redação ao artigo 38 e inciso IV e incluir os incisos.

##### **1. Nova redação do artigo 38.**

“Art. 38 - As ações de vigilância sanitária e ambiental recaem sobre:

##### **2. Novas redação do inciso IV do art. 38**

“IV - medicamentos, cosméticos, saneantes, domissanitários, equipamentos, imunobiológicos e outros produtos ou insumos do interesse à saúde.

##### **3. Incluir os seguintes incisos no artigo 38 com as seguintes redações:**

“X - serviços de interesse à saúde;

XI - controle de vetores de interesse da saúde pública”.

##### **Justificativa:**

A inclusão dessas palavras e incisos no artigo 38 e artigo 64, torna mais completa a abrangência da vigilância sanitária e ambiental dentro de uma perspectiva de integração de ações.

A inclusão do inciso X refere-se às ações de vigilância sanitária nos serviços de interesse à saúde como farmácia, salões de beleza, saunas, asilos, creches, hotéis e outros, o que não constava na versão original do Anteprojeto de lei e são ações características dos serviços de vigilância sanitária.

A inclusão do inciso XI, sobre controle de vetores vem de encontro ao processo de descentralização da vigilância Epidemiológica e controle de doenças, notadamente as que eram desempenhadas pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, órgão do Ministério da Saúde que passaram a ser ações de estados e municípios.

#### **Sétima Alteração**

Excluir o artigo 39 dando nova redação

##### **1. Nova redação do artigo 39**

“Art. 39 - A direção do SUS, no exercício de sua função preventiva e corretiva de vigilância, recorrerá à atuação do Ministério Público, quando necessário”.

##### **2. Justificativa**

Melhorar a redação do artigo para uma ampliação e integração das vigilâncias.

#### **Oitava Alteração**

Excluir o inciso III do artigo 55, assim como, excluir e dar nova redação ao inciso XI do artigo 55, e incluir os incisos.

##### **1. Excluir o inciso III do artigo 55.**

“III - rescisão de contrato. **Excluído.**

##### **2. Nova redação do inciso XI do artigo 55**

“XI - cancelamento da autorização de funcionamento de empresas”.

##### **3. Incluir mais dois no artigo 55.**

“XIII - imposição de mensagem retificadora;

XIV - suspensão de propaganda e publicidade”

##### **8.3 - Justificativa**

A presente emenda, retira do texto a hipótese prevista no inciso III do artigo 55, que trata da “pena de rescisão do contrato”, em face da equivocada extensão do poder regulador do Estado às instituições privadas que participam do Sistema Único de Saúde de forma complementar, mediante contrato. Na forma do disposto no artigo 199, da Constituição Federal, a “assistência à saúde” é livre à iniciativa privada, podendo esta participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio.

Portanto, a participação da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde é regida pela instituição do contrato, mais precisamente pelos contratos públicos, e como todo contrato, é dominado por dois princípios: o da lei entre as partes (*lex inter partes*) e o da observância do pactuado (*pacta sunt servanda*). O primeiro impede a alteração do que as partes convencionaram; o segundo, obriga-se a cumprir fielmente o que avançaram e prometeram reciprocamente. Logo, a inexecução contratual não constitui infração administrativa, pelo que a cominação de pena é incabível.

A substituição de redação do item XI do artigo 55, decorre da necessidade de adequação da redação ao disposto pela Lei Federal nº 6437/77 que norteia as infrações e penalidades da vigilância sanitária. (Anexo XVIII)

A inclusão desses dois incisos vem atender o contido na medida provisória nº 2.134-30 de 24 de maio de 2001 (DOU 25.05.2001). Em seu artigo 12 essa Medida Provisória (Anexo XIX) altera dispositivos das Leis nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999 (Anexo XX), que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas e dá outras providências.

#### **Novas Alteração**

Excluir e dar nova redação ao inciso XI e inciso XIV do artigo 64; e, incluir os incisos.

##### **1. Nova redação do inciso XI do artigo 64**

XI - importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produto sujeito ao controle sanitário que esteja deteriorado, alterado, adulterado, fraudado, ava-

riado, falsificado, com o prazo de validade expirado, ou apor-lhe nova data de validade.

## **2. Nova redação da pena no inciso XIV do artigo 64**

Pena - advertência, proibição e/ou suspensão de propaganda e publicidade, contrapropaganda, suspensão de venda ou fabricação do produto, imposição de mensagem retificadora e/ou multa.

### **Justificativa**

A nova redação a esses incisos vem atender o contido na medida provisória nº 2.134-30 de 24 de maio de 2001 (DOU 25.05.2001). Em seu artigo 12 essa Medida Provisória altera dispositivos das Leis nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

## **3. Incluir o seguinte inciso no artigo 64**

“XLVII - Não adotar medidas preventivas de controle ou fornecer as condições para proliferação de vetores de interesse à saúde pública.

Pena- advertência, pena educativa e/ou multa”.

### **Justificativa**

A inclusão desse inciso, sobre controle de vetores vem de encontro ao processo de descentralização da vigilância epidemiológica e controle de doenças, notadamente as que eram desempenhadas pela Fundação Nacional de saúde - FUNASA, órgão do Ministério da Saúde que passaram a ser ações de estado e municípios.

## **4. Incluir o seguinte inciso no artigo 64**

“XLVIII - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas física ou jurídica, que operem a prestação de serviço de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa

### **Justificativa**

A inclusão desse inciso vem atender o contido na medida provisória nº 2.134-30 de 24 de maio de 2001 (DOU 25.05.2001). Em seu artigo 12 essa Medida Provisória, altera dispositivos das Leis nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas e dá outras providências.

## **5. Incluir o seguinte inciso no artigo 64**

“XLIX - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por empresas administradoras de terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou

portuários, estações e passagens de fronteiras e pontos de apoio de veículos terrestres.

Pena- advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa”.

### **Justificativa**

A inclusão desse inciso vem atender o contido na medida provisória nº 2.134-30 de 24 de maio de 2001 (DOU 25.05.2001). Em seu artigo 12 essa Medida Provisória, altera dispositivos das Leis nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

## **6. Incluir o seguinte inciso no artigo 64**

L - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação, por pessoas física ou jurídica, de matérias-primas ou produtos sob vigilância sanitária.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

### **Justificativa**

A inclusão desse inciso vem atender o contido na medida provisória nº 2.134-30 de 24 de maio de 2001 (DOU 25.05.2001). Em seu artigo 12 essa Medida Provisória, altera dispositivos das Leis nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

## **7. Incluir o seguinte inciso no artigo 64**

LI - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades outras exigências sanitárias relacionadas a estabelecimentos e às boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sob vigilância sanitária.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

### **Justificativa**

A inclusão desse inciso vem atender o contido na medida provisória nº 2.134-30 de 24 de maio de 2001 (DOU 25.05.2001). Em seu artigo 12 essa Medida Provisória, altera dispositivos das Leis nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

## **8. Incluir o seguinte inciso no artigo 64**

LII - Proceder a mudança de estabelecimento de armazenagem de produto importado sob interdição sem autorização do órgão sanitário competente.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

#### **Justificativa**

A inclusão desse inciso vem atender o contido na medida provisória nº 2.134-30 de 24 de maio de 2001 (DOU 25.05.2001). Em seu artigo 12 essa Medida Provisória, altera dispositivos das Leis nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

#### **9. Incluir o seguinte inciso no artigo 64**

LIII - Proceder a comercialização de produto importado sob interdição.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

#### **Justificativa**

A inclusão desse inciso vem atender o contido na medida provisória nº 2.134-30 de 24 de maio de 2001 (DOU 25.05.2001). Em seu artigo 12 essa Medida Provisória, altera dispositivos das Leis nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

#### **10. Incluir o seguinte inciso no artigo 64**

LIV - Deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sob vigilância sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos importados sob interdição ou aguardando inspeção física.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

#### **Justificativa**

A inclusão desse inciso vem atender o contido na medida provisória nº 2.134-30 de 24 de maio de 2001 (DOU 25.05.2001). Em seu artigo 12 essa Medida Provisória, altera dispositivos das Leis nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas e dá outras providências.

### **Décima Alteração**

Alterar a redação do artigo 70, dando dilação de prazo.

#### **1. Nova redação do artigo 70 com alteração de prazo.**

“Art. 70 - Após notificação, o infrator terá prazo de quinze dias para apresentar defesa”

### **2. Justificativa**

Adequar esse item à Lei nº 6437/77, propondo coerência da legislação estadual com a legislação federal

#### **Décima Primeira Alteração**

Excluir e dar nova redação ao art. 79 e excluir parágrafo único do art. 79.

#### **1. Nova redação do art. 79**

“Art. 79 - Os estabelecimentos que dispensam medicamentos deverão manter à disposição dos consumidores lista atualizada dos medicamentos genéricos conforme publicação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária”.

#### **2. Excluir o parágrafo único do art. 79.**

Parágrafo Único - Por denominação genérica se entende o princípio ativo ou fármaco, adotado pelo Ministério da Saúde ou na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI) recomendada pela Organização Mundial da Saúde. **Excluído.**

#### **Justificativa**

A Portaria nº 3.916 de 30 de outubro de 1998 (DOU 10.11.1998) do Ministério da Saúde (Anexo XXI) aprova a Política Nacional de Medicamentos, incluindo nesta produção e distribuição de medicamentos genéricos, de forma. O artigo 79, vem garantir acesso ao cidadão sobre a lista atualizada de medicamentos genéricos uma vez que esta é constantemente atualizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

### **Décima Segunda Alteração**

Excluir o artigo 86, com os parágrafos 1º e 2º.

#### **1. Excluir o artigo 86, com os parágrafos 1º e 2º.**

Art. 86 - As empresas de seguro-saúde, medicina de grupo, cooperativas de serviços médicos e congêneres, para atuarem no Estado do Paraná, são obrigadas a obterem registro junto à Secretaria de Estado da Saúde. **Excluído.**

§ 2º - Essas empresas terão suas atividades autorizadas, regulamentadas e fiscalizadas pela Secretaria de Estado da Saúde. **Excluído.**

§ 2º - As sociedades e empresas de seguro-saúde, medicina de grupo, as cooperativas de trabalho médico e outras empresas que atuam na área da saúde, fornecerão à direção estadual do SUS relação atualizada dos seus segurados, anualmente. **Excluído.**

#### **Justificativa**

As questões referentes às empresas de seguro-saúde, medicina de grupo, cooperativa de serviços médicos e congêneres foram normalizadas pela Lei nº 9.656 de 3 de junho de 1998 (DOU 04.06.1998). Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e Medida Provisória nº 2.177-43 de 27.07.2001, não procedendo portanto, legislação estadual sobre esse tema uma vez que a legislação federal é suficiente, ampla e completa, o que condiz com a retirada desses artigos, parágrafos e item do Anteprojeto de Lei.

### **Décima Terceira Alteração**

Excluir o artigo 87, dando nova redação.

### 1. Nova redação ao artigo 87

Art. 87 - A direção estadual do SUS poderá firmar convênios com hospitais universitários e de ensino, público ou privados, que estabelecerão, dentre outros, os encargos dos hospitais universitários no tocante à formação de recursos humanos, a adequação da formação profissional às novas exigências da política de saúde à atualização continuada da habilitação técnico-científica do profissional, à pesquisa e à transferência de novos conhecimentos na área das ciências da saúde, e à adoção de práticas assistenciais alternativas exigidas pela realidade nosológica.

#### Justificativa

Adequar a concordância dos termos da frase.

### Décima Quarta Alteração

Cria nova redação ao artigo 86, que foi excluído na 12ª alteração.

“Art. 86 - Todas as Unidades de Saúde que possuem vínculo com o SUS, próprias, contratadas ou conveniadas, ambulatoriais ou hospitalares, deverão expor, em local visível e de maior acesso aos usuários, placa ou cartaz, onde deve constar a proibição de cobrança a qualquer título pelos serviços prestados pelo SUS”.

#### Justificativa

A Portaria nº 113 de 04 de setembro de 1997 - DOU 05.07.1977 (Anexo XXII)- garante a gratuidade total do atendimento à saúde, sendo vedada a profissionais e/ou às Unidades Assistenciais públicas ou privadas, contratadas ou conveniadas, a cobrança ao paciente ou seus familiares, de complementariedade a qualquer título.

A explicitação dessa informação possibilita mais uma forma de garantir aos cidadãos a gratuidade dos serviços prestados pelo SUS.

### Conclusão

Assim sendo, é o nosso parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 444/97 e de Lei Complementar nº 737/97, conforme substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
FERNANDO RIBAS ARLI - Relator

### SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

### CÓDIGO DE SAÚDE DO PARANÁ

Regula a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Estado do Paraná, estabelece normas de promoção, proteção e recuperação da saúde e dispõe sobre as infrações sanitárias e respectivo processo administrativo.

### Capítulo I

#### Das disposições Gerais

Art. 1º - Esta lei estabelece normas, em todo o território do Estado, para a promoção, proteção e

recuperação da saúde, e dispõe sobre a organização, a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde nas esferas estadual e municipal.

Art. 2º - É dever do Estado, através da Política Estadual de Saúde, e dentro de sua competência, prover as condições indispensáveis ao exercício do direito de saúde, garantido a todo cidadão.

Parágrafo Único - O dever do Estado de prover as condições e as garantias para o exercício do direito à saúde não exclui o dos municípios, das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º - A assistência é livre à iniciativa privada, observadas as normas de regulamentação, fiscalização e controle estabelecidas na Constituição Federal, na legislação federal, neste Código, na legislação complementar estadual e municipal.

### Seção I

#### Da Caracterização do SUS

Art. 4º - As ações e os serviços públicos de saúde, executados e desenvolvidos pela administração direta, indireta e funcional do Estado e dos municípios e os serviços contratados ou conveniados com o setor privado, integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem o Sistema Único de Saúde - SUS, com direção única na esfera do governo estadual e na dos municípios, competindo-lhe além de outras que vierem a ser estabelecidas as atribuições fixadas neste Código, na Constituição da República, na Constituição do Estado e na Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal nº 8.080/90).

Art. 5º - A organização, o funcionamento e o desenvolvimento do SUS nas esferas estadual e municipal obedecerão as seguintes diretrizes e bases:

#### I - Diretrizes

- a) universalidade de acesso do indivíduo aos serviços do SUS em todos os níveis de atenção;
- B) igualdade de atendimento;
- c) equidade como forma de suprir as deficiências do tratamento igualitário de casos e situações;
- d) integralidade da assistência à saúde;
- e) resolubilidade das ações e serviços de saúde em todos os níveis;
- f) organização racional dos serviços;
- g) utilização de dados epidemiológicos como critério para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática;
- h) participação da comunidade na formulação, fiscalização e acompanhamento das ações e dos serviços executados pelo SUS.

#### II - Bases;

- a) gratuidade das ações e dos serviços assistências prestados;



b) descentralização da execução das ações e dos serviços;

c) regionalização e hierarquização dos serviços;

d) conjugação dos recursos físicos, materiais e humanos do Estado e dos municípios na realização de ações e prestação de serviços públicos de assistência à saúde da população, e divulgação de informações quanto ao potencial desses serviços e a sua utilização adequada pelo cidadão;

e) cooperação técnica e financeira do Estado aos municípios na prestação dos serviços;

f) planejamento estratégico que reflita as necessidades da população, com base em uma análise territorial definindo problemas prioritários e áreas de maior risco;

g) intercâmbio de dados, informações e experiências referentes ao SUS, visando ao seu aprimoramento e ao fortalecimento das relações do Estado com os municípios;

h) incentivo ao trabalho integrado e harmonioso dos profissionais que atuam na área da saúde, promovendo o reconhecimento, em favor da qualidade e resolubilidade das ações de saúde, da experiência e da capacidade técnica e científica demonstrada pelo profissional.

§ 1º - A gratuidade dos serviços prestados através do SUS não inclui a cobrança das taxas e penalidades de vigilância sanitária.

Art. 6º - No âmbito do SUS a gratuidade é vinculada ao indivíduo, vedando-se-lhe a cobrança de despesas de qualquer título, na forma da legislação vigente.

§ 1º - A assistência gratuita ao indivíduo beneficiário de seguro-saúde ou de outra modalidade assistencial de medicina de grupo ou cooperativa médica, implica o reembolso, ao Poder Público, a ser efetuado pela empresa seguradora ou entidade congênere, de despesas com o atendimento.

Art. 7º - A gestão do SUS é exercida, no Estado, pela Secretaria de Estado da Saúde/ Instituto de Saúde do Estado do Paraná - SESA/ISEP - e, no município, pela respectiva Secretaria Municipal de Saúde ou órgão equivalente, ressalvadas as competências constitucionais e legais conferidas ao Governador do Estado e aos prefeitos Municipais.

Art. 8º - As autoridades sanitárias do SUS são aquelas identificadas na organização das Secretarias de Saúde ou órgão equivalente, e nos atos regulamentares de fiscalização e controle de ações e serviços de saúde.

## Seção II

### Da Política Estadual de Saúde e dos Planos de Saúde

Art. 9º - A Política Estadual de Saúde, estabelecida pela Secretaria Estadual de Saúde/Instituto de Saúde do Paraná, deverá basear-se nos princípios e diretrizes da

Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica da Saúde.

10 - A Política de Saúde, expressa em Planos de Saúde do Estado e dos municípios, será orientada para:

I - A atuação articulada do Estado e dos Municípios, mediante o estabelecimento de normas, ações, serviços e atividades sobre fato, situação ou local que ofereça risco à saúde individual e coletiva.

II - a articulação com autoridades e órgãos de outras áreas estaduais e com a direção nacional do SUS, para a realização e promoção de estudos e pesquisas interdisciplinares, a identificação de fatores potencialmente prejudiciais à qualidade de vida e a avaliação de resultados de interesse para a saúde.

III - a adoção do critério de reais necessidades de saúde da população identificadas por estudos epidemiológicos loco-regionais refletidas na elaboração de planos e programas e na oferta de serviços de atenção à saúde;

IV - a prioridade das ações preventivas em relação às ações e aos serviços assistenciais;

V - a formulação, com ampla divulgação à sociedade, de indicadores de avaliação de resultados nas ações e dos serviços de saúde.

Art. 11 - Os Planos de Saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do SUS e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária.

## Seção III

### Da Competência do Estado

Art. 12 - Compete à direção estadual do SUS, além do previsto na Lei Orgânica da Saúde:

I - elaborar e atualizar periodicamente o Plano Estadual de Saúde;

II - coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de promoção, proteção e assistência integral à saúde;

III - formular, executar, acompanhar e avaliar, em caráter suplementar à União, da política de insumos e equipamentos para saúde;

IV - prestar assessoria e apoio aos municípios no planejamento e execução das ações e serviços de saúde;

V - colaborar, através de convênio com a União, na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras.

VI - coordenar, regular e controlar a rede estadual de laboratórios de saúde pública, de sangue e hemocomponentes;

VII - transferir aos municípios, os serviços de saúde próprios do Estado que atuam preponderante ou exclusivamente na área do município, ou cuja complexidade interessa para garantir a resolubilidade dos sistemas municipais, desde que acordados pelos Conselhos de Saúde estadual e municipais;

VIII - elaborar, acompanhar, avaliar e divulgar os indicadores de morbidade, mortalidade e condições de risco ou agravo à saúde, no âmbito do Estado;

IX - estabelecer normas e critérios de qualidade para o controle e a avaliação das ações e serviços de saúde;

X - celebrar contratos e convênios com serviços de referência estadual ou serviços que envolvam novas tecnologias para fiscalização, controle e avaliação das ações e serviços de saúde;

XI - regular e controlar a regionalização e hierarquização das ações e serviços de saúde, no âmbito estadual.

XII - estabelecer normas suplementares sobre promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, desde que observadas as normas gerais de competência da União;

XIII - normatizar os procedimentos relativos às ações de saúde ou serviços inovadores que venham a ser implantados no Estado, tanto por iniciativa do poder público como do setor privado;

XIV - regular a instalação de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde;

XV - regular, através do registro estadual de Produtos, a produção e comercialização de produtos de interesse à saúde no âmbito estadual, obedecendo os padrões estabelecidos pelas legislações federal e estadual vigentes;

XVI - exercer, com equidade, o papel redistributivo de meios e instrumentos para os municípios realizarem adequada política de saúde;

XVII - executar, suplementarmente, serviços e ações de saúde nos municípios, no limite das deficiências locais;

XVIII - organizar, controlar e participar da produção e da distribuição de medicamentos, de componentes farmacêuticos básicos, produtos químicos, biotecnológicos, imunobiológicos, hemoderivados e outros de interesse para a saúde, facilitando o acesso da população;

XIX - fiscalizar e controlar, suplementarmente, os estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde, no Estado;

XX - incentivar e assessorar a formação de consórcios intermunicipais de saúde;

XXI - regular, fiscalizar e controlar as ações e serviços dos consórcios intermunicipais de saúde.

XXII - gerenciar o Sistema Estadual de Informações em Saúde;

XXIII - gerenciar o Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação das ações e serviços de saúde;

XXIV - expedir, em caráter suplementar, licença sanitária para os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços.

Parágrafo Único - A competência para expedir licença sanitária para os hospitais, bancos de sangue, serviços de terapia renal substitutiva e serviços de radioterapia, radioterapia e quimioterapia é do Estado, podendo

ser delegada aos municípios através de ato do secretário Estadual da Saúde.

## Seção IV

### Da Competência do Município

Art. 13 - Compete à direção municipal do SUS, além do constante na Lei Orgânica da Saúde:

I - planejar, organizar, gerir, executar, controlar e avaliar as ações e serviços de promoção e atenção integral à saúde, no âmbito municipal;

II - participar do planejamento, da programação e da organização da rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a direção estadual;

III - elaborar e atualizar periodicamente o Plano Municipal de Saúde;

IV - executar, no âmbito municipal, a política de insumos e equipamentos para a saúde;

V - exercer a fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana, e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes para controlá-las;

VI - gerir laboratórios de saúde pública e hemocentros integrados na sua organização administrativa;

VII - colaborar, através de convênios, com a União e com os Estados na execução da vigilância de portos, aeroportos e fronteiras;

VIII - celebrar contratos e convênios para aquisição de serviços de assistência à saúde, com prestadores de serviços de saúde, cuja complexidade interessa para garantir a resolubilidade do sistema de saúde, bem como controlar e avaliar a sua execução;

IX - controlar e fiscalizar, nos termos desta lei, os estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde no município;

X - formar consórcios administrativos intermunicipais, os quais obedecerão o princípio da direção única, a ser definida no ato constitutivo da entidade, que ficará sujeita às mesmas normas de observância obrigatória às distintas pessoas jurídicas integrantes do SUS;

XI - elaborar legislação de saúde no âmbito municipal;

XII - organizar distritos, núcleos ou circunscrições sanitárias para integrar e articular recursos, técnicos e práticas voltadas para a cobertura total das ações e dos serviços de saúde;

XIII - expedir licença sanitária para todos os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, com exceção de competência exclusiva do Estado;

XIV - expedir, no que concerne estritamente aos interesses locais, normas suplementares ao presente Código.

## Seção V

### Da Participação Complementar

Art. 14 - Os serviços privados, com ou sem fins lucrativos, participam do SUS de forma complementar,

formalizada mediante contrato ou convênio, observadas as normas expedidas pelos órgãos de direção nacional, estadual e municipal do SUS, quanto às condições para seu funcionamento.

Art. 15 - Os critérios e valores para a remuneração de serviços de saúde e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos com base na legislação vigente.

Art. 16 - É vedada destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenção às entidades privadas com fins lucrativos.

### **Seção VI**

#### **Da Participação da Comunidade na Gestão do SUS**

Art. 17 - A sociedade participa do Sistema Único de Saúde - SUS - através dos Conselhos e Conferências Estaduais e Municipais de Saúde, na forma da lei.

### **Seção VII**

#### **Do Financiamento do SUS e do Fundo de Saúde**

Art. 18 - As ações e os serviços do SUS serão financiados com os seguintes recursos:

I - dotações ou créditos consignados nos orçamentos fiscal e de investimento do Estado e dos municípios;

II - transferências da União para o Estado e transferência do Estado para os Municípios;

III - recursos de outras fontes.

§ 1º - O financiamento dos serviços e ações de saúde, considerado pelo Poder Público como suporte dos interesses da cidadania, far-se-á sempre mediante correlação entre a despesa e a respectiva fonte de receita.

Art. 19 - Os recursos financeiros, relativos ao SUS, provenientes de receita, repasse ou transferência da União para o Estado e do Estado para os municípios, serão depositados junto ao fundo de saúde de cada esfera de governo e movimentados pela direção do SUS, sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle externo.

§ 1º - Nos fundos de saúde, estadual e municipal, os recursos financeiros do SUS serão discriminados como despesas de custeio e de investimentos das respectivas secretarias de saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta, de modo que se identifique globalmente os recursos destinados ao setor saúde.

Art. 20 - Comprovada no interesse do SUS, a conveniência da ajuda financeira, a concessão de recursos públicos para auxílio ou subvenção a entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos ficará ainda subordinada ao preenchimento, pela entidade interessada, de requisitos de idoneidade técnica científica, sanitária e administra-

tiva, fixados por órgão e entidade específica do SUS, e à avaliação do retorno social dos serviços e atividades que realizam.

Art. 21 - A quantificação global dos recursos próprios, incluídos ou transferidos pela União, que o Estado destinará aos Municípios, para atender a despesa de custeios e investimento, constará do Plano Estadual de Saúde.

Art. 22 - Na transferência para os municípios de recursos estaduais ou provenientes da esfera federal, a fixação de valores ficará subordinada à conjugação dos seguintes critérios na análise técnica e priorização de programas e projetos:

I - perfil demográfico do município;

II - perfil epidemiológico da área a ser coberta;

III - características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;

IV - desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior;

V - níveis de participação do setor de saúde IV - expedir, em caráter suplementar, licença sanitária para os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços.

Parágrafo Único - A competência para expedir licença sanitária para os hospitais, bancos de sangue, serviços de terapia renal substitutiva e serviços de radioterano orçamento municipal;

VI - previsão do plano de investimentos da rede; e,

VII - ressarcimento dos serviços prestados para outras esferas do governo.

§ 1º - No caso de município sujeito a notório processo de migração, ou a flutuação populacional cíclica, o critério demográfico mencionado no inciso I deste artigo serão ponderados por outros indicadores estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde.

§ 2º - Além de outros que venham a ser estabelecidos, é requisito essencial para o recebimento de recursos do Estado a existência, no município, de Conselho de Saúde, Fundo de Saúde e Plano de Saúde.

Art. 23 - Sem prejuízo do controle externo, destinado a verificação da probidade dos agentes da administração e da legalidade da aplicação dos recursos públicos, as esferas estadual e municipal do SUS estabelecerão instrumentos eficazes de controle interno da execução orçamentária.

### **Seção VIII**

#### **Dos Recursos Humanos**

Art. 24 - A política de recursos humanos na área da saúde deve ter como fundamento o respeito ao trabalhador e deve orientar-se no sentido a incentivar a formação profissional adequada, à reciclagem constante e a existência de planos de cargos, carreiras e salários.

Art. 25 - Os cargos e funções de direção e chefia, no âmbito público do SUS, serão exercidos em tempo integral, e, preferencialmente, por servidores integrantes do quadro específico.

Art. 26 - É vedada a nomeação ou designação, para ou função de chefia, direção, assessoramento ou fiscalização na área pública da saúde, em qualquer nível, de proprietário, funcionário, sócio ou pessoa que exerça a função de direção, gerência ou administração de entidades privadas que mantenham contratos ou convênio com o SUS.

## **Capítulo II**

### **Da Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde**

#### **Seção I**

##### **Da Informação**

Art. 27 - O Estado organizará, em articulação com os municípios, o Sistema Estadual de Informações em Saúde, abrangendo dados epidemiológicos, de gerenciamento, de prestação e de avaliação de serviços.

Parágrafo Único - Os órgãos e entidades públicas e privadas, de qualquer natureza, participantes ou não do SUS, deverão fornecer dados e informações à direção do SUS, na forma por esta solicitada, para fins de planejamento, de correção finalística de atividades e de elaboração de informações de saúde.

Art. 28 - É obrigatório o preenchimento da Declaração de Nascimento Vivo, ou equivalente, para toda criança que, ao nascer, apresentar qualquer sinal de vida, com posterior envio ao serviço de saúde competente, pelos:

I - estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, onde ocorreu o nascimento; ou,

II - cartórios competentes de registro civil, no momento de registro da criança, em caso de nascimento domiciliar.

Art. 29 - A Declaração de Óbito deverá ser firmada por médico devidamente habilitado para o exercício da medicina, podendo, na sua falta, ser preenchida pelo oficial competente, e firmada por duas pessoas que presenciaram ou verificaram o óbito, mediante a apresentação de documento de identidade que será expressamente mencionado na declaração.

Parágrafo Único - A Declaração de Óbito deverá ser remetida ao serviço de saúde competente pelo:

I - médico que firmou a declaração;

II - pelo cartório de registro civil competente.

Art. 30 - Compete à direção do SUS, em cada esfera de governo, informar, através dos meios de comunicação, os serviços, as empresas e os produtos irregulares, fraudulentos ou os que exponham à risco a saúde da população.

Art. 31 - É dever da direção do SUS, em cada esfera de governo, garantir amplo acesso da população às informações sobre ações e serviços de saúde, de promoção à saúde e qualidade de vida, através de meios de comunicação.

## **Seção II**

### **Da Saúde Ambiental**

Art. 32 - Compete à direção do SUS a execução de ações de saúde ambiental abrangendo:

I - a participação na execução de ações de proteção do ambiente e defesa do desenvolvimento sustentado.

II - a fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana, e atuação, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes para controlá-las.

III - a participação na formulação das políticas de saneamento básico e ambiental, juntamente com os setores específicos.

IV - a participação na execução e na destinação de recursos, quando de interesse epidemiológico para o desenvolvimento de ações de saneamento básico e ambiental agindo de forma integrada com os órgãos competentes.

Art. 33 - Nos casos de projetos de obra ou de instalações de atitude potencialmente causadora de dano ou risco à vida ou à saúde coletiva, o SUS exigirá, dos responsáveis, estudos prévios sobre o impacto dos efeitos para a saúde da população.

## **Seção III**

### **Da Saúde e Trabalho**

Art. 34 - A atenção à saúde do trabalhador no setor público e privado, do mercado formal e informal, compreende as ações individuais e coletivas desenvolvidas no âmbito do SUS, abrangendo:

I - o atendimento à população trabalhadora através de referência especializada e hierarquizada, visando o estabelecimento da associação entre doença-trabalho, o diagnóstico e tratamento, utilizando-se para isso, de toda tecnologia disponível;

II - a avaliação das fontes de risco à saúde nos locais e processos de trabalho, determinando a adoção das providências para a eliminação ou redução dos riscos;

III - a informação aos trabalhadores e às entidades sindicais quanto à situação de saúde e das condições de risco no ambiente de trabalho;

IV - a articulação com instituições governamentais e não governamentais que desenvolvam trabalhos relacionados à saúde do trabalhador, para a avaliação das situações de risco e adoção das medidas exigidas.

Parágrafo Único - Os serviços de vigilância sanitária e epidemiológica manterão fiscalização e controle das

entidades desenvolvidas nos ambientes de trabalho, que, direta ou indiretamente ocasionem ou possam vir a ocasionar risco ou dano à saúde, à vida ou à qualidade de vida.

Art. 35 - O SUS, através de seus serviços competentes, participará da normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.

#### **Seção IV**

##### **Do Sangue e seus Derivados**

Art. 36 - A captação, proteção ao doador e ao receptor, coleta, processamento, estocagem, distribuição e transfusão do sangue, de seus componentes e derivados seguirão a legislação vigente.

§ 1º - É vedada a compra, venda ou qualquer outro tipo de comercialização do sangue, componentes e hemoderivados, seja por pessoas físicas ou jurídicas, em caráter eventual ou permanente, que estejam em desacordo com o ordenamento institucional estabelecido pela legislação vigente.

§ 2º - O Poder Executivo regulamentará o sistema de hemovigilância para o controle efetivo do sangue e derivados.

#### **Seção V**

##### **Da Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental**

Art. 37 - A atuação da vigilância sanitária far-se-á integralmente com a vigilância epidemiológica e abranja um conjunto de ações capazes de:

I - eliminar, diminuir ou prevenir riscos e agravos à saúde do indivíduo e da coletividade;

II - intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção, distribuição, comercialização e uso de bens de capital de consumo, e da prestação de serviços de interesse da saúde individual e coletiva.

§ 1º - Na interpretação e aplicação das normas e na execução de ações e implementação de serviços de vigilância, os órgãos e entidades estaduais e municipais do SUS cuidarão para que sua atuação se efetive de modo que melhor garanta a realização do fim público a que se dirige.

§ 2º - Nas ações e nos serviços desenvolvidos pela vigilância, são asseguradas a cooperação dos sindicatos de trabalhadores, dos organismos de defesa do consumidor, das entidades ambientalistas e conselhos de classe.

§ 3º - Entende-se por agravo quaisquer eventos ou condições, decorrentes ou não da atividade humana, que causem prejuízo ou dano à saúde.

Art. 38 - As ações de vigilância sanitária e ambiental recaem sobre:

I - proteção do ambiente e defesa do desenvolvimento sustentado;

II - saneamento básico;

III - alimentos, água e bebidas para o consumo humano;

IV - medicamentos, cosméticos, saneantes domissanitários, equipamentos, imunobiológicos e outros produtos e insumos de interesse para a saúde;

V - ambiente e processos de trabalho e saúde do trabalhador;

VI - serviços de assistência à saúde;

VII - serviços de interesse à saúde;

VIII - produção, transporte, guarda e utilização de outros bens, substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

IX - radiações de qualquer natureza;

X - controle de vetores de interesse da saúde pública.

Art. 39 - A direção do SUS, no exercício de sua função preventiva e corretiva de vigilância recorrerá à atuação do Ministério Público, quando necessário.

Art. 40 - Todo caso suspeito ou confirmado de doença ou outro agravo deverá ser notificado compulsoriamente aos serviços de vigilância epidemiológica, sempre que:

I - seja exigida pelo regulamento sanitário internacional ou seja doença sob vigilância da Organização Mundial da Saúde;

II - seja regularmente exigida pela Legislação Federal ou pelos órgãos do SUS.

§ 1º - É obrigatória a notificação de epidemias, mesmo em se tratando de doenças e outros agravos para os quais não se exige a notificação de casos individuais.

§ 2º - As doenças não transmissíveis e outros agravos à saúde que tenham interesse epidemiológico poderão, a critério do gestor, ser considerados de notificação compulsória.

Art. 41 - A notificação de doenças e outros agravos poderá ser feita por qualquer cidadão, sendo obrigatória para os profissionais de saúde e para todos os serviços de assistência à saúde.

Art. 42 - As autoridades sanitárias determinarão, em caso confirmado ou suspeito de doença transmissível, as medidas de controle e profilaxia a serem adotadas.

Art. 43 - Cabe à autoridade sanitária tomar medidas que objetivem a evolução diagnóstica, podendo, sempre que necessário, solicitar, fundamentadamente, autorização judicial para exame cadavérico, viscerotomia ou necropsia, nos casos de óbito por qualquer agravo.

Art. 44 - Compete à direção do SUS, em cada esfera de governo, conhecer e analisar o perfil de modernidade dos agravos, planejar, normatizar e coordena-

nar a execução de ações destinadas ao controle dos fatores de risco destes agravos.

## **Seção I**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 45 - Considera-se infração sanitária, para os fins desta lei, a desobediência ou inobservância ao disposto em normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinem a preservar a saúde.

Art. 46 - Os fabricantes e fornecedores de equipamentos, produtos e serviços de interesse da saúde respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo.

Art. 47 - O resultado da infração sanitária é imputável a quem lhe deu causa ou para ela concorreu.

§ 1º - Considera-se causa a ação ou omissão, sem a qual a infração não teria ocorrido.

§ 2º - Não será imputada punição à infração decorrente de caso fortuito ou força maior, que vier a determinar avaria, deterioração ou alteração de produtos ou bens de interesse à saúde pública.

Art. 48 - As infrações sanitárias classificam-se em:

I - leves - aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves - aquelas em que se verificada uma circunstância agravante;

III - gravíssimas - aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais situações agravantes.

Art. 49 - São circunstâncias atenuantes:

I - ser primário o infrator;

II - não ter sido a ação do infrator, fundamental para a ocorrência do evento; ou ato lesivo à saúde pública, que foi imputado.

Art. 50 - São circunstâncias agravantes:

I - ser reincidente o infrator;

II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo, pelo público, de produto elaborado em desacordo com o disposto na legislação sanitária;

III - ter o infrator coagido outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequências danosas à saúde pública;

V - deixar o infrator, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo ou a minorar o dano; ou

VI - ter o infrator agido como dolo.

§ 1º - A reincidência torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a infração carac-

terizada como gravíssima, ou nos casos especificados nesta lei, determina o cancelamento de atividade.

§ 2º - Havendo concurso de circunstâncias atenuantes ou agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 51 - Para imposição da pena e sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

a) as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III - os antecedentes do infrator, quanto a outras infringências à legislação sanitária.

Art. 52 - As infrações sanitárias que configurem ilícitos penais serão comunicados à autoridade policial ou ao Ministério Público.

Art. 53 - As infrações que envolvam responsabilidade técnica serão comunicadas, pela autoridade sanitária, ao órgão de classe de que faça parte o infrator.

Art. 54 - A constatação de infração poderá ser objeto de comunicação aos órgãos competentes por qualquer do povo, sendo dever do servidor público.

## **Seção II**

### **Das Sanções Administrativas**

Art. 55 - Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, e das penalidades contratualmente previstas, as infrações e este Código serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penas:

I - advertência;

II - pena educativa;

III - apreensão do produto e/ou equipamento;

IV - inutilização do produto e/ou equipamento;

V - suspensão de venda ou fabricação do produto;

VI - cancelamento do registro do produto, quando estadual;

VII - interdição, cautelar ou definitiva, total ou parcial, do estabelecimento, obra, produto e/ou equipamento utilizado no processo produtivo;

VIII - cassação da licença sanitária;

IX - imposição de contra propaganda;

X - cancelamento da autorização de funcionamento de empresas;

XI - multa;

XII - imposição de mensagem retificadora;

XIII - suspensão de propaganda e publicidade.

Art. 56 - A pena de advertência será aplicada verbalmente ou por escrito, e dela será mantido registro pelo órgão advertente.

Art. 57 - A pena educativa consiste:

I - na divulgação, pela autoridade sanitária, da infração e das medidas adotadas;

II - na reciclagem técnica do responsável pela infração, sob suas expensas;

III - na veiculação, pelo infrator e com custas sob sua responsabilidade, das mensagens expedidas pelo SUS, acerca do objeto de penalização.

Art. 58 - A pena de rescisão de contrato refere-se aos contratos realizados com entidades que prestam serviços ao SUS.

Art. 59 - As penas de apreensão, inutilização, suspensão de venda ou fabricação e cancelamento do registro do produto ou equipamento serão aplicadas sempre que se mostrem necessárias para evitar risco ou dano à saúde.

Art. 60 - A pena de interdição cautelar, total ou parcial, do estabelecimento, produto ou equipamento será aplicada quando for constatado indício de inflação sanitária em que haja risco ou dano à saúde e perdurará até que sejam sanadas as irregularidades.

§ 1º - A pena de interdição cautelar, total ou parcial, poderá, justificadamente tornar-se definitiva.

§ 2º - A extensão da interdição será decidida por ato fundamentado da autoridade sanitária.

Art. 61 - A pena de contra-propaganda será imposta quando da ocorrência de publicidade enganosa ou abusiva, cujo resultado possa constituir risco ou ofensa à saúde.

Art. 62 - A pena de cancelamento da atividade será aplicada, mediante ato fundamentado da autoridade sanitária, aos prestadores de serviços de saúde quando o infrator for reincidente de infração classificada como gravíssima.

Art. 63 - a pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante processo administrativo, revertendo-se para o Fundo Estadual ou Municipal de Saúde.

§ 1º - A pena de multa consiste no pagamento de valores correspondentes a no mínimo 100 Fatores de Correção e Atualização (FCA) e no máximo 10.000 Fatores de Correção e Atualização (FCA), ou baseados em outro indexador que venha a substituí-lo, sendo:

I - nas infrações leves, de 100 a 500 Fatores de Correção e Atualização;

II - nas infrações graves de 501 a 5.000 Fatores de Correção e Atualização;

III - nas infrações gravíssimas, de 5.001 a 10.000 Fatores de Correção e Atualização.

### Seção III

#### Das Infrações Sanitárias e das Penalidades

Art. 64 - Constituem infrações sanitária as condutas tipificadas abaixo:

I - Construir, instalar ou fazer funcionar hospital, posto ou casa de saúde, clínica em geral, casa de repouso, serviço ou unidade de saúde, estabelecimento ou organização afim, que se dedique à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença de órgãos sanitários competente, ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária, rescisão de contrato e/ou multa.

II - Construir, instalar, empreender ou fazer funcionar atividade ou estabelecimento sujeito a fiscalização sanitária como laboratórios e produção de medicamentos, droga e ou insumo, cosméticos, produtos e higiene, dietéticos, correlatos ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes.

Pena - advertência, suspensão, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

III - Fazer funcionar, sem assistência de responsável técnico legalmente habilitado, os estabelecimentos onde são produzidos, transformados, comercializados, armazenados, manipulados, analisados, preparados, extraídos, purificados, fracionados, embalados, reembalados, importados, exportados ou expedidos produtos de interesse à saúde.

Pena - advertência, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição cassação da licença sanitária e/ou multa.

IV - Extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar vender, ceder ou utilizar alimentos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, medicamentos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário ou contrariando o disposto em legislação sanitária.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, cancelamento do registro do produto, suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

V - Cobrar, ou autorizar que terceiros cobrem, dos beneficiários do SUS, relativamente aos recursos e serviços utilizados em seu atendimento.

Pena - advertência, rescisão de contrato e/ou multa.

VI - Recusar a internação do beneficiário do SUS em situação de urgência, emergência, ainda que, no momento, não haja disponibilidade de leito vago em enfermaria.

Pena - advertência, rescisão de contrato e/ou multa.

VII - Fraudar, falsificar ou adulterar produto sujeito ao controle sanitário.

Pena - advertência suspensão da venda ou fabricação do produto, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro do produto, cassação da licença sanitária e/ou multa.

VIII - Instalar ou fazer funcionar, sem licença sanitária emitida pelo órgão sanitário competente, estabelecimento industrial, comercial ou de prestação de serviços.

Pena - advertência, interdição, rescisão de contrato e/ou multa.

IX - Rotular produtos sujeitos ao controle sanitário em desacordo com as normas legais.

Pena - advertência, suspensão da venda ou fabricação, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro e/ou multa.

X - Deixar de observar as normas de biosegurança e controle de infecções hospitalares e ambulatoriais estipuladas na legislação sanitária vigente.

Pena - advertência, interdição, rescisão de contrato, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XI - Importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produto sujeito ao controle sanitário que esteja deteriorado, alterado, adulterado, fraudado, avariado, falsificado, com prazo de validade expirado, ou apor-lhe nova data de validade.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XII - Comercializar ou armazenar com finalidade de venda, produtos sujeitos ao controle sanitário destinados exclusivamente à distribuição gratuita.

Pena - advertência, apreensão do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XIII - Expor à venda manter em depósito ou transportar produto sujeito ao controle sanitário, que exija cuidados especiais de conservação, sem a observância das cautelas e das condições necessárias à sua preservação.

Pena - advertência, apreensão e inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XIV - Fazer propaganda de serviço ou produto sujeito ao controle sanitário em desacordo com a legislação sanitária.

Pena - advertência, proibição e/ou suspensão de propaganda e publicidade, contrapropaganda, suspensão de venda ou fabricação do produto, imposição de mensagem retificadora e/ou multa.

XV - Aviar receita médica, odontológica ou veterinária em desacordo com prescrição ou determinação expressa em lei ou normas regulamentares.

Pena - advertência, pena educativa, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XVI - Deixar de fornecer à autoridade sanitária dados de interesse à saúde, sobre serviços, matérias primas, substâncias utilizadas, processos produtivos e produtos e subprodutos utilizados.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, suspensão da venda ou fabricação do produto, interdição, cancelamento do registro do produto, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XVII- Contrariar normas legais com relação ao controle da poluição e contaminação no ar, do solo, e da água, bem como da poluição sonora com evidências de prejuízos à saúde pública.

Pena - advertência, pena educativa, interdição e/ou multa.

XVIII - Reaproveitar vasilhame de quaisquer produtos nocivos à saúde para embalagens e venda de alimentos, bebidas, medicamentos, drogas, substâncias, produtos de higiene, produtos dietéticos, cosméticos ou perfumes.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, rescisão do registro, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XIX - Manter, em estabelecimento sujeito a controle e fiscalização sanitária, animal doméstico que coloque em risco a sanidade de alimentos e outros produtos de interesse à saúde, ou que comprometa a higiene do local.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento do registro, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XX - Coletar, processar, utilizar e/ou comercializar o sangue e hemoderivados em desacordo com as normas legais.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, rescisão de contrato, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXI - comercializar ou utilizar placentas, órgãos, glândulas ou hormônios humanos, contrariando as normas legais.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária, intervenção e/ou multa.

XXII - Utilizar, na preparação de hormônio, órgão de animal doente ou que apresente sinais de decomposição.

Pena - advertência, apreensão ou utilização do produto, interdição, suspensão de venda ou fabricação do produto, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXIII - Deixar de notificar doença ou outro agravo à saúde, quando tiver o dever legal de fazê-lo.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XXIV - Deixar de notificar epidemia de qualquer doença ou outro agravo à saúde mesmo que não sejam de notificação obrigatória.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XXV - Deixar de preencher, clara e corretamente, a declaração de óbito segundo as normas da Classificação Internacional de Doenças e/ou recusar esclarecer ou completar a declaração de óbito, quando a isso solicitado pela autoridade sanitária.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.



XXVI - Deixar de preencher, clara e corretamente, e/ou reter a declaração de nascido vivo, não enviando-a ao serviço de saúde competente.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XXVII - Reter atestado de vacinação obrigatória e/ou dificultar, deixar de executar ou opor-se à execução de medidas sanitárias destinadas à prevenção de doenças transmissíveis.

Pena - advertência, pena educativa, interdição e/ou multa.

XXVIII - Opor-se à exigência de provas diagnósticas ou a sua execução pela autoridade sanitária.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXIX - Aplicar raticidas, agrotóxicos, preservantes de madeira, produtos de uso veterinário, solventes, produtos químicos ou outras substâncias sem observar os procedimentos necessários à proteção da saúde das pessoas e dos animais.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

XXX - reciclar resíduos infectantes gerados por estabelecimento prestador de serviços de saúde.

Pena - advertência, interdição, rescisão do contrato e/ou multa.

XXXI - Proceder à cremação de cadáver ou utilizá-lo, contrariando as normas sanitárias pertinentes.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXXII - Impedir o sacrifício de animal considerado perigosos para a saúde pública

Pena - advertência e/ou multa.

XXXIII - Manter condição de trabalho que cause dano à saúde do trabalhador.

Pena - advertência, interdição e/ou multa.

XXXIV - Construir obras sem os padrões de segurança e higiene indispensáveis à saúde do trabalhador.

Pena - advertência, interdição e/ou multa.

XXXV - Adotar, na área de saneamento básico ou ambiental, procedimento que cause dano à saúde pública.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXXVI - Distribuir água que não atenda a padrões de potabilidade vigentes, ou sem controle de qualidade, ou sem divulgação adequada de informações sobre a mesma ao consumidor.

Pena - advertência, interdição, contrapropaganda e/ou multa.

XXXVII - Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes, no exercício de suas funções.

Pena - advertência e/ou multa.

XXXVIII - Fornecer ou comercializar medicamento, droga, ou correlato sujeito à prescrição médica, sem observância dessa exigência ou contrariando as normas vigentes.

Pena - advertência, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XXXIX - Executar toda e qualquer etapa do processo produtivo, inclusive transporte e utilização de produto ou resíduo perigoso, tóxico ou explosivo, inflamável, corrosivo, emissor de radiação ionizante, entre outros, contrariando a legislação sanitária vigente.

Pena - advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do produto interdição, suspensão de venda, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XL - Deixar de observar as condições higiênico-sanitárias na manipulação de produtos de interesse a saúde, quanto ao estabelecimento, aos equipamentos, utensílios e funcionários.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XLI - Fabricar ou fazer operar máquina, equipamento ou dispositivo que ofereça risco à saúde do trabalhador.

Pena - advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do equipamento, suspensão da venda ou fabricação do produto, interdição, cassação da licença sanitária, proibição de propaganda e/ou multa.

XLII - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transportes seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres, nacionais ou estrangeiros.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XLIII - Inobservância, por parte do proprietário ou de quem detenha sua posse, de exigência sanitária relativa a imóvel ou equipamento.

Pena - advertência, pena educativa, apreensão ou inutilização do equipamento, interdição, cassação da licença sanitária e/ou multa.

XLIV - Transgredir qualquer norma legal ou regulamentar destinada à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Pena - advertência, pena educativa, interdição, suspensão da venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, proibição de propaganda, cassação da licença sanitária, imposição de contrapropaganda e/ou multa.

XLV - Dispensar medicamentos, através de via postal, sem autorização da autoridade sanitária competente.

Pena - advertência, apreensão do produto, cassação da licença sanitária, interdição e/ou multa.

XLVI - Exercer e/ou permitir o exercício de encargos relacionados com a promoção e recuperação da saúde por pessoas sem a necessária habilitação legal.

Pena - advertência, interdição, rescisão de contrato e/ou multa.

XLVII - Não adotar medidas preventivas de controle ou favorecer as condições para proliferação de vetores de interesse à saúde pública.

Pena - advertência, pena educativa e/ou multa.

XLVIII - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas física ou jurídica, que operem a prestação de serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa.

XLIX - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por empresas administradoras de terminais alfandegados, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa.

L - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação, por pessoas física ou jurídica, de matérias-primas ou produtos sob vigilância sanitária.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LI - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas a estabelecimentos e às boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sob vigilância sanitária.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LII - Proceder a mudança de estabelecimento de armazenagem de produto importado sob interdição, sem autorização do órgão sanitário competente.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LII - Proceder a comercialização de produto importado sob interdição.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

LIV - Deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sob vigilância sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos importados sob interdição ou aguardando inspeção física.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa.

§ 1º - A interdição prevista no inciso XXXV poderá abranger todo o sistema de coleta ou distribuição.

Art. 65 - As infrações às disposições legais e regulamentares prescrevem em cinco anos.

§ 1º - A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a sua apuração e conseqüente imposição de pena.

§ 2º - Não corre prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

#### Seção IV

##### Do Processo Administrativo

Art. 66 - As infrações sanitárias serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração, observados o rito e prazos estabelecidos nesta lei.

Art. 67 - O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade sanitária que a houver constatado, devendo conter:

I - nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como outros elementos necessários a sua qualificação e identidade civil;

II - local, data e hora da lavratura onde a infração foi verificada;

III - descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV - penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição;

V - ciência pelo autuado de que responderá a processo administrativo;

VI - assinatura do autuado ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas e do atuante, com menção da ausência da recusa;

VII - prazo para interposição de recurso, quando cabível.

§ 1º - Se a irregularidade ou infração não constituir perigo iminente para a saúde, a critério da autoridade sanitária, o infrator será intimado, na sede da repartição competente ou no local da ocorrência, para, no prazo de até 90 dias, fixado pela autoridade sanitária, proceder a regularização.

§ 2º - O termo de intimação conterá dados suficientes para identificar o infrator e a infração, além de esclarecer a situação legal deste.

§ 3º - Persistindo a irregularidade ou infração, terá prosseguimento o processo administrativo sanitário.

Art. 68 - O infrator será notificado para ciência do auto de infração e defesa:

I - pessoalmente;

II - pelo correio;

III - por edital, se não for localizado;

§ 1º - Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada expressamente pela autoridade que efetuou a notificação.

§ 2º - O edital referido no inciso III deste artigo, será publicado na imprensa oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 69 - A autoridade sanitária poderá, desde que necessário para a apuração de irregularidade ou infração, proceder a apreensão de amostra de produto para realização de análise e elaboração de laudo.

Art. 70 - Após a notificação, o infrator terá prazo de quinze dias para apresentar defesa.

Art. 71 - Decorrido o prazo de defesa, e após ouvir o autuante e examinar as provas colhidas, a autoridade competente decidirá fundamentadamente.

Art. 72 - Decidida a aplicação de penalidade, caberá recurso, em primeira instância, à autoridade superior, dentro da esfera governamental sob cuja jurisdição se haja instaurado o processo.

Art. 73 - Da decisão da autoridade superior, mantendo ou não a aplicação da penalidade, caberá recurso em segunda e última instância ao Secretário de Estado da Saúde ou ao Secretário Municipal da Saúde, conforme a jurisdição em que se haja instaurado o processo.

Art. 74 - Os prazos para interposição de quaisquer recursos, no procedimento administrativo sanitário, são de dez dias a contar da notificação da decisão.

Art. 75 - os recursos não terão efeito suspensivo.

Parágrafo Único - Poderá, entretanto, a autoridade a quem é dirigido o recurso, em cognição sumária e revogável a qualquer tempo, determinar a suspensão da aplicação da penalidade.

Art. 76 - As penalidades previstas nesta lei serão aplicadas pelas autoridades competentes da Secretaria Estadual da Saúde / Instituto de Saúde do Paraná e dos municípios, conforme atribuições que lhe sejam conferidas.

#### **Capítulo IV**

##### **Disposições Finais**

Art. 77 - Fica criado o Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação que compreende o conjunto de órgãos do SUS que exercem a fiscalização técnica-científica, contábil, financeira e patrimonial das ações e dos serviços de saúde, além de avaliar o seu desempenho, qualidade e resolubilidade.

Parágrafo Único - A estrutura e funcionamento do Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação será regulamentada por ato do Secretário de Estado da Saúde.

Art. 78 - O indivíduo e seus familiares ou responsáveis deverão ser informados sobre sua situação de saúde, etapas do tratamento, formas alternativas, métodos específicos a serem utilizados, possíveis sofrimentos decorrentes, riscos, efeitos colaterais e benefícios do tratamento necessário.

Art. 79 - Os estabelecimentos que dispensam medicamentos à disposição dos consumidores, lista atualizada dos medicamentos genéricos conforme publicação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 80 - Durante o internamento de crianças e adolescentes nos estabelecimentos do SUS, serão proporcionadas condições mínimas adequadas para permanência de um dos pais ou responsável, com o menor, em período integral.

Art. 81 - Deverão ser mantidos, no âmbito do SUS, serviços de orientação e informação sobre a sexualidade humana e a auto-regulação da fertilidade, preservada a liberdade do indivíduo para exercer a procriação ou para evitá-la.

Art. 82 - Deverá ser facilitado à população idosa ou portadora de deficiência o acesso aos serviços de atendimento através da adequação arquitetônica da rede física do SUS.

Art. 83 - O SUS, pelo seu corpo clínico especializado, prestará atendimento médico para a prática do aborto legalmente autorizado.

Art. 84 - O SUS deverá assegurar ao indivíduo, a realização de cirurgias reparadoras, nos casos que sabidamente essa intervenção diminuirá a incapacidade e corrigirá deformidades, propiciando uma melhora na qualidade de vida do indivíduo.

Art. 85 - Aos pacientes do SUS não se admite tratamento diferenciado nos hospitais públicos e nos serviços contratados ou conveniados.

Art. 86 - Todas as unidades de saúde que possuem vínculos com o SUS, próprias, contratadas ou conveniadas, ambulatoriais ou hospitalares, deverão expor, em local visível e de maior acesso dos usuários, placa ou cartaz, onde obrigatoriamente deve constar a proibição pelos serviços prestados pelo SUS.

Art. 87 - A direção estadual do SUS poderá firmar convênios com hospitais universitários e de ensino, públicos ou privados, que estabelecerão, dentre outros, os

encargos dos hospitais universitários no tocante à formação de recursos humanos, a adequação da formação profissional às novas exigências da política de saúde, à atualização continuada da habilitação técnico-científica do profissional, à pesquisa e à transferência de novos conhecimentos na área das ciências da saúde, e à adoção de práticas assistenciais alternativas exigidas pela realidade nosológica.

Art. 88 - As normas deste Código não afastam outras cujo objeto seja a prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde e garantia do direito de saúde de todo cidadão.

Art. 89 - Esta lei será regulamentada por ato do Poder Executivo no prazo de 180 dias de sua entrada em vigor.

Parágrafo Único - Enquanto não for editado o regulamento a que se refere o artigo antecedente, a regulamentação deste Código dar-se-á através de atos do Secretário Estadual de Saúde, respeitada a competência municipal para tanto, bem como continuarão sendo aplicáveis, no que couberem, as disposições do Decreto Estadual nº 3641/77.

Art. 90 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 89 deste Código, revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

## ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 737/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/97, que revoga a Lei Complementar 04, de 07 de janeiro de 1975, que aprovou o Código Sanitário do Estado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 145/97, de 11/09/97 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 444/97

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 737/97

P A R E C E R :

### Relatório

Os presentes projetos oriundos da Mensagem Governamental nº 45/97, dispõem respectivamente sobre o Código de Saúde do Paraná, que estabelece normas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações e dos serviços da saúde nas esferas estadual e municipal e sobre a revogação da Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 1975.

### Fundamentação

O objetivo do primeiro projeto é adequar a legislação estadual de saúde às Constituições Federal e Estadual

e à Lei Orgânica da Saúde; instrumentalizar legalmente a direção estadual do SUS para melhorar a qualidade da organização e do funcionamento do sistema, dando simetria a realidade do nosso Estado aos ditames constitucionais maiores dos artigos 196 a 200 da Constituição Federal.

Neste futuro código encontramos inovações como: a previsão legal da obrigatoriedade de reembolso ao SUS pelas empresas de seguro-saúde e congêneres quando o paciente for assegurado ou beneficiário destas; disposições acerca da saúde ambiental e da conjugação saúde-trabalho; dá disciplina pormenorizada no procedimento administrativo (dando condições de uma perfeita aplicação da lei, inclusive quanto aos prazos e recursos cabíveis e sanções para o caso de infração ao código) e por fim a relevância da obrigatoriedade de ser criado o Sistema Estadual de Auditoria e Avaliação.

Outrossim, por já haver um código sanitário do Estado - Lei Complementar nº 04/75 e em obediência ao Princípio da Hierarquia das Leis e pelo fato desta estar obsoleta com as legislações existentes sobre saúde, faz-se necessário a sua revogação, substituindo-a pelo futuro código aqui analisado.

### Conclusão

Assim sendo, é o nosso parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 444/97 e de Lei Complementar nº 737/97.

Sala das Comissões, em 18.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/99, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Fortunato, com sede e foro no município de Palmas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 061/99, de 07.06.99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 298/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Fortunato, com sede e foro no município de Palmas.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 24**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Evangélico de Assistência ao Idoso no município de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 161/99, de 10.11.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 558/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Lar Evangélico de Assistência ao Idoso no município de Curitiba - PR.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 25**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores do Barreiro - APEABA, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/99, de 26.06.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 285/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Barreiros, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 26**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utili-

dade Pública a Associação de Moradores do Jardim Apucarana, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06.08.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 305/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Apucarana, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 27**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Obra de Kolping Estadual do Paraná, com sede e foro no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 384/2001

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Obra de Kolping Estadual do Paraná, com sede e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 28**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Abba Pai, com sede e foro no município de Cornélio Procopio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 385/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Abba Pai, com sede e foro no município de Cornélio Procopio.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, faço um apelo a V. Exa., como já o fiz anteriormente ao deputado Elio Lino Rusch, que coloque em deliberação o requerimento firmado por mais de vinte deputados, que pede a transformação do Plenário em Comissão Geral, para que ainda hoje possamos deliberar sobre a aprovação do Decreto Legislativo nº 07/2001.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Faço um apelo ao deputado Orlando Pessuti, e claro, confiando sempre na decisão soberana de V. Exa., para que, primeiramente, possamos votar todos os requerimentos que já se encontram sobre a mesa, votando inicialmente, após o término dos requerimentos, o regime de urgência, deputado Orlando Pessuti, porque se insistirmos na transformação do Plenário em Comissão Geral, preocupa-me, tendo em vista que poderemos efetivamente votar contrariamente e até mesmo obstruir a normal tramitação desta Sessão.

Então, se houver um entendimento de votarmos os requerimentos que já se encontram sobre a mesa e o regime de urgência, vamos sustentar a Sessão, e vamos votar e poderemos inclusive aprovar, é nossa intenção, aprovar o regime de urgência do 4313. Se houver um entendimento diferente, não poderemos automaticamente dar sustentação a qualquer tipo de apoio da transformação do Plenário em Comissão Geral.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente. Não cabe a mim, deputado Orlando Pessuti, evidentemente, aceitar ou deixar de aceitar essa sugestão. Cabe, evidentemente, a V. Exa., como organizador da Ordem do Dia, e da sequência, decidir se coloca agora, ou mais no final.

Fiz um apelo, para que V. Exa. colocasse agora, até em respeito, no meu entendimento, aos mais de 20 parla-

mentares que subscreveram esse requerimento, de transformar o Plenário em Comissão Geral, e também em respeito aos professores, pais, alunos e funcionários que estão aqui dentro deste Plenário, há mais de 48 horas.

Então, entendo que deveríamos dar preferência, e destacar essa discussão em votação agora, e depois deliberaremos sobre os outros assuntos.

Agora, é uma sugestão do líder do governo e cabe a V. Exa. decidir isso, de repente, se for o caso, convocar os demais, mas não cabe a mim, deputado Orlando Pessuti, que não exerço função nenhuma de liderança nesse Parlamento, deliberar sobre essa questão!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou suspender a Sessão por três minutos, convidar o líder da Oposição, o líder da Situação, para termos uma conversa reservada.

(**Suspensa a Sessão por três minutos**)

(**Reaberta a Sessão**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos senhores parlamentares que tomem os seus lugares para reabrirmos a Sessão.

Em um entendimento entre a Bancada da Situação e da Oposição, vai se votar inicialmente o regime de urgência.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para dizer que nós trabalhamos no sentido de votarmos o regime de urgência e, logo em seguida, a transformação do Plenário em Comissão Geral. V. Exa. vai decidir a respeito desse assunto.

O SR. DURVAL AMARAL

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, acho que...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Preciso esclarecer o Plenário e as galerias, os professores que estão aqui presentes.

O regime de urgência que vamos votar, implica que o projeto terá quarenta e oito horas para passar em duas Comissões da Casa, após isso, o presidente vai mandar o projeto para ser apreciado pelo Plenário. Quem fizer maioria de votos no projeto, quando estiver tramitando na Casa, quando estiver sendo votado, ganha. Se a Bancada do Governo achar que tem que manter o decreto do Governo, fica mantido; se tiver voto para derrubar o decreto do Governo, derruba-se o decreto do Governo.

O regime de urgência prevê isso. É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É, nós estamos....

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor vai dar quarenta e oito horas para cada Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para cada comissão. Quarenta e oito horas para a Comissão de Constituição e Justiça e quarenta e oito horas para a Comissão de Educação, a partir de hoje.

Então, automaticamente, a Comissão de Justiça e quarenta e oito horas para a Comissão de Educação, a partir de hoje.

Então, automaticamente, a comissão de constituição e Justiça terá que devolver o projeto na próxima segunda-feira, e a Comissão de Educação, na próxima quarta-feira.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Depois disso ele está apto para entrar na pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Perfeitamente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De acordo com o Artigo 183, letra A, do nosso Regimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pois bem!

Após essa votação, nós vamos votar os requerimento, e o líder do governo se compromete a não esvaziar o Plenário e a votar a transformação da Assembleia em Comissão Geral.

É isso, deputado Durval?

O SR. DURVAL AMARAL

Eu vou encaminhar.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pois não!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobe a mesa, requerimento nº 3092, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio dos deputados Orlando Pessuti, Ademir Bier, Neivo Beraldin, Cezar Silvestri e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria entender uma colocação final que ouvi aqui.

Vai votar o regime de urgência e logo, na sequência, vota-se a transformação da Casa...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, posteriormente.

Nós vamos votar primeiro os outros requerimentos e o último a ser votado será a transformação da Casa em Comissão Geral.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Quero relatar qual é o meu receio, senhor presidente, porque regime de urgência, embora V. Exa. esteja assumindo o cumprimento de quarenta e oito horas em cada Comissão, nós teremos aí, com mais o final de semana, no mínimo uma semana.

Se nessa semana acontecer as eleições, o requerimento não pode ser aprovado e não vai ter efeito retroativo nenhum, quer dizer, não vai resolver nada nós revogarmos o requerimento depois de sair a eleição.

Acho que essa questão precisa ser vista, porque V. Exa. está colocando: vota o regime de urgência, não é isso? E na sequência vai para as Comissões.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas depois, nobre deputado, nós vamos votar. Posteriormente nós vamos votar o requerimento que transforma em Sessão Plenária, ainda hoje.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Mas houve uma pergunta aqui que eu não entendi bem, do deputado Durval Amaral: - Na sequência nós vamos votar, transformando o Plenário em Comissão Geral e a Bancada do Governo vai apoiar a transformação do Plenário? É isto?

O SR. DURVAL AMARAL

Eu vou encaminhar a matéria, deputado Caíto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu quero informar também a todos os senhores deputados que conhecem o nosso regimento, mas também aos nossos visitantes: - Para transformar o Plenário em Comissão Geral, o artigo 107, parágrafo 3º, item 1º - A Assembleia será constituída em Comissão Geral com aprovação da maioria absoluta de votos.

Então, só para esclarecer que há necessidade para transformar em Comissão Geral, vinte e oito votos favoráveis.

O S. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Para um apelo a V. Exa. ao líder do Governo e também ao deputado Elio Rusch.

Quando do início desta Sessão Plenária, o deputado Elio Rusch exercendo a presidência da Sessão, fez um entendimento com as lideranças do movimento que se encontram neste recinto de que se votaria hoje e esta também é a decisão agora do líder do Governo, deputado

Durval Amaral, votar o requerimento que transforma a Sessão em Comissão Geral de Plenário. Mas, para que essa votação acontecesse, para que os deputados pudessem aqui permanecer, ele fazia um apelo para que os professores deixassem as dependências do comitê de imprensa e se colocassem nas galerias. Os professores fizeram isto.

Então, o apelo que nós fazemos agora ao deputado Elio Rusch, ao líder Durval Amaral e a V. Exa. é para que, feito esses entendimentos de liderança com a presidência da Mesa, que deliberado sobre os demais requerimentos, quando chegar a hora do requerimento de transformar o Plenário em Comissão Geral, atendendo aquilo que foi acordado com a APP, com os professores aqui presentes, que os deputados todos permanecessem e que nenhum se ausentasse do Plenário, até porque, senhor presidente, fez bem V. Exa. antecipar o que dispõe o parágrafo 1º do artigo 107, que diz que para aprovar a transformação do Plenário em comissão geral serão necessários 28 votos aprovando isto.

Está aí escrito e nós temos que obedecer. E digo a V. Exa. que nós estamos confiantes de que vamos fazer os 28 votos, porque tivemos o apoio ao projeto de decreto legislativo não só dos deputados que compõem a Bancada de Oposição e Bloco Independente, mas também dos deputados Edno Guimarães, Ricardo Maia, Ricardo Chab, Luiz Carlos Alborghetti e se não me falha a memória, de um outro parlamentar que neste momento nós temos convicção e certeza de que vão apoiar a transformação do Plenário em Comissão Geral para que ainda hoje nós possamos deliberar e revogar o 4313.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Eu queria encaminhar porque eu tenho medo, muito medo de que depois a coisa fique mal entendida.

Nós estamos há uma semana, mais do que isto, numa discussão, eu acho que a Assembléia, com a posição de cada um, seja a favor ou contra, mas tem que ser uma posição clara. Ganhar ou perder faz parte aqui nas votações, mas tem que ser clara.

Eu estou vendo, e volto a insistir, senhor presidente, queria depois de V. Exa. a colocação, nós vamos votar o regime de urgência. Regime de urgência não significa nada, salvo um regime especial da Casa que com a palavra de V. Exa. poderá em cada comissão, porque nós temos dezenas de projetos com mais de dois anos na Casa com regime de urgência e não votaram, inclusive o projeto de lei da educação.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nó temos a solução para responder a questão de ordem de V. Exa.

Eu estou dando um prazo para a Comissão de Constituição e Justiça até segunda-feira, e até quarta-feira para a Comissão de Educação.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Pois é, senhor presidente, mas a minha dúvida é a seguinte: até quarta-feira a Comissão de Educação. No máximo o que aconteceria é entrar numa votação na quinta-feira da semana que vem aqui na Casa. Se as eleições forem feitas, marcadas, algumas já foram feitas, outras têm prazo marcado, se essas eleições forem feitas antes da votação do decreto, este só vai regulamentar eleições futuras. As passadas, estarão como ato perfeito e não serão anuladas, não vão ficar sob vigência. Acho que não adianta nada. Tínhamos que votar hoje na verdade, a transformação do Plenário em Comissão Geral, para votar essa questão definitivamente, ou para ganhar ou para perder. Mas cada um mostra o seu voto, publicamente, para terminarmos com isso, senão vamos acabar todos sendo envolvidos nesse processo, votando o decreto depois das eleições realizadas.

#### O SR. CLEITON KIELSE (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, com muito prazer, recebo diariamente professores em meu gabinete. E como V. Exas sabem, trabalho em quase todo o Estado do Paraná, do litoral ao Noroeste do Estado. Tivemos mais de dez reuniões a respeito das eleições dos diretores. E como conheço, talvez como ninguém, o presidente do sindicato, que em 1993, quando fui relator nacional do Plano Decinal da Educação. Em 95 fui um dos relatores, em São Paulo, depois em Brasília, na LDB, que hoje faz todo o regulamento em cima do Fundef, do salário dos professores, de todas as movimentações que fizemos, nesse período de 95 até o dia de hoje, onde tenho o prazer, senhor presidente, de dizer que nunca perdi o diálogo com a APP-Sindicato, e não vai ser neste momento. Por quê?

Porque avançamos com hora/atividade. Avançamos com I-05, F-06 e G-07. Que todos os professores que estão aqui, sabem do que estou falando, que fui eu que propus isso ao governo do Estado, juntamente com a APP.

Não posso, neste momento, ver os avanços que tivemos, que no Brasil o salário de um professor é o segundo dos que estão já em último nível. Gostaria que fosse o primeiro. Não somos ainda, presidente.

A questão de eleição dos diretores, assumo que foi um grande erro que cometemos, de não termos conversado mais com os professores. Mas não foi falta de dar atenção aos professores. Porque quando foi jogado esse processo, juntamente, com o 411 - já estamos conversando da sua retirada da Assembléia - deixamos muito claro, que gostaríamos de ter os professores dirigindo o colégio, com uma qualificação diferenciada dos demais diretores deste País. Mas não sabíamos dos critérios que teríamos nas provas, que foram direcionadas a esses professores.

Não se pode, presidente, imaginar um professor de Educação Física tendo o mesmo critério que um professor de Português. Sendo que o peso da matéria Português



é muito mais elevado na hora da prova. Não foi explicado isso. Nisso, nós pecamos. Tanto nós, do governo, quanto a APP-Sindicato também. Disso eu não abro mão. Por isso, deveríamos ter colocado as regras do jogo, muito claras, aqui, no Plenário.

Não posso admitir, senhor presidente, que venhamos a ser devorados pelos nossos companheiros diretores, pelos professores, no interior do Estado. Recebo, diariamente, deputada Luciana, reclamações dos critérios que foram adotados neste concurso, neste pré-concurso, que é uma pré-prova, que não só deveria ser feita todos os anos, mas primeiro relatar a todos os concorrentes, como seria o critério dessas provas.

O Governo tem avançado muito na área da educação. Queremos muito mais! Todos que estão ao lado do Governo e também ao lado da Oposição, querem isso, no Estado do Paraná! Não queremos esse conflito em plenário, onde seremos vítimas, talvez, de um erro administrativo, de um erro de falta de conversa, onde esse deputado tem o orgulho de ser filho e neto de uma professora municipal e que não terá vergonha de falar com os diretores, que neste momento, estão também votando com o coração neste Plenário e nós vamos votar a favor do regime de urgência.

Digo em meu nome. Votarei a favor do regime de urgência, mas precisamos ter um entendimento, não o confronto que já tivemos há anos atrás, onde viramos vítimas por problemas de falta de conversa. Falei a todos os deputados e fui muito claro. Não sou de “enrolar” ninguém.

Eu não quero me transformar num conflitante como foi o ex-governador Álvaro Dias, com vocês! Não serei vítima de vocês, porque estarei ao seu lado, mas quero deixar muito claro que este critério da Oposição, de jogar contra a Situação e vice-versa, não faz parte do meu discurso, presidente.

Queremos o que existe de melhor para a educação do Paraná. Se houve erro no critério da prova, com certeza houve. Tenho vários companheiros, competentes diretores que são orgulho para este deputado e que não passaram na prova também. Tem muitos que não passaram e tenho este problema político que todos os deputados vão ter, nos seus municípios.

Sinto, mas sinto muito, presidente, não ter tido uma conversa antecipada, antes das provas, Romeu, e peço que me procure sempre quando tiver algum problema junto à APP.

Não temos medo de discutir, como já discutimos com a secretária da Educação critérios para o salário-base dos professores. Não vamos estar de cabeça baixa. Não vou sair deste plenário, mas quero deixar claro que não vou ser atropelado pela Oposição também.

Critérios de julgamento prévio, senhores diretores, amigos que estão aqui, nós temos que fazer com seriedade. Eu estou aqui para trabalhar em favor da educação e não ser usado, para ser jogado ao covil dos cães na hora da eleição, porque vão dizer: “O Kielse votou contra os professores!”.

Eu nunca votarei contra os professores e buscarei sempre ter pais ao meu lado!

Senhor presidente, a esse respeito, só repetindo, votarei a favor do regime de urgência.

Muito obrigado.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, senhores professores.

Nós tentamos, nas últimas quarenta e oito horas, vários entendimentos com a comissão nomeada pela Liderança do Governo, deputados que participaram dessa comissão buscando um entendimento com a APP Sindicato e com o Governo do Estado, até para desobstruirmos a nossa pauta na Assembléia Legislativa.

Avançamos em algumas questões, e em outras não conseguimos obter êxito que muitos e nós mesmos esperávamos. Uma das questões mais fundamentais que eu vejo estampada em uma das faixas aqui, para os nossos professores do Paraná, é a retirada do Projeto de Lei nº 411.

A retirada do Projeto de Lei nº 411, reivindicação da APP, sensibilizou todos os deputados, não só de Oposição mas os deputados que dão sustentação política ao governo, os deputados que apóiam e que nos dão apoio à Assembléia Legislativa, em contato com professores do Paraná inteiro, entenderam que não obstante a emenda constitucional regulamentar e permitir o fim do Regime Jurídico Único e a possibilidade para a União, Estados e Municípios de contratar, não só no Quadro de Estatutários mas também pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, pela CLT, fizemos um apelo ao governador Jaime Lerner que, na manhã de ontem, comuniquei oficialmente a APP Sindicato e o presidente da Casa recebeu, a retirada do 411 da Assembléia Legislativa porque os deputados da base de apoio do Governo não querem, não desejam votar essa matéria.

Esse assunto está encerrado, está sepultado no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelo entendimento feito com os deputados da base de governo e com os deputados da Oposição, com a APP Sindicato, e por ser um clamor maior dos professores do Estado do Paraná por onde todos nós andamos, ao longo desse, todos eles nos pediram.

Com relação ao Decreto nº 4313, há divergências, existem contradições. A APP fez, teve um gesto de grandeza ao formalizar uma proposta por escrito das mudanças que pretendia ver realizadas no 4313. Buscamos uma contraproposta por parte do Governo, que avançou até onde no seu entendimento era possível. O contraditório na democracia enriquece o Parlamento e a todos nós, não era mais possível avançar além do que a APP pleiteava e além do que o Governo se dispunha a fazer, tentou negociar com a APP. Então chegaram à conclusão que o mecanismo mais democrático seria submeter o projeto à votação no Plenário da Assembléia Legislativa. Concor damos, pois bem, com o Sr. Romeu e com os deputados da Oposição e com os deputados da Situação.

Vamos votar um regime de urgência porque entendemos também que esta matéria, se incomoda a Oposição e os professores, parte dos professores do Estado do Paraná, porque não é a sua totalidade, tendo em vista que mais de 8.500 professores passaram nesse exame, e existe também lá professores que defendem a manutenção desse processo desenvolvido pelo Governo do Estado, e também existem professores que são contra a maneira desse encaminhamento, nós vamos votar pelo regime de urgência.

Entendemos também que não caberá aqui atropelar o comprometimento do presidente da Casa que já colocou aqui que na próxima semana incluirá esse projeto de decreto legislativo na Ordem do Dia para ser apreciado. Vamos respeitar o prazo da Comissão de Constituição e Justiça, o prazo da Comissão de Educação, e na próxima semana, vindo a plenário, nós vamos votar a matéria.

Por isso, senhor presidente, vamos deixar muito claro, vamos aprovar o regime de urgência, vamos votar contra a transformação do Plenário em Comissão Geral, porque não podemos ser atropelados nesse processo, por mais respeito que tenhamos a todos os deputados desta Casa e por todos os ilustres professores do Estado do Paraná e a APP Sindicato, que nos visitam.

Então, é este o encaminhamento que faço pela Liderança do Governo.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

**(Para Encaminhar)**

É só para explicar que eu assinei o regime de urgência junto com os deputados Ricardo Chab, Ricardo Maia e Edno Guimarães. Eu vou honrar o meu voto, vou votar com o regime de urgência, e fico com a explanação que o deputado Ângelo Vanhoni fez neste Parlamento.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de dizer que estamos discutindo esse projeto desde a semana passada. Os professores vieram aqui na terça-feira, quarta-feira, não foi possível votar, voltaram nesta segunda-feira; não foi possível votar.

Nós estamos hoje discutindo o regime de urgência, mas enquanto isso as eleições estão acontecendo, e nós não podemos deixar. Eu gostaria de me reportar aqui ao deputado Kielse que aqui não está uma disputa da Oposição e da Situação, nós estamos discutindo a questão da democracia da educação, e não uma disputa simplesmente da Oposição e Situação, por isso que é importante a gente votar o regime de urgência, sim, mas, mais do que isso, é logo na sequência podermos transformar o Plenário em Comissão Geral e podermos votar esse projeto que revoga o Decreto nº 4313.

Eu clamo neste momento pelo deputado Elio Rusch que realmente havia feito um acordo com o presidente da APP, o professor Romeu, com mais alguns professores, comigo, com mais alguns deputados que estavam presentes naquele momento, que se os professo-

res saíssem daqui debaixo, se os professores fossem para as galerias hoje seria votado o regime de urgência e também votado a transformação em Comissão Geral.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de pedir esse compromisso, gostaríamos do regime de urgência, sim, mas também de transformar o Plenário em Comissão Geral. Caso contrário, senhor presidente, eu gostaria que o líder do Governo, deputado Durval Amaral, assumisse o compromisso então, que suspenda as eleições que vêm ocorrendo e que vai acontecer durante esse período; que seja suspensa, para que possamos, na semana que vem, votar esse projeto com tranquilidade. Só isso que pode resolver o regime de urgência. Caso contrário, fica sem efeito.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, só fazer um apelo a todos os deputados estaduais, porque há concordância da Situação e da Oposição em votarmos esse regime de urgência. Tenho a preocupação de que muitos encaminhamentos, apesar que respeito todos os deputados, isso possa diminuir o quórum para votação e prejudicar a votação do regime de urgência.

Então, faço um apelo para que votemos o mais rápido possível.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar)**

Apelo à Bancada do Governo para o que está ocorrendo nesta eleição, que o próprio deputado Valdir Rossoni, em um dos seus pronunciamentos, falou contrariamente. À nossa esquerda se encontra o professor Roco, que era o diretor de um dos melhores colégios de Ponta Grossa, num dos maiores núcleos do Paraná, que é o núcleo Santa Paula, a Eusira Correia de Sá. Lá houve eleição, senhores parlamentares. O professor Juarez teve 94 votos entre os pais de alunos; o professor Gilmar teve 261 votos. Entre os professores: o professor Juarez teve 49 votos e o professor Gilmar 28 votos. No Núcleo: o professor Juarez teve 3 e o Gilmar 2. Total dos votos: professor Joares 146 votos, professor Gilmar 291 votos. Sabe quem é o diretor, senhor presidente? O professor Juarez, pelo peso que o Núcleo teve na eleição!

É isso que nós queremos acabar. O 4313 só serviu, senhor presidente, para prejudicar pais, alunos e a educação do nosso Estado.

Muito obrigado.

**O SR. EDSON STRAPASSON (Para Encaminhar)**

Senhor presidente e senhores deputados.

Ao encaminhar a votação do regime de urgência, é importante nós todos aqui fazermos uma menção a todo encaminhamento que fizeram os professores nesta Casa durante mais de dois dias, que buscam aí uma negociação, um equilíbrio nesse famigerado Decreto 4313, que é muito mais uma camisa-de-força tentando mostrar perante a sociedade que a democracia impera nas escolas e na educação.

Ora, senhor presidente e senhores deputados, é importante neste momento colocarmos que os professores que aqui se manifestaram, não estão com medo ou não são aqueles que foram reprovados no teste inicial que prevê este decreto, mas acima de tudo, é um protesto legítimo dos profissionais da educação contra um decreto que realmente é uma afronta às eleições democráticas nesse Estado, nas escolas do Paraná.

Ora, senhores deputados, neste momento não adianta esta Casa querer aqui dizer que vai votar favoravelmente ao regime de urgência, e que nós teremos, aqui, na quarta-feira, quem sabe, a pauta. Aliás nem na quarta-feira, porque estará na Comissão de Educação na quarta-feira. Na semana que vem, não nessa, na outra, a votação da derrubada deste decreto, quando todas as escolas já tiverem realizado suas eleições e tivermos aqui, discutindo matéria vencida. Nós precisamos pôr um basta e transparência! Ninguém está aqui querendo colocar deputado de Oposição ou de Situação contra ou a favor dos professores, mas, é importante dizer que a única forma que nós temos de dar um basta a esta forma ditadora do Governo do Estado, nas eleições das escolas estaduais, é derrubarmos hoje, através da votação deste requerimento em Comissão Geral. Não adianta aprovarmos sob aplausos, com a Oposição ou situação, este regime de urgência e termos em seguida o Plenário esvaziado e não termos aqui os 28 votos que precisamos para aprovar a Comissão Geral, que é a forma clara que esta Casa tem de se manifestar, se é a favor ou contra este indigesto decreto que é a camisa-de-força e a vergonha para o Estado do Paraná!

Portanto, senhor presidente, não adianta aprovar o regime de urgência se não tivermos 28 votos, claros e transparentes, destes deputados, em favor da Educação e contra esta camisa-de-força, que é uma vergonha para as escolas do Paraná.

É uma afronta aos professores e à educação, que se diz democrática.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para encaminhar, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Senhor presidente, o deputado Strapasson sintetizou todos os discursos.

Olhe, os professores vieram aqui, estão vindo aqui há alguns dias, e o que é que eles não tiveram? O que é que eles não viram aqui! Tem mais de 28 votos.

Agora estes 28 votos aprovam o regime de urgência, os professores voltam para casa, abafa-se o assunto, depois, a semana que vem, surge um fato novo, um outro processo, outro assunto urgente, porque a Casa é dinâmica, o mundo do Parlamento é dinâmico.

Então, hoje, com a presença dos professores, o que é que eles querem? Eles querem ver votar! Querem votar

o 4313! Querem ver votar! Agora, nós não podemos fazer de conta que enganamos os professores, dizendo assim: “não, nós aprovamos um regime de urgência, apenas”. Não adianta! Se tem número em plenário, vamos votar! Vota-se a Comissão Geral. É hoje, a decisão. E aqueles que são a favor, vão votar a favor. E aqueles que são contra. Não tem como esconder as coisas. A vida pública é isto! Você tem que dizer de que lado está. E hoje, é impossível com fax, internet, todo mundo fica sabendo muito rápido.

Então, vamos mostrar logo, ao vivo e em cores. Imediatamente! Faço um apelo a esta Presidência para que votem em Comissão Geral e vamos decidir! Não podemos cansar os professores que vieram de longe.

Era este o encaminhamento que eu queria fazer.

Obrigado.

**(Aplausos)**

**O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)**

O deputado Neivo Beraldin falava que fazia um resumo. Eu quero ser mais prático ainda: acho que quem é a favor da educação, vota a favor do regime de urgência, vota a favor, hoje, da transformação do Plenário em Comissão Geral e derruba o decreto! É pura e simplesmente isto. Não adianta ficarmos aqui com discurso de um lado e de outro.

Quem é a favor da educação, vota com a educação.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Peço a compreensão do Plenário, para que possamos dar continuidade à Sessão.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente, eu acho que a Bancada da Situação, o deputado Durval Amaral, não está entendendo o espírito das questões que estão sendo colocadas.

Em primeiro lugar, deputados Durval e Kielse, a Bancada de Oposição, os deputados da Oposição não tem nenhum objetivo de atropelar nenhum deputado na Assembléia Legislativa, muito menos os deputados que dão sustentação ao Governo. O que nós queremos e o que os professores querem, demonstram isso em todo momento, é que a Secretaria da Educação do Estado do Paraná, abra no mínimo, uma negociação decente, a respeito da eleição de diretores do Estado do Paraná,

Eu tenho visto pelos corredores, V. Exa, deputado Durval, quando começou a negociação há questão de dois dias atrás, começou o seguinte, foi uma proposta sua enquanto deputado, não do Governo, disse o seguinte: “se nós tirarmos o peso do núcleo e se nós diminuirmos o quórum é o começo da negociação?”

Toda a APP e os deputados presentes disseram - é o começo da negociação - disse mais, a APP faça uma proposta para que a gente leve para a negociação. Não é

somente o senhor que tem esta idéia de que no decreto tem incongruências que são insustentáveis, como a questão do peso do núcleo. Não é só V. Exa., vários deputados têm esse mesmo entendimento. E não são os deputados da Oposição, deputado Kielse, são os deputados da Situação. Acho que V. Exa. pensa assim. O presidente da Casa pensa assim também. Ora, se os deputados tem o entendimento de que o atual decreto têm incoerências difíceis de serem sustentadas, eu me pergunto, porque não votar hoje o projeto transformando a Assembléia em Comissão Geral? Aprovamos o projeto de decreto que susta em primeira discussão e abrimos negociação com a Secretaria da Educação.

Quem está sendo intransigente não são os deputados, é a secretária Alcyone Saliba; não tem mais ninguém intransigente! Por isso, não adianta nós dourarmos a pílula.

O que os professores precisam é que hoje a gente saia daqui com uma posição clara. A Assembléia Legislativa, independente de ser deputado de Situação ou de Oposição, vai forçar uma negociação para que a eleição de diretores não seja tal qual a secretária Alcyone deseja ou nós vamos permitir que esta forma continue assim? Então, por isso o deputado Alborghetti assinou projeto de decreto. Foi por isso que o deputado Ricardo Chab, assinou o projeto de decreto. É por isso que o deputado Kielse coerentemente veio aqui e manifestou-se a favor de mudanças no projeto de decreto. É por isso que vários deputados nos corredores têm dito que esse decreto é uma excrecência para a educação no Estado do Paraná. Agora, será que os 54 deputados estaduais, sejam da Situação ou da Oposição, têm que se submeter à vontade da secretária Alcyone Saliba?

Será que nós não temos envergadura moral e política de aprovarmos, pelo menos em primeira discussão, e dizermos para a secretária da Educação: negocie um outro decreto?

Pode não ser o decreto que a APP deseja, mas também não deverá ser este que está aí, porque este, com certeza, não é de desejo de ninguém.

Por isso, senhor presidente, o apelo que eu faço a V. Exa. que reflua daquela proposta inicialmente colocada por mim e por outros deputados, e que devemos votar em primeiro lugar o projeto de regime de urgência, mas, sim que a gente vote aqui hoje, para que os professores saibam o que vai acontecer no Estado do Paraná a respeito do posicionamento da Assembléia. Nós vamos poder alterar este decreto ou não? Por isso, é preciso que votem aqui, hoje, a transformação em Comissão Geral.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, de forma bem rápida, quero dizer o seguinte: quando houve uma discussão aqui sobre as APAE's do Paraná, a Assembléia Legislativa teve um desgaste, porque naquele momento não interpretou o desejo das APAE's do Paraná. O que aconteceu?

O Governador deixou todo mundo se desgastar aqui e depois revogou aquela decisão! Esse negócio parece que vai caminhar para o mesmo lado: daqui a pouco ele revoga o decreto, e nós vamos passar pela Assembléia como alguém que ficou com os professores aqui uma semana.

Então é o seguinte, senhor presidente, votar em regime de urgência não resolve. O que resolve é transformar o Plenário em Comissão Geral e decidir a questão.

Vamos dar uma resposta aos professores: sim ou não.

Muito obrigado!

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, gostaria de dizer que o regime de urgência colocado pelo deputado Durval Amaral resolve em parte o problema; o que resolve definitivamente é a transformação da Assembléia em Comissão Geral. Ou queremos resolver ou não queremos! O PCCS está em regime de urgência há três anos. Há três anos! Temos o processo de seleção de diretores que já está em andamento. O deputado Luiz Carlos Zuk acabou de relatar que Ponta Grossa já elegeu os diretores. E esse processo está ocorrendo no Paraná inteiro. Depois de feito o processo de seleção, aí não adianta mais a Assembléia votar nada, porque o procedimento jurídico é perfeito. Todos os deputados encaminharam nesse sentido. Ou resolvemos o problema ou deixamos como está. Não vamos criar ilusões para os professores. Ou transformamos em comissão geral ou deixamos tudo como está, porque o resto é enganação.

Muito obrigado!

#### O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados.

Queremos reiterar o nosso carinho e dedicação à educação pública, gratuita e de qualidade no Paraná. Prova que, desde quando chegou o projeto 411 fomos contra, de público! Prova também que, juntamente com o líder do Governo, fizemos um requerimento de autoria minha e do deputado Moysés Leônidas pedindo o arquivamento do referido projeto de lei. Fizemos uma Comissão de deputados e passamos ontem o dia todo reunidos e conseguimos do governador a retirada do Projeto nº 411 desta Casta de Leis.

Quero deixar bem claro. Eu, o deputado Luiz Carlos Alborghetti, o deputado Edno Guimarães e o deputado Ricardo Chab, não assinamos a transformação em Comissão Geral. Assinamos o projeto do deputado Ângelo Vanhoni que susta o nº 4313. Assinamos porque discordamos do método como transcorreram as eleições de diretores das escolas.

Discordamos do teste, de um outro mecanismo e até a exclusão daqueles que têm mandato legislativo como vereadores. Achamos que, com essa comissão constituída e com a participação dos deputados da Oposi-

ção, discordo que poderá ser uma enganação, porque já avançamos algumas coisas.

O meu desejo, como o desejo da maioria, é que tenhamos uma educação no Estado do Paraná, pública, gratuita e de qualidade, onde estudei todos os meus cursos.

Nós sabemos que estamos longe mais longe disso e assumimos um compromisso com a APP; assumimos um compromisso com o pessoal de Maringá que está aí. Agora, acho que ouvindo o presidente da Casa e as Comissões, que poderemos hoje ainda, pedir à secretária de Estado da Educação, que nos confirmou que não tem eleição nesse final de semana, mas podemos pedir a suspensão se tiver eleição marcada nesse final de semana, a suspensão, para que possa passar o projeto pelas Comissões e na semana que vem, na quarta ou na quinta-feira, o senhor presidente coloque em votação.

Obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente!

Deputado Ricardo Maia, só para passar uma informação de que essa preocupação de alguns deputados tem procedência; o quórum que era 50% na votação, foi baixado para 30%, por decreto. Não foi nem alterado o decreto ainda, não foi publicada essa alteração, e já foi efetivado eleições esse final de semana com o quórum de 30%. Isso demonstra que a votação de regime de urgência não leva a nada. Vamos postergar isso para semana que vem e de repente, teremos uma enxurrada de eleições esse final de semana, que realmente estarão efetivadas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento de regime de urgência permaneçam como estão.

**Aprovado o regime de urgência** para o Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2201, que susta, com base na Constituição Estadual, o Decreto nº 5313 de 27 de junho de 2001, do Poder Executivo.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Chamada nominal, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já deu o resultado, está aprovado já!

O SR. WALDYR PUGLIESI

Mas gostaria que ficassem registrados, para o dia de amanhã, como é que foram os votos.

Gostaria de saber, quem está presente, como votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas não é chamada nominal nobre deputado! Já foi feita...

O SR. WALDYR PUGLIESI

Então, que se registre!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pode ser registrado!

O SR. WALDYR PUGLIESI

Vossa Excelência tome as providências, porque daqui a pouco é aquela tal história: “votei o regime de urgência, mas a transformação não posso votar...”

Então, gostaria que ficasse bem claro para todo mundo.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, pela ordem!

(**Assentimento**)

Entendi, porque não vi nenhum deputado se manifestando contrariamente, que a aprovação se deu por unanimidade do regime de urgência.

Isso foi o que V. Exa. anunciou, não foi?

Então, se foi aprovado por unanimidade, está aprovada a matéria!

O SR. WALDYR PUGLIESI

Unanimidade dos presentes!

Já que queremos o jogo da verdade, estamos querendo que fique registrado quem estava aqui, como votou, porque daqui a pouco, no segundo tempo desse assunto, gostaríamos que os professores verificassem aquilo que acontece, não na “avant premier” da solução dos problemas, mas no depois!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 3078, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. EDSON STRAPASSON

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3117, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, verificação de votação.

Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação, chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados.

Cinquenta e um senhores deputados, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos senhores parlamentares que ocupem os seus lugares, senão não temos condições de fazer a verificação de votação.

Peço a compreensão dos senhores parlamentares.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para que nós não tenhamos nem dificuldades, quais são os três parlamentares que não se fazem presentes? Eu só gostaria de saber o nome.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário que forneça a informação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Ausentes: Cesar Celeme, Nelson Garcia, Geraldo Cartário e Sérgio Spada.

São cinquenta senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Os senhores parlamentares que aprovam o requerimento do deputado José Maria Ferreira, queiram levantar-se.

Vinte e dois senhores deputados, vinte e três com o deputado Neivo Beraldin. Vinte e três aprovam.

Os senhores parlamentares que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e quatro senhores deputados, vinte e cinco com o deputado Valdir Rossoni.

**Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 3168, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Há aproximadamente 15 dias atrás, o Governo do Estado colocou no ar, em todos os meios de comunicação, uma propaganda institucional que na verdade desrespeita a população do Paraná.

Nós tivemos há aproximadamente 40 dias atrás a votação do primeiro projeto de iniciativa popular da história do Paraná, o projeto contra a venda da Copel. Nós tivemos apoio nesse projeto, de 400 entidades organizadas no Estado do Paraná. Praticamente todas as entidades organizadas do Estado do Paraná se posicionaram a favor desse projeto e contra a venda da Copel. A igreja católica, evangélica, Federação da Agricultura, Federação da Indústria, Associação Comercial, órgãos representativos

de classe, CREA, OAB, enfim, a população paranaense através das instituições que as representam, se posicionaram a favor desse projeto. Também tivemos divulgação pela imprensa que através das pesquisas de opinião pública, mais de 92% da população se posicionou também contra a venda da Copel.

E, para surpresa nossa, veja, acho que hoje já não é mais surpresa, o governador Jaime Lerner desrespeitou o povo do Paraná com relação à questão do pedágio.

Diminuiu a tarifa do pedágio uma semana antes das eleições.

Ganhou as eleições, depois deixou que voltasse a tarifa normal.

Desrespeitou a população do Paraná, com relação à venda da Copel, quando, aqui, nesta Casa, assumiu um compromisso com os deputados, com a população do Paraná, no ano de 1998, chegando a dizer que ele não era louco, era um social-democrata, que jamais venderia a Copel.

Desrespeitou os professores, quando pediu o apoio na eleição de 94 e teve o apoio maciço dos professores do Estado do Paraná. Novamente, em 98, na sua reeleição, quando disse que seria o governador dos professores, da educação do Paraná. Seis anos se passaram, os professores não tiveram aumento e ainda procura lhes atirar os direitos que adquiriram com muito sofrimento, ao longo do tempo, como as eleições diretas para diretores de nossas escolas.

Para surpresa nossa, colocam uma propaganda ridicularizando todos aqueles que se posicionaram contra a venda da Copel.

Foi absolutamente incompreensível, por parte do governador do Estado, fazendo com que pessoas embriagadas, mal vestidas, que somente essas pessoas teriam um posicionamento contra a venda da Copel, quando 92, para não dizer 100%, da população paranaense, se posicionou contra a venda da Copel e, praticamente, todas as entidades organizadas do Estado do Paraná.

Por isso, peço o apoio de todos os senhores deputados, independente de partido, votando junto conosco, nesse voto de repúdio, contra o governador do Estado e contra aqueles que fizeram essa propaganda!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Chamada nominal, a pedido do deputado Cezar Silvestri.

Solicito ao senhor 1º Secretário, que proceda à chamada dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)  
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os senhores deputados que aprovam o requerimento dos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, queiram levantar-se.

Vinte e três deputados aprovam o requerimento.

Os deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Vinte e seis deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 3172, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e três aprovam o requerimento.

Vinte e seis rejeitam o requerimento.

**Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 3195, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, com apoio dos senhores deputados Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Edson Strapasson, Ângelo Vanhoni e demais deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

É em relação àquela denúncia que houve de que alguns professores, pais e representantes de escola haviam vindo a Curitiba, permanecendo no Hotel Eduardo VII e no Hotel Caravelle Palace, feito uma festa no Três Marias Clube de Campo em Curitiba, e, segundo denúncias, com recursos do Paranaeducação.

Estamos pedindo esse requerimento para que a secretária Alcyone Saliba responda se é verdade ou não, e se for verdadeiro, que ela mande para a Assembléia a relação das Notas Fiscais.

Quero pedir ao deputado Durval Amaral para que oriente a sua Bancada para aprovar este requerimento, porque é só para que ela explique se é verdade ou não.

Se for mentira, nós iremos enaltecer. Se for verdade, vamos providenciar a maneira rigorosa para punição.

Era isso, senhor presidente e gostaríamos da aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se na forma regimental, de acordo com o Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3198, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3204, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. NEREU MOURA

Já foi votado.

O SR. DURVAL AMARAL

Só para esclarecer.

Esse requerimento se endereça ao secretário Andrighetto. O anterior, que foi votado, de mesmo teor, se endereçava ao Sr. Ingo Hubert.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se na forma regimental, de acordo com o artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3205, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin e Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Waldyr Pugliesi e Cezar Silvestri, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3210, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3211, de autora do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3212, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3079, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3086 a 3089, 3110, 3111, 3145 a 3147, 3179 a 3182, 3208 e 3209, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3095, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3096, 3097, 3134, 3193, 3194, 3201 e 3202, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3099, 3100 e 3121 a 3123, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3103, 3125, 3130, 3144, 3196 e 3203, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3130-A, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 3104, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3115, 3139 e 31855, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3118 e 3119, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3120 e 3133, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3127 e 3129, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3136, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3137, 3138, 3174 e 3175, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3140, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3142, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3148 e 3149, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3150, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3151, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk e da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3152 e 3164, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3154 a 3160, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3163, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3165 e 3166, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3161 e 3162, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3167, 3169 e 3170, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3176 e 3177, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3178 e 3206, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3207, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3106, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Marcos Isfer e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado.**

#### **Houve a substituição desse requerimento**

Outro requerimento, datado de 02 de outubro de 2001, transformação do Plenário em Comissão Geral para emissão de pareceres, discussão e votação do Projeto nº 07/2001 de diversos parlamentares.

Requerimento nº 3173, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Algaci Tulio, Nereu Moura, Eli Ghellere, Ângelo Vanhoni e demais deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

Quero alertar aos visitantes que para aprovação do requerimento, há necessidade, de acordo com o Regimento Interno, da maioria absoluta de votos.

São necessários 28 votos para aprovação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, aprovado o requerimento, V. Exa. mandará vir a Plenário o projeto de decreto legis-



lativo para que na Sessão de hoje nós discutamos e votemos a 1ª Discussão?

Pergunto a V. Exa. se aprovado hoje, se o projeto poderá, a requerimento deste Plenário ser submetido a uma 2ª votação ainda no dia de hoje, ou V. Exa. não procederá desta forma?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência decide sem informação da assessoria. Aí, teremos que suspender a Sessão por alguns minutos, para trazermos o projeto à discussão.

Está em votação o requerimento que transforma o Plenário em Comissão Geral, no dia 02 de outubro de 2001, para emissão de pareceres, discussão e votação do Projeto Legislativo 07/2001, de autoria de diversos parlamentares, conforme especifica.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA

Peço verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Nereu, não dei nem o resultado, ainda.

O SR. NEREU MOURA

Então reitero a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e solicita ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

50 senhores deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu encaminho a V. Exa. que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência teria que requerer por escrito e já está em votação. V. Exa. perdeu a oportunidade de apresentar o requerimento.

Está em votação.

23 senhores deputados.

**Está rejeitado o requerimento**, porque haveria necessidade de 28 senhores deputados aprovarem o requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero registrar os votos que foram favoráveis à transformação do Plenário...

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 04, às dez horas, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 204/2000, 277, 300, 313, 314, 330, 350 e 353/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 737/97; e dos Projetos de Lei nºs 444/97; 298/99 e 558/99; 285, 305, 384 e 385/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 204, 306, 386, 390, 391/2001; e dos Projetos de Resolução nºs 029 e 030/2001.

Levanta-se a Sessão.